

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

ÁREA DE TEORIA E PRÁTICA PEDAGÓGICA

ENSINO AGRÍCOLA EM SANTA CATARINA:

da aula de agricultura prática às primeiras escolas (1875-1940)

IVAN BROGNOLI

FLORIANÓPOLIS - 1998

IVAN BROGNOLI

**ENSINO AGRÍCOLA EM SANTA CATARINA:
da aula de agricultura prática às primeiras escolas (1875-1940)**

*Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do
Programa de Pós-Graduação em Educação da
Universidade Federal de Santa Catarina como requisito
parcial à obtenção do título de Mestre em Educação,
sob orientação da Professora Doutora Marli Auras.*

Florianópolis
Centro de Ciências da Educação da UFSC

1998



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

**“ENSINO AGRÍCOLA EM SC: DA AULA DE AGRICULTURA PRÁTICA
ÀS PRIMEIRAS ESCOLAS (1875-1940)”.**

Dissertação submetida ao Colegiado do
Curso de Mestrado em Educação do Centro
de Ciências da Educação em cumprimento
parcial para a obtenção do título de Mestre
em Educação.

APROVADO PELA COMISSÃO EXAMINADORA em 10/09/98

Dra. Marli Auras (Orientadora)

Dra. Olinda Evangelista

Dra. Maria Célia Marcondes de Moraes

Dra. Leda Scheibe (Suplente)

Ivan Brognoli

Florianópolis, Santa Catarina, setembro de 1998.

Dedico este trabalho ao meu pai, José Brognoli, que também gostava de História e de Biologia.

AGRADECIMENTOS

À CAPES e ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSC pelo apoio financeiro.

À UFSC, à direção do Colégio Agrícola de Araquari e a seus professores por permitirem meu afastamento para realizar o curso.

Às funcionárias do Arquivo Público de Santa Catarina, pela atenção e cordialidade no atendimento.

À Leonete, Rosmeri e Rosiclér por me permitirem o acesso a seus materias de pesquisa e pelas discussões sempre proveitosas.

Aos agricolinos Alfredo, Cristiano, Raul, Régis e Gabardo pelo companheirismo.

À minha mãe Liene e aos meus irmãos, irmãs, cunhados e cunhadas pelo acolhimento e pelo apoio, principalmente nas mudanças.

Aos colegas de curso, especialmente, Louisa Carla, Ana, Celso, Danilo, Débora, Joana, Adir e Paulo Sandrini, pela amizade e companheirismo.

Aos amigos Felipe, Pedro, Jorge, Jimena, Carmem e Sandra Mara, que revisou o texto, agradeço pelo apoio incondicional e pelo “ombro” nas horas de crise.

À orientadora Marli Auras, pela paciência e compreensão.

À Olinda Evangelista, que esteve presente nos momentos mais importantes desta caminhada, agradeço especialmente, pelo incentivo para que realizasse o curso, pela leitura atenta e criteriosa, pelos conselhos e apoio nas horas difíceis e pela amizade que sobrevive a todas as adversidades.

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo resgatar aspectos da educação pública catarinense que pudessem colaborar para a compreensão de como se deu o desenvolvimento do ensino agrícola no Estado.

Para cumprir o objetivo, foi necessário buscar informações no âmbito da educação primária e secundária, haja vista tratar-se de uma modalidade de ensino destes dois graus, bem como aquelas relacionadas ao ensino profissionalizante. Além disso, fez-se necessário, também, investigar a pesquisa e a extensão agrícola - atividades que se organizaram em Santa Catarina no período de abrangência da pesquisa -, procurando, desta forma, vislumbrar as relações existentes entre esses vários aspectos e o surgimento do ensino agrícola.

Esta pesquisa aborda, portanto, o surgimento da aula de agricultura prática, em 1875, até o momento da criação das primeiras escolas agrícolas, em 1940.

ABSTRACT

The object of this present work to rescue aspects of the catarinense public education that might collaborate to understand the development of agricultural instruction in the state.

In order to accomplish this goal it was necessary to search for information about primary and secondary education levels, since agricultural instruction includes bot modalities, as well as those related with professional instruction. Moreover, it was also necessary to investigate agricultural research and services provision to the community - wich where organized in Santa Catarina during the period focused in this research -, attempting in this way to find out the relationships among this several aspects and the emergencie of the agricultural instruction.

The scop of this research goes from, therefore, the practical agriculture class arising in 1875 until the establishment of the first agricultural school in 1940.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
1.1	- O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA	4
1.1.1	- <i>As origens do tema</i>	4
1.1.2	- <i>A periodização</i>	7
1.1.3	- <i>O material histórico</i>	8
1.1.4	- <i>Locais de pesquisa</i>	9
1.1.5	- <i>A organização do trabalho</i>	9
1.1.6	- <i>Fatores limitantes da pesquisa</i>	10
2	OS PRIMÓRDIOS DO ENSINO AGRÍCOLA	12
2.1	- INTRODUÇÃO	12
2.2	- A CADEIRA DE CIÊNCIAS NATURAIS E A AULA DE AGRICULTURA PRÁTICA	30
2.3	- A SEPARAÇÃO ENTRE ESCOLAS URBANAS E ESCOLAS RURAIS	37
2.4	- O ENSINO PROFISSIONALIZANTE	40
3	A PESQUISA E A EXTENSÃO RURAL E O ENSINO AGRÍCOLA NÃO-ESCOLAR.....	43
3.1	- INTRODUÇÃO	43
3.2	- FRITZ MÜLLER E O INÍCIO DA PESQUISA AGRÍCOLA.....	44
3.2	- A ESTAÇÃO AGRONÔMICA E DE VETERINÁRIA DO ESTADO.....	55
3.3	- A PESQUISA E A EXTENSÃO AGRÍCOLA COMO MODELO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	60
4	A CONSTITUIÇÃO DO ENSINO AGRÍCOLA.....	75
4.1	- INTRODUÇÃO	75
4.2	- AS PRIMEIRAS INICIATIVAS E O APRENDIZADO AGRÍCOLA DE TUBARÃO	79
4.3	- A CONCRETIZAÇÃO DO ENSINO AGRÍCOLA.....	86
4.3.1	- <i>A organização em nível federal</i>	86
4.3.2	- <i>O ensino agrícola em Santa Catarina</i>	91
4.3.3	- <i>As Escolas Práticas de Agricultura de Lages e de Canoinhas</i>	95
4.3.3.1	- <i>O funcionamento das Escolas Práticas de Agricultura</i>	96
4.3.3.2	- <i>O currículo escolar</i>	98
4.3.3.3	- <i>Alguns problemas enfrentados</i>	100
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	104
6	FONTES DOCUMENTAIS.....	108
6.1	- RESOLUÇÕES.....	108
6.2	- ATOS.....	108
6.3	- ATAS.....	109
6.4	- FALAS	110
6.5	- DECRETOS.....	110
6.6	- RELATÓRIOS	110
6.7	- OFÍCIOS.....	113
6.8	- SINOPSE	113
6.9	- MENSAGENS.....	114
6.10	- LEIS.....	116
7	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	119

SIGLAS

APESC - Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

CASCGO - Colégio Agrícola Senador Carlos Gomes de Oliveira.

SEAV - Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho teve como objetivo resgatar aspectos da educação pública catarinense que pudessem colaborar para a compreensão de como se deu o desenvolvimento do ensino agrícola no Estado. Para tanto, acreditei ser necessário reconstruir sua trajetória, buscando captá-la em seus elementos determinantes. Dessa maneira procurei ressaltar aqueles aspectos que, no processo histórico, contribuíram para o surgimento do ensino agrícola como uma modalidade escolar.

Tal procedimento baseia-se na leitura de autores como KOSIK, para quem o homem é “indivíduo histórico que exerce a sua atividade prática no trato com a natureza e com os outros homens, tendo em vista a consecução dos próprios fins e interesses, dentro de um determinado conjunto de relações sociais”¹ e de GRAMSCI, especialmente em sua já clássica assertiva:

Não é suficiente conhecer o conjunto das relações enquanto existem em um dado momento como um dado sistema, mas importa conhecê-los geneticamente, em seu movimento de formação, já que todo indivíduo é não somente a síntese das relações existentes, mas também da história destas relações, isto é, o resumo de todo passado.²

Foi a partir dessa compreensão que pretendi investigar o modo pelo qual o ensino agrícola se configurou, o que me levou a pesquisar alguns aspectos da História da Educação em Santa Catarina, como:

- o desenvolvimento do ensino público elementar e secundário, cujo intuito foi o de captar a organização escolar no período, procurando indícios que evidenciassem a presença do ensino agrícola nestes níveis de ensino;³

- o ensino profissionalizante, já que o ensino agrícola se constitui em uma

¹ KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 6 reimpressão. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1995, p. 13

² GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989, p. 40

³ Neste item colaboraram significativamente os trabalhos de Schmidt (1996), Schardong (1997) e Schafaschek (1997).

de suas modalidades; e

- a pesquisa e a extensão agrícolas, procurando estabelecer os pontos de contato entre estas atividades e o ensino agrícola.

As relações que estabeleci - nesses âmbitos - me permitiram apreender os vínculos entre estes aspectos, desde a criação da aula de Agricultura Prática do Ateneu Provincial, em 1875, até o surgimento das escolas agrícolas, em 1940.

Tomando esses parâmetros como horizonte, busquei na literatura educacional informações sobre o ensino agrícola em Santa Catarina. Constatei, então, a existência de poucos trabalhos sobre o tema, agregado ao fato de que nenhum deles tratava especificamente da sua história. Poucos também são os estudos que privilegiavam a História da Educação no Estado.

Entre os que tratam da História da Educação, destacam-se os estudos de FIORI, *Aspectos da evolução do ensino público: ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos imperial e republicano*.⁴ Trata-se de um trabalho bastante abrangente (1822 - 1970) onde a autora aborda vários aspectos da educação, porém não faz referência ao ensino agrícola. Apesar disso, trouxe contribuições importantes para meu trabalho. Além deste, algumas dissertações de mestrado foram fundamentais. É o caso do texto *A constituição da rede pública de ensino elementar em Santa Catarina: 1830 - 1859*, no qual SCHMIDT reconstrói a história dessa modalidade de ensino no Estado, abrangendo também os aspectos econômicos, políticos e culturais no período, procurando relacionar o crescimento da população com o desenvolvimento da rede e sua organização física, pedagógica e administrativa.⁵ SCHAFASCHEK, em *Educar para civilizar e instruir para progredir: análise de artigos divulgados pelos jornais do Desterro na década de 1850*, por meio de uma análise minuciosa de artigos publicados nos jornais do Desterro, relacionados ao campo educacional, busca compreender alguns aspectos, tais como: fatores que criavam a exigência de

⁴ FIORI, Neide Almeida. *Aspectos da evolução do ensino público: ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos imperial e republicano*. 2. ed. rev. Florianópolis: Editora da UFSC, 1991.

⁵ SCHMIDT, L. *A Constituição da Rede Pública de Ensino Elementar em Santa Catarina: 1830 - 1859*. Florianópolis, 1996.

educação; razão da necessidade de propagar a instrução; e, finalmente, problemas enfrentados e propostas de solução aventadas.⁶ Estas pesquisas trouxeram colaboração mais diretamente no plano da História da Educação em seu sentido mais geral.

No que se refere ao ensino agrícola, outros trabalhos cumpriram o mesmo papel. Foi o caso da dissertação de mestrado de SCHARDONG, *A instrução pública secundária em Desterro - o Atheneu Provincial (1874 - 1883)*, que discute o processo de implementação do Ateneu Provincial, reconstruindo a trajetória da educação secundária e buscando identificar as tensões existentes.⁷ Outro trabalho que trouxe importantes contribuições foi a monografia de especialização de SANTOS, *Estação Agronômica e de Veterinária do Estado (1895-1920): uma abordagem histórica sobre o início da pesquisa agrícola em Santa Catarina*, que discute a pesquisa agrícola em Santa Catarina, a partir da implementação da Estação Agronômica e de Veterinária do Estado relacionando seu surgimento com o momento científico, político e econômico da época. Já no trabalho de DE ROSA, *história do ensino agrícola no Brasil República*, a autora resgata as principais iniciativas referentes a esta modalidade de ensino no Brasil, abordando desde o período colonial até os dias atuais. Tais obras colaboraram na consecução desta pesquisa, uma vez que abordavam o mesmo período e que traziam informações e análises sobre a educação no Estado e sobre o ensino agrícola.

Finalmente, as obras de CABRAL⁸; *História de Santa Catarina*, e PIAZZA⁹; *Santa Catarina: sua história*, contribuíram no sentido de fornecer dados não encontrados nos documentos oficiais por mim consultados sobre educação, bem como dados gerais sobre Santa Catarina nos aspectos administrativos e econômicos.

⁶ SCHAFASCHEK, Rosiclér. *Educar para civilizar e instruir para progredir: Análise de artigos divulgados pelos jornais do Desterro na década de 1850*. Florianópolis, 1997.

⁷ SCHARDONG, Rosmeri. *A instrução pública secundária em Desterro - o Atheneu Provincial (1874 - 1883)*. Florianópolis, 1997.

⁸ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *História de Santa Catarina*. Florianópolis: Imprensa da Universidade Federal de Santa Catarina, 1968.

⁹ PIAZZA, Walter Fernando. *Santa Catarina: sua história*. Florianópolis: Ed. Lunardelli e Ed. da UFSC, 1983.

1.1 O percurso metodológico da pesquisa

1.1.1 As origens do tema

Meu interesse pelo ensino agrícola surge quando começo a exercer a função de professor de Biologia no Colégio Agrícola “Senador Carlos Gomes de Oliveira” - CASCGO, situado em Araquari-SC, atualmente vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC.

No início de minhas atividades como professor, procurei perceber o funcionamento da escola nos seus múltiplos aspectos, bem como suas potencialidades. O primeiro aspecto observado foi, pela própria facilidade em constatá-lo, a estrutura física disponível. O ensino das disciplinas técnicas, no Colégio Agrícola, se dá através das unidades didáticas de produção. Estas unidades são locais onde se procura reproduzir, em pequena escala, as atividades desenvolvidas em cada área da agropecuária. Para tanto a escola possui unidades de zootecnia (bovinocultura, suinocultura, avicultura, cunicultura entre outras) e de agricultura (fruticultura, olericultura, culturas anuais entre outras). Estes locais têm como objetivo principal proporcionar o desenvolvimento de aulas práticas. Para apoio a estas aulas, o Colégio possui setores de mecanização agrícola, oficina, marcenaria, entre outros. Para a realização de aulas teóricas existem salas, biblioteca, sala de vídeo e auditório.

Ademais, dois outros fatores são dignos de menção: o Colégio possui apartamentos para os alunos, já que a maioria vem do interior de SC e de outros Estados e permanecem internos. Como suporte para o internato, a escola possui lavanderia, padaria, refeitório, cozinha e sala de jogos. A UFSC é responsável pelo salário dos professores e dos funcionários, além de repassar verbas para

manutenção, aquisição de materiais e, eventualmente, para ampliação dos diversos setores da escola. Mencione-se também que a Cooperativa-escola gera recursos provenientes da comercialização da produção interna.¹⁰

Sob o aspecto pedagógico, as disciplinas que compõem o currículo estão divididas nas áreas de cultura geral e técnica. As disciplinas da área técnica têm carga horária total superior às de cultura geral e são ministradas sob forma de aulas teóricas e práticas (nas unidades didáticas de produção). No decorrer do curso, os alunos realizam estágios de férias, dentro da própria escola, e, no final, estágio obrigatório em empresas ou propriedades rurais.

Para administrar a escola há a Direção - eleita pela comunidade escolar -, Secretaria Escolar, Coordenações (ensino, agricultura, zootecnia, internato, escola-empresa-comunidade, mecanização, cooperativa-escola e serviços gerais), além de funcionários de apoio e técnicos em agropecuária que atuam nas unidades didáticas de produção.

Ao observar estas características no CASCAGO, muitas comuns aos demais Colégios Agrícolas do Estado, dei-me conta do potencial de uma escola deste tipo. Em síntese, o Colégio Agrícola Sen. Carlos Gomes de Oliveira é uma escola com significativa estrutura física, com professores em período integral, alunos internos, verbas da entidade mantenedora e, finalmente, possibilidade de gerar recursos próprios. Acredito que, mesmo considerando a existência de aspectos limitadores, fica claro o grande potencial da escola agrícola para oferecer ensino de boa qualidade.

O exercício profissional nessa instituição foi me despertando o interesse em entender melhor a constituição deste gênero de ensino. Minha trajetória acadêmica estava marcada pelo desenvolvimento de pesquisas na área de genética. Eu estava consciente da mudança que operaria, mas acreditei que um estudo de natureza histórica poderia dar alguma contribuição para a compreensão da existência do CASCAGO.

Minha intenção não foi entrar no debate sobre a educação geral *versus*

¹⁰ A Cooperativa-escola configura-se numa entidade autônoma que congrega os alunos da escola. Mantém um convênio de cooperação com o colégio e a UFSC.

profissionalizante, assunto já explorado em outros trabalhos.¹¹ Minha preocupação foi, considerando que o ensino agrícola em nível de 2º grau, a despeito do desejado, era uma realidade e que representava uma necessidade de uma parcela da população, questionar, a partir de sua configuração atual e da maneira como se efetivava, sua relevância social, sua contribuição para o desenvolvimento das regiões rurais e seu compromisso na manutenção, ou não, do modelo de desenvolvimento vigente no país.

Assim, naquele momento, comecei a procurar informações que me permitissem conhecer um pouco mais o assunto. Numa revisão inicial da bibliografia existente constatei que a produção na área era escassa. Como será demonstrado mais a frente, poucos trabalhos foram elaborados, tanto no plano nacional quanto estadual. Em geral, quando tratam do ensino profissionalizante, o enfoque maior recai sobre o ensino industrial e, ao tratar do ensino na zona rural, não privilegiam as escolas agrícolas propriamente ditas.

Apesar da esparsa bibliografia, cheguei à conclusão de que a maioria dos problemas encontrados no CASCGO não lhes eram exclusivos. Pelo contrário, muitos são comuns a várias escolas agrícolas, frutos de sua própria especificidade e da maneira como se desenvolveram ao longo do tempo. Não se pode, portanto, discutir esta modalidade de ensino desconsiderando-se o projeto social que lhe dá sentido. Os indícios colhidos na literatura, na revisão inicial da produção na área e na minha experiência escolar, apontavam para a necessidade de estudos sobre o ensino agrícola e demonstravam sua relevância, como momento de produção de evidências sobre sua história.

A proposta inicial de pesquisa tinha, então, como objetivo investigar a história do ensino agrícola em Santa Catarina, em nível de segundo grau. A partir desta investigação esperava responder a principal questão que me colocava à época: como e por que teria se dado a constituição do ensino agrícola em Santa Catarina. O levantamento preliminar de dados tinha indicado os seguintes pontos: a) algumas escolas agrícolas existentes no Estado datavam da década de 1940; b) várias

¹¹ Cf. PILETTI (1988), KUENZER (1988) e MACHADO (1991).

características eram comuns a estas escolas, sendo que muitas permaneciam existindo; e c) o ensino agrícola, segundo DE ROSA, teria surgido no Brasil no início do século XIX.¹²

Estas observações levaram-me a questionar o momento anterior ao surgimento das escolas propriamente dito. Ou seja, a investigação sobre a história das escolas agrícolas existentes poderia responder alguns dos questionamentos colocados à época, porém, sob meu ponto de vista, não seriam suficientes para esclarecer que condicionantes permitiram o seu surgimento. Além disso, não conseguira informações sobre a existência ou não de outras escolas anteriores a estas.

Assim, como não havia trabalhos que pudessem esclarecer as dúvidas que ainda se mantinham, me propus a investigar exatamente o momento anterior ao surgimento das primeiras escolas, procurando, desta forma, vislumbrar as determinações que pudessem ter favorecido o surgimento desta modalidade de ensino no Estado, bem como o surgimento das primeiras escolas. Por outro lado, considerei que uma investigação desse gênero enquadrava-se no que SAVIANI denominou de monografia de base, isto é, um trabalho de dissertação de mestrado que contemple um levantamento das informações disponíveis sobre determinado assunto ainda não suficientemente explorado, as analisasse e as organizasse, preparando o terreno para futuros estudos mais amplos e aprofundados.¹³

1.1.2 A periodização

Uma vez delimitadas minhas preocupações, a literatura consultada apontava o ano de 1812 como o início do ensino agrícola escolar no Brasil. Em Santa Catarina não havia dados disponíveis sobre o assunto. Os documentos mais antigos

¹² DE ROSA, Maria da Glória. *História do ensino agrícola no Brasil República*. Marília, 1980. p. 16.

¹³ SAVIANI, Dermalva. Concepção de dissertação de mestrado centrada na idéia de monografia de base. In: *Revista Educação Brasileira*. Brasília, 13 (27):159-168, 27 sem. 1991.

encontrados no Arquivo Público de Santa Catarina datam de 1830. Assim, foi a partir da sua leitura que pude identificar a aula de Agricultura Prática do Ateneu Provincial, criada em 1875, como o marco inicial desse ensino.

O marco final foi determinado, coerentemente com meu interesse, pelo momento da criação das escolas agrícolas de Lages e de Canoinhas, em 1940, as quais configuram-se como a institucionalização definitiva do ensino agrícola no Estado. Ressalvo que anterior a elas foi criado o Aprendizado Agrícola de Tubarão, que não chegou a completar um ano de existência.

1.1.3 O material histórico

A maior parte do corpo documental constitutivo de minha dissertação foi encontrado no Arquivo Público de Santa Catarina. Em meu trabalho utilizei-me, principalmente, de documentos oficiais: a) coleções de Leis (leis aprovadas pelo Poder Legislativo Provincial); b) atos do Presidente (ações do Poder Executivo); c) relatórios (relatos do Presidente da Província para seus sucessores, para o Poder Legislativo e/ou para o Presidente da República ou de Secretários para a Presidência da Província); d) mensagens (apresentadas ao Poder Legislativo na primeira sessão de cada legislatura, pelo Presidente da Província); e) falas apresentadas pelos Presidentes da Província, no início de cada legislatura, ao Poder Legislativo ou durante a passagem do governo ao substituto imediato; f) resoluções do poder executivo; g) correspondência recebida pelo Presidente da Província; e h) decretos e leis expedidos pelo Poder Executivo.

1.1.4 Locais de pesquisa

Entre os locais escolhidos para a pesquisa, no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina-APESC, encontrei os Relatórios, Mensagens, Falas, Atos e Ofícios dos Presidentes da Província, as Coleções de Leis e Resoluções do Poder Executivo. No Arquivo também foram localizados os Regulamentos das Escolas Públicas e o Regulamento para as Escolas Práticas de Agricultura, além dos documentos sobre Fritz Müller, inclusive seus relatórios e as cartas enviadas ao Presidente da Província.

Ademais, recolhi material importante na Biblioteca Central da UFSC, na Biblioteca Setorial do Centro de Ciências da Educação da UFSC e na Biblioteca Central da PUC/SP.

1.1.5 A organização do trabalho

A partir do material histórico selecionado, realizei uma leitura buscando retirar informações sobre a educação pública, elementar, secundária e profissionalizante; os orçamentos anuais; a pesquisa e a extensão agrícola; a agricultura e o ensino agrícola. Após essa categorização, realizei uma leitura detalhada do corpo documental, registrando-a em fichas referentes aos temas abordados.¹³ Desse procedimento, que sistematizou o material empírico coligido, resultou um primeiro esboço do trabalho. A partir de então, com o estudo mais detalhado das informações disponíveis no inventário, bem como das leituras complementares, foi se configurando um conjunto de temas que se

¹³ Para registro alterei a grafia de acordo com as normas gramaticais vigentes.

interrelacionavam e que possibilitaram reconstruir parte da história do ensino agrícola em Santa Catarina.

Os resultados deste trabalho estão apresentados da seguinte forma: no primeiro capítulo apresento um quadro geral da instrução pública, durante o século XIX, onde procurei ressaltar as iniciativas quanto ao ensino secundário, e profissionalizante e aquelas relacionadas ao ensino agrícola. No segundo capítulo apresento as iniciativas governamentais no sentido de organizar a pesquisa e a extensão agrícola no Estado. No terceiro capítulo apresento as primeiras iniciativas de organização do ensino agrícola e sua concretização com a construção das primeiras escolas. Finalmente, no quarto capítulo teço algumas considerações acerca do surgimento do ensino agrícola.

1.1.6 Fatores limitantes da pesquisa

Gostaria de chamar a atenção do leitor para alguns fatores que se mostraram limitantes desta pesquisa. A investigação em documentos oficiais abrangendo mais de 100 anos, tendo em vista que iniciei a leitura em documentos de 1830, dificultou o aprofundamento de várias questões, dando ao texto uma certa linearidade e permitindo que o discurso oficial se configurasse como voz predominante, a despeito do desejado. Contribuiu também para isso a pequena recorrência a fontes secundárias, o que impossibilitou uma compreensão mais ampla do processo histórico em relação ao tema em estudo, restringindo o espectro de análise. Agregue-se a essa dificuldade a inexistência de outros trabalhos sobre o mesmo tema que permitissem juntar fragmentos, indícios, sinais ou pistas que propiciassem o entendimento de questões pouco claras para mim. Assim, considero que a intenção de realizar um trabalho sob uma ótica mais crítica ficou na pretensão e o texto configurou-se de modo predominantemente linear.

Considerando essas objeções, acredito que a relevância desta pesquisa encontra-se no fato de que organiza o material histórico disponível no APESC, propiciando, assim, que pesquisadores interessados na temática possam tomá-lo como indicativo das iniciativas concernentes ao ensino agrícola levadas a efeito no Estado de Santa Catarina.

2 OS PRIMÓRDIOS DO ENSINO AGRÍCOLA

2.1 Introdução

As primeiras escolas públicas de ensino elementar criadas em Santa Catarina pelo Imperador D. Pedro I datam de 1830. Anterior a esta data havia iniciativas esporádicas relacionadas à implantação do ensino público. Um incremento maior desta atividade deu-se após a independência política do país, em 1822, quando surgiu a necessidade de o Estado oferecer escola elementar para a população tendo em vista a criação de uma opinião homogênea em prol dos seus interesses. Na época propagava-se a idéia de que da instrução dependiam os processos civilizadores, materiais e políticos, de uma nação. As crianças que freqüentavam as escolas públicas eram, em sua maioria, oriundas de famílias de baixa renda, ligadas principalmente a atividades rurais, de pesca ou de carregamento de navios. As famílias mais abastadas, minoria da população, dispunham de professores particulares ou enviavam seus filhos para as escolas privadas ou, ainda, para estudar em colégios fora da Província. À medida que cresceu a população, cresceu o número de escolas, num processo no qual foi se constituindo a rede escolar de Santa Catarina.¹⁵

Até a década de 1840, as escolas eram divididas em duas modalidades: as de ensino mútuo e as de ensino individual. Nas de ensino mútuo, utilizava-se o método Lancaster¹⁶ onde os alunos mais adiantados, instruídos pelo professor,

¹⁵ SCHMIDT, Leonete Luzia. *A constituição da Rede Pública de ensino elementar em Santa Catarina: 1830-1859*. Florianópolis, 1996. p.27

¹⁶ Este método foi difundido na Inglaterra pelo pastor anglicano Andrew Bell, e pelo quaker Joseph Lancaster, a partir de 1789. Segundo SCHMIDT (1996 p. 73), o Brasil adotou-o como método oficial nas escolas públicas no início do século XIX. Sobre o método Lancaster cf. também MANACORDA (1989).

atuavam como auxiliares ou monitores nas classes iniciais. Este método proporcionava ao Estado certa economia, não necessitando de um grande número de professores. Nas de ensino individual havia um professor para cada classe. As escolas eram divididas, também, em masculinas e femininas, sendo as primeiras em número bem maior.

Um dado que chama a atenção nos documentos oficiais pesquisados é a presença de escolas particulares. Em 1836, em relatório lido na abertura da segunda sessão da primeira legislatura provincial, o Presidente José Mariano de Albuquerque Cavalcanti destaca que existiam 18 escolas públicas de primeiras letras com 553 alunos e uma de latim, considerada instrução secundária, com sete alunos matriculados. Além das escolas públicas havia 21 escolas particulares com 448 alunos. Refere-se, também, à desorganização da instrução pública e à necessidade de criação de novas escolas.¹⁶

Além da desorganização, da falta de escolas e de professores - argumentos sempre presentes no discurso oficial -, a verba destinada ao ensino público era muito pequena quando comparada a outros itens. Nos orçamentos da província, apresentados anualmente à Assembléia, verifica-se a disparidade entre as verbas destinadas à instrução pública relativamente às demais. O orçamento de 1845, por exemplo, destinava 11:100\$000 (onze contos e cem mil réis) à instrução pública, enquanto ao culto público¹⁷ eram destinados 40:614\$840 (quarenta contos, seiscentos e quatorze mil, oitocentos e quarenta reis).¹⁸ O total previsto no item *despesas* deste orçamento era de 72:450\$000. Na verba para culto público não estavam incluídas as despesas com construção e reforma de igrejas e capelas, que faziam parte de outra rubrica. Tratava-se somente do pagamento dos padres e de outros gastos por eles efetuados. Este exemplo é muito significativo uma vez que pouco mais de 15% do orçamento era investido na instrução pública, enquanto que

¹⁶ SANTA CATARINA. Relatório do Presidente da Província José Mariano de Albuquerque Cavalcanti à Assembléia Legislativa da Província de Santa Catarina na abertura da 2ª sessão da primeira legislatura provincial. 1836. p.3.

¹⁷ Culto público era denominação utilizada à época para referir-se à igreja.

¹⁸ SANTA CATARINA. Lei nº 218 de 07 de maio de 1845. Autoriza despesas com instrução pública e culto público. *Coleções de Leis do Estado de Santa Catarina*: 1841 -1845.

mais de 50% era destinado ao culto público.

Anterior à década de 40 do século XIX, existiram algumas iniciativas esporádicas por particulares, incentivados pelo governo, criando aulas de ensino secundário, mas predominaram as escolas de primeiras letras na Província. Posteriormente se fez nova tentativa no sentido de se estabelecer o ensino secundário, desta vez no Governo de Antero José Ferreira de Brito: em 1843, padres jesuítas espanhóis expulsos da Argentina se estabeleceram no Desterro e deram início às primeiras aulas.¹⁹ Recebendo auxílios financeiros do governo da Província, em 1845 os jesuítas iniciaram um curso de Latim. Em 1847, além da aula de Latim, ensinavam Geografia, Filosofia, História, Retórica, Geometria e Francês. Estas aulas funcionavam num estabelecimento localizado no então bairro Mato Grosso.²⁰ Segundo SCHARDONG, em 1849, a Assembléia Provincial, apesar dos apelos contrários do Presidente Coutinho, cancelou os subsídios dados ao Colégio, devido à falta de fiscalização por parte do poder público naquele estabelecimento. Como consequência desses desentendimentos, o Colégio dos Jesuítas deixou de receber subvenção e passou a cobrar uma mensalidade de 20\$000 dos alunos externos. Em 1853, tendo vários de seus professores falecidos em virtude da febre amarela, o Colégio fechou suas portas.²¹

Aproveitando-se da situação desfavorável aos padres jesuítas com o corte da subvenção, em 1849 o Padre Joaquim Gomes de Oliveira Paiva, então deputado provincial pelo Partido Conservador - que, com maioria na Assembléia, havia cancelado a subvenção ao Colégio dos Jesuítas -, fundou, em fevereiro de 1850, o Colégio de Belas Letras, estabelecimento de ensino secundário que concorria com o já existente. Compunha o programa de ensino aulas de Francês, Inglês, Latim, Geografia, História, Matemática, Retórica e Poética, Filosofia Racional e Moral, Elementos de Física, Química e Botânica, Música Vocal e Instrumental, Desenho e

¹⁹ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina**. Florianópolis: Imprensa da Universidade Federal de Santa Catarina, 1968. p.134-135.

²⁰ Atualmente corresponde a área onde se encontra a Praça Getúlio Vargas, no Centro de Florianópolis.

²¹ SCHARDONG, Rosmeri. **A instrução pública secundária em Desterro - o Atheneu Provincial (1874 - 1883)**. Florianópolis, 1997. p.27-30.

Escrituração Mercantil. Para SCHARDONG, “muito mais que oferecer uma alternativa aos pais que quisessem matricular seus filhos num colégio que não o dos jesuítas, o Padre Paiva queria disputar com estes a demanda de ensino secundário.”²² O Belas Letras funcionou até 1852.²³ Fechados os dois colégios, a Província ficou sem estabelecimento de ensino secundário, permanecendo apenas a aula de Latim. Restaurada pelo Presidente da Província, a aula de Latim funcionou até junho de 1855, quando o professor, Padre Sebastião Antônio Martins, solicitou demissão.²⁴

A situação precária da instrução pública só se modifica substancialmente no governo de Coutinho. Nascido no Rio de Janeiro, bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo, governou Santa Catarina de 04 de janeiro de 1850 até 23 de setembro de 1859. Seu governo se destacou por ter sido um dos mais longos desde que Santa Catarina foi elevada à condição de Província e pelas obras que realizou. Coutinho ergueu o primeiro mercado público de Desterro (1851), deu início à colonização alemã no Vale do Itajaí, com a fundação da Colônia Blumenau (1850), e, mais tarde, com o estabelecimento da Colônia Dona Francisca, atual Joinville (1851). Criou o Montepio dos Servidores do Estado, instalou a Caixa Econômica (1854) e autorizou a instalação da Biblioteca Pública (1855), além de inaugurar o Liceu Provincial, o Teatro Santa Isabel e a Companhia de Aprendizes Marinheiros (1857).²⁵

No campo educacional, seu governo também se destacou. Além de reverter a situação das verbas, em 1854 a Resolução 382, de 1º de julho, regulamenta o ensino primário público e privado na Província.²⁶ Em 06 de maio de 1856, através da Resolução 417, foram criadas, na Capital, algumas cadeiras de instrução pública

²² Op. cit., p.31.

²³ Op. cit., p.30-32.

²⁴ Op. cit., p.35.

²⁵ SCHMIDT, Leonete Luzia. **A constituição da Rede Pública de ensino elementar em Santa Catarina: 1830-1859.** Florianópolis, 1996. p.57.

²⁶ SANTA CATARINA. Resolução nº 382 de 1º de julho de 1854. Regulamenta o ensino primário e particular na Província. **Coleções de Leis do Estado de Santa Catarina.** 1854 -1858.

secundária: Francês, Inglês, Latim, Filosofia Racional e Moral, Retórica e Poética, História e Geografia, e Matemática.²⁷ Esta resolução também regulamentou a contratação de professores e os concursos públicos, criou a direção da instrução secundária, que seria exercida por um professor, e, finalmente, determinou os salários e gratificações, diferenciados dependendo da disciplina. Em 1859 foi criado, pelo mesmo Presidente, o primeiro Regulamento para Instrução Primária e Secundária da Província.

Conforme mencionado anteriormente, em 1857 foi criado o Liceu Provincial, escola pública de instrução secundária que oferecia as cadeiras criadas em 1856. No orçamento de 1858 apareceu, pela primeira vez, no item *Instrução Pública*, os vencimentos de diretor, professores e porteiro de Liceu, indicativo de que a escola já estava funcionando.²⁸ Neste ano, matricularam-se, no Liceu, 24 alunos, e, no ano seguinte, 35.²⁹

O Liceu Provincial foi extinto em 1864, ficando a Província sem uma escola secundária. Para suprir tal deficiência a Lei 540, de 05 de abril, autorizou o Presidente da Província Alexandre Rodrigues da Silva Chaves, a contratar, com o Reverendo Jacques Razzine, o restabelecimento do colégio que havia existido na Capital, dirigido pelos padres da Companhia de Jesus.³⁰

Algumas evidências indicam que a extinção do Liceu deveu-se, provavelmente, pelo pequeno número de alunos matriculados e pelo baixo aproveitamento escolar. Na Fala de 1859, o Presidente referiu-se a tal situação:

dos 24 alunos matriculados um destes deixou de comparecer desde o primeiro dia. Dos 23 freqüentaram as aulas de Latim 14, de Francês 11, de Inglês 10, de Matemática 05, de Geografia 02, e de Filosofia 03.

²⁷ SANTA CATARINA. Resolução nº 417 de 06 de maio de 1856. Cria na Capital as cadeiras de instrução secundária de Francês, Inglês, Latim, Filosofia Racional e Moral, Retórica e Poética, História e Geografia, Matemática. *Coleções de Leis do Estado de Santa Catarina*. 1854 -1858.

²⁸ SANTA CATARINA. Resolução nº 456 de 05 de maio de 1858. Cria despesas com vencimentos do Diretor, professor e porteiro do Liceu. *Coleções de Leis do Estado de Santa Catarina*. 1854 -1858.

²⁹ SANTA CATARINA. *Fala do Presidente da Província João José Coutinho dirigida à Assembléia Legislativa Provincial no ato de abertura de sua sessão ordinária em 1º de março de 1859*. 1859.

³⁰ SANTA CATARINA. Lei nº 540 de 05 de abril de 1864. Extingue o Liceu Provincial e autoriza a Província a contratar com o Reverendo Jacques Razzine o estabelecimento do Colégio que existiu nesta capital, dirigido pelos Padres da Companhia de Jesus. *Coleções de Leis do Estado de Santa Catarina*. 1864.

Destes, um retirou-se logo no segundo mês, outro em setembro, e o último, que compareceu até o fim, não foi julgado capaz para exame. Da aula de Latim retiraram-se dois, e outros dois se não habilitaram para exame. Do Francês retiraram-se 03, do Inglês 01, de Matemática 01, e de Geografia 01.³²

Ou seja, ao final chegaram apenas 11, dos 24 alunos matriculados inicialmente. Estes resultados estavam muito aquém do esperado, especialmente quando se considera o custo de manutenção da escola e, principalmente, a necessidade da Província em formar seus cidadãos. Tendo em vista reverter o quadro, o Presidente da Província fez um apelo à Assembléia solicitando a aprovação de um dispositivo que garantisse, aos que tivessem o curso completo oferecido pelo Liceu, a preferência das vagas para os empregos públicos, inclusive professores de primeiras letras, independente de novos exames. Conforme o Presidente, esta disposição concorreria para uma maior freqüência às aulas do Liceu. Mesmo com esta nova tentativa, o Liceu não progrediu. Segundo SCHARDONG, “o Presidente da Província, Vicente Pires da Mota, tendo assistido a alguns exames finais em 1861, se expressou: não fiquei satisfeito com o que presenciei, [...] a instrução que adquiriram é bem fraca, [...]”.³³ Para a autora, o fraco desempenho dos alunos culminou com a redução do currículo, permanecendo apenas as cadeiras de Francês, Inglês, Latim e Matemática. Com a morte do professor de Latim, reduziu-se a três.³⁴

Mesmo o Liceu tendo sido extinto em 1864, as cadeiras de Francês, Inglês e Matemática, até então funcionando como “avulsas”, foram extintas somente em 1867 pela Lei 585.³⁵ Segundo a mesma lei, os professores não seriam despedidos, mas passariam a exercer, no caso dos de Francês e Inglês, funções compatíveis com suas habilitações nas repartições provinciais. A lei sugeria, ainda, que o professor de

³² SANTA CATARINA. *Fala do Presidente da Província João José Coutinho dirigida à Assembléia Legislativa Provincial no ato de abertura de sua sessão ordinária em 1º de março de 1859*. 1859.

³³ SCHARDONG, Rosmeri. *A instrução pública secundária em Desterro - o Atheneu Provincial (1874 - 1883)*. Florianópolis, 1997. p.45.

³⁴ Op. cit., p.45.

³⁵ SANTA CATARINA. Lei nº 585 de 28 de junho de 1867. Extingue as cadeiras de Francês, Inglês e Matemática, conservando os respectivos professores a vitaliciedade. *Coleções de Leis do Estado de Santa Catarina*. 1867.

Francês pudesse, ouvido o Presidente, exercer o cargo de bibliotecário público.³⁵ O professor de Inglês foi nomeado oficial maior da Secretaria do Governo e o de Matemática foi encarregado de explorar as riquezas naturais de Santa Catarina.³⁶

Em 1865, as três cadeiras do extinto Liceu continuavam funcionando, numa casa alugada, juntamente com a biblioteca, sendo que no ano de 1864, haviam se matriculado, nas três aulas, 39 alunos, sendo 24 na de Francês, 20 na de Inglês e 25 na de Matemática. Dos 39, 12 se retiraram durante o ano, demonstrando mais uma vez que a evasão escolar persistia.³⁷

Por iniciativa de alguns professores e com a ajuda do filho do Diretor, que se dispuseram a trabalhar gratuitamente, foram criadas as cadeiras de Gramática Latina e Nacional, de Geografia e Desenho e, mais tarde, a de História. O Presidente, Alexandre Rodrigues da Silva Chaves, autorizou a criação destas novas cadeiras com receio de que Reverendo Razzini não conseguisse abrir seu colégio devido às obras que deveriam ser feitas no prédio onde funcionara o Liceu. Entretanto, o Colégio Santíssimo Salvador foi inaugurado em 03 de fevereiro de 1865.³⁸

Em 1867, a Lei 586, de 28 de junho, autoriza o Governo a subsidiar o Colégio SS Salvador.³⁹ Trata-se de uma subvenção dada pelo governo, no valor de 3:000\$000, e mais um auxílio para obras, no valor de 4:500\$000. Dizia ainda a Lei que quando as verbas para reforma do prédio do Colégio fossem insuficientes, o Presidente poderia supri-las por conta da rubrica Obras Públicas.

Desta forma, o governo optou por incentivar os padres a se responsabilizarem pela instrução secundária, tirando do Estado a incumbência de

³⁵ Esses três professores eram estáveis e não podiam ser demitidos. A indicação do professor de francês para o cargo de bibliotecário teve apenas o caráter de suprir uma necessidade momentânea.

³⁶ SCHARDONG, Rosmeri. **A instrução pública secundária em Desterro - o Atheneu Provincial (1874 - 1883)**. Florianópolis, 1997. p.51.

³⁷ SANTA CATARINA. **Relatório do Presidente da Província Dr. Alexandre Rodrigues da Silva Chaves apresentado à Assembléia Legislativa Provincial na 2ª sessão da 12ª Legislatura Provincial. 1º de março de 1865**. 1865.

³⁸ Op. cit.

³⁹ SANTA CATARINA. Lei nº 586 de 28 de junho de 1867. Orça e fixa despesas da Província e dá outras providências. **Coleções de Leis do Estado de Santa Catarina**. 1867.

mantê-la diretamente. Os auxílios ao Colégio SS Salvador, o único estabelecimento de ensino secundário da Província, permanecem nos anos de 68 e 69.

Vários problemas em relação ao Colégio começam a surgir a partir de 1865. O jornal conservador, *O Despertador*, de 11 de novembro de 1865, noticiando a visita que o Imperador D. Pedro II fez ao Colégio, afirma que Sua Majestade após interrogar alguns alunos recomendou aos padres que fossem mais cuidadosos na instrução dos seus colegiais. A partir daí várias críticas foram publicadas nos jornais locais. Para esclarecer as dúvidas o Diretor do Colégio solicitou ao Presidente que realizasse um inquérito no estabelecimento, o qual concluiu que eram infundadas as críticas e que o mesmo achava-se nas condições mais desejáveis para um estabelecimento daquela ordem. A partir dessa crítica tem início um jogo entre liberais, que apoiavam o Presidente e o Colégio e conservadores, de onde partiam as críticas.⁴⁰

Segundo a opinião do Presidente da Província, Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, contida no relatório de 1868, o Colégio

marcha com regularidade; mas não tem feito grande progresso, conforme é reconhecido pelo respectivo diretor, e se pode inferir do número de alunos que o freqüentaram durante o ano. Funcionaram não obstante as aulas de todas as matérias que constituem o curso preparatório das faculdades de direito do Império, sendo assim preenchida a condição 3^a do contrato celebrado entre a província e os padres da companhia, que dirigem o colégio.⁴¹

Mais uma vez o problema estava no reduzido número de alunos que freqüentavam a Escola. Para solucionar a questão, nova tentativa é feita, agora no sentido de criar atrativos para aumentar a procura e a permanência dos alunos. Uma delas, foi o pedido do Diretor ao Presidente para que se montasse um laboratório de Física Experimental. Tudo indica que tal solicitação não foi aceita. No mesmo relatório, o Presidente lembra que foi repassada para o Colégio a quantia de

⁴⁰ SCHARDONG, Rosmeri. *A instrução pública secundária em Desterro - o Atheneu Provincial (1874 - 1883)*. Florianópolis, 1997. p.51.

⁴¹ SANTA CATARINA. *Relatório apresentado á Assembléia Legislativa Provincial de Santa Catarina na sua sessão ordinária e ao 1º vice-presidente Comendador Francisco José de Oliveira por ocasião de passar-lhe a administração o Presidente Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda no ano de 1868*. 1868.

4.500\$000 para obras. Sobre esse assunto, pondera o Presidente:

Embora o relatório que me foi presente não contenha informação sobre a natureza e o estado de tais obras, contudo consta-me que não se acham concluídas, não tendo bastado para isso a predita subvenção. No relatório com que abri a sessão legislativa do ano passado, falando do pedido daquele auxílio, não encobri a opinião de que a situação financeira da província era pouco própria para a concessão de tal favor. Com igual franqueza manifestarei agora a mesma opinião, porque subsiste ainda imperiosa a necessidade de economias, e porque não me parece muito justificável o dispêndio feito pela Província com o aumento de acomodações de um colégio particular, posto que subvencionado pelos seus cofres, quando tantas obras de mais reconhecido e mais imediato interesse público estão sendo todos os dias adiadas para época mais prospera e mormente quando o contrato de 9 de setembro de 1864 contém a cláusula expressa de que a despesa com reparos e acrescentamentos do edifício correrá por conta do cessionário.⁴²

Em 1870 o Vice-Presidente afirma em seu relatório que

o colégio não preenche os fins para que foi criado. A instrução especial que aí se dá prepara o espírito somente para a vida religiosa, e não sei se devido a esta causa, ou a outras, que o estabelecimento tem perdido toda a freqüência, de maneira que o número de seus alunos eleva-se a pouco mais de 12 internos, sendo a maior parte deles filhos de outras Províncias.⁴³

O Presidente Fonseca Galvão foi substituído pelo liberal André Cordeiro de Araújo Lima, que nomeou outra comissão para investigar o Colégio. Ao dirigir-se ao Colégio, a comissão foi impedida pelo Diretor de realizar seus trabalhos, que não permitiu que alguns alunos fossem examinados. Por este motivo o Presidente suspendeu a subvenção ao Colégio e, em 21 de março de 1870, aceitou a rescisão do contrato por parte dos padres jesuítas.⁴⁴

Quanto ao ensino primário, os dados apresentados em 1868, demonstram

⁴² Op. cit.

⁴³ SANTA CATARINA. *Relatório apresentado pelo segundo Vice-Presidente da Província de Santa Catarina, Manoel do Nascimento da Fonseca ao Presidente da Província, André Cordeiro de Araújo Lima em três de janeiro de 1870*. 1870.

⁴⁴ SCHARDONG, Rosmeri. *A instrução pública secundária em Desterro - o Ateneu Provincial (1874 - 1883)*. Florianópolis, 1997. p. 54-55.

que a Província apresentava a seguinte situação: existiam 70 escolas públicas, sendo 48 do sexo masculino e 22 do feminino. Nestas escolas matricularam-se 2212 alunos (1602 do sexo masculino e 610 do feminino).⁴⁵ Foram examinados e aprovados 209 alunos das escolas públicas. Das particulares, somente 11 enviaram seus mapas e foram frequentadas por 389 alunos, sendo 285 meninos e 194 meninas. No ano de 1867, portanto, a instrução escolar foi dada a um total de 2601 alunos. Afirmou o Presidente que tais dados não correspondiam à realidade, pois existia um número maior de escolas particulares. Ao avaliar tal situação diz o Presidente:

Dado como certo que 3000 alunos recebessem na província o ensino primário, sendo a população, conforme a última estatística, calculada em cerca de 120.000 habitantes, segue-se que a proporção do ensino para a população foi de 1 aluno por 40 habitantes. Esse resultado é pouco satisfatório, sobretudo quando comparado com os que se observam nos países em que a instrução elementar se acha largamente desenvolvida, como a França, onde a proporção é de 1 aluno por 11 habitantes, e principalmente a Prússia, onde é de 1 por 6 habitantes. Causas especiais, e em grande número, afastarão de nós ainda por muito tempo tão magníficos resultados: mas convém tê-los sempre presentes para cuidarmos seriamente de espalhar quanto for possível o ensino, e de o ir pouco a pouco aperfeiçoando.⁴⁶

Assim, segundo o Presidente, a escola pública tinha pouco alcance, havendo portanto necessidade de aperfeiçoá-la. Para tanto, neste mesmo relatório de 1868, o Presidente salienta a necessidade de reformar a instrução pública. Esta reforma é concretizada através de um novo regulamento para a instrução pública, aprovado pela Lei nº 600.⁴⁷ De acordo com o novo regulamento, a Diretoria Geral das Escolas foi transformada em *Inspetoria de Instrução Pública*, ficando a ela subordinados o ensino primário e secundário, tanto público quanto privado e a *Biblioteca Pública*, onde deveria funcionar a secretaria do novo órgão. Segundo a lei, o Presidente

⁴⁵ SANTA CATARINA. Relatório apresentado á Assembléia Legislativa Provincial de Santa Catarina na sua sessão ordinária e ao 1º vice-presidente Comendador Francisco José de Oliveira por ocasião de passar-lhe a administração o Presidente Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda no ano de 1868. 1868.

⁴⁶ Op. Cit.

⁴⁷ SANTA CATARINA. Lei nº 600, de 13 de abril de 1868. Autoriza o Presidente da Província a reorganizar o serviço da Instrução Pública. *Coleções de Leis do Estado de Santa Catarina*. 1868.

determinaria a organização e o regimento da nova repartição e o pessoal necessário para seu funcionamento seriam os empregados do extinto Liceu, ou, na falta deles, no caso de já se encontrarem em outros órgãos do governo, seriam aproveitados funcionários da secretaria da Assembléia Provincial. Além destas mudanças, em nível estrutural, foram suprimidas as escolas dos arraiais, fato que causou certa polêmica. Referindo-se a esta questão diz o Presidente em seu relatório:

A supressão destas escolas decretada pelo Regulamento, quer encarada sob o ponto de vista da economia, quer sob o de vantagem para o ensino, longe de trazer benefícios, é uma lacuna, uma falta que convém corrigir. Se a população é a base da criação e divisão das escolas, não vejo motivos para essa exceção, porque muitos arraiais contam com maior número de habitantes do que algumas sedes de freguesia, onde apenas há alguns fogos.⁴⁸ É este um mal tão patente que se procurou remediá-lo mandando contratar os professores particulares que aí lecionassem. Mas onde faltam as escolas particulares, como nos arraiais dos Ratoes, Rio Tavares, Tijuquinhas, Ganchos e outros, como suprir a falta, e dar ensino aos habitantes? Deve pois desaparecer do Regulamento aliás sujeito a vossa aprovação, esta exceção que não tem razão de ser.⁴⁹

A Lei nº 620, de 04 de junho de 1869, aprovou o texto final do regulamento de 29 de abril de 1868 com algumas modificações, inclusive, revogando o artigo que extinguiu as escolas dos arraiais.⁵⁰ Outra modificação feita foi em relação ao ensino secundário. Segundo a lei: “serão consideradas do 2º grau as escolas da Capital, cidades da Laguna, Lages, S. José, S. Francisco, Vilas de Itajaí e Joinville, não podendo, porém, os respectivos professores gozar as vantagens da tabela anexa, sem que se tenham previamente habilitado na forma do regulamento”.⁵¹

Por esta lei, as escolas das cidades e vilas citadas poderiam oferecer cursos

⁴⁸ Esta expressão é utilizada para referir-se à casa, habitação. Cada fogo corresponde a um fogão à lenha.

⁴⁹ SANTA CATARINA. Relatório apresentado á Assembléia Legislativa Provincial de Santa Catarina pelo Presidente Dr. Carlos Augusto Ferraz de Abreu no ato de abertura da sessão em 2 de abril de 1869. 1869.

⁵⁰ SANTA CATARINA. Lei nº 620, de 04 de junho de 1869. Aprova o regulamento de 29 de abril de 1868, com as modificações constantes dos artigos 2 - 14 desta Lei. Coleções de Leis do Estado de Santa Catarina. 1869.

⁵¹ Op. cit.

em nível secundário, desde que os professores fossem habilitados, segundo o regulamento aprovado. A tabela a que se refere a lei trata dos vencimentos dos professores de 1º e 2º graus, do inspetor geral, do secretário e bibliotecário e do porteiro, que servia também de contínuo. É interessante perceber que o salário do porteiro e dos professores de 1º grau é o mesmo, ou seja, 800\$000; os professores de 2º grau recebiam 1:000\$000; o secretário, 1:200\$000; e o diretor, 1:800\$000.

Por várias vezes os governantes manifestam-se no sentido de que reformas freqüentes prejudicam o desenvolvimento da instrução pública, como se verifica no relatório de 1868. Apesar destas manifestações, em 1872, através da Lei nº 685, de 24 de maio, ocorre nova reforma na instrução pública de Santa Catarina.⁵² Várias medidas são tomadas, como a extinção de algumas escolas de 2º grau e da Inspeção Geral da Instrução Pública.

Mesmo extinguindo as escolas secundárias, a Lei nº 685, no item *Instrução Pública*, destinou uma verba de 2:400\$000 como subvenção a um colégio de segundo grau e o Artigo 26 do Capítulo II autoriza o Presidente a contratar, com D. Rosalina Villela Paes Leme, ou *com quem melhores vantagens oferecesse*, o estabelecimento de um colégio de instrução secundária. Segundo a lei, o Colégio seria gratuito para os externos, haja vista a subvenção dada pelo Governo e a cessão do prédio e da chácara em que funcionara o Liceu Provincial. O Colégio de D. Rosalina, denominado Colégio da Conceição, começou a funcionar em 10 de janeiro de 1873. Este ato do Governo foi uma nova tentativa de fazer com que a iniciativa privada, subvencionada pelo Estado, se responsabilizasse pela instrução secundária.

Segundo SCHARDONG, no final de 1871 o Presidente da Província, Joaquim Bandeira de Gouveia, já havia concedido provisoriamente o prédio e a chácara do extinto Liceu ao Capitão Tenente Jacinto Furtado Paes Leme para que instalasse ali um colégio de instrução secundária para o sexo masculino, oferecendo também, instrução primária.⁵³ O colégio seria dirigido por sua esposa, D. Rosalina

⁵² SANTA CATARINA. Lei nº 685, de 24 de maio de 1872. Orça despesas com Instrução Pública e dá outras providências. *Coleções de Leis do Estado de Santa Catarina*. 1872.

⁵³ SCHARDONG, Rosmeri. *A instrução pública secundária em Desterro - o Atheneu Provincial (1874 - 1883)*. Florianópolis, 1997. p.56-57.

Paes Leme. Em 13 de fevereiro de 1872, o colégio começou a funcionar, cobrando mensalidade de todos os alunos. Após a aprovação da lei que designa subvenção ao colégio é que este passou a oferecer gratuitamente as aulas de Latim, Francês, Inglês e Matemática.

Ainda segundo SCHARDONG, no mesmo período em que se organizava o Colégio de D. Rosalina, outras iniciativas surgiram na Capital. Guilherme Henrique Wellington e sua esposa anunciaram através do jornal *Despertador* que pretendiam abrir uma colégio de meninas, de instrução primária e secundária e anunciavam também o estabelecimento de um colégio de meninos - o Colégio Catarinense, que durou até 1874. Além destas, aulas particulares eram oferecidas através de anúncios no jornal.⁵⁴

Em 1874 nova reforma ocorre no sistema educacional da Província. A Lei nº 699, de 11 de abril, cria um Conselho Municipal de Instrução Pública e em cada município um Inspetor Municipal.⁵⁵ O cargo deveria ser ocupado, preferencialmente, pelo Juiz de Direito, quando este se dispusesse a exercer tal função gratuitamente. Cria, também, em cada paróquia, um ou mais Inspectores Paroquiais, conforme sua extensão ou população. A Lei nº 699 determina, ainda, que o Conselho fosse composto por um Inspetor Municipal, como presidente, um Inspetor Paroquial, como secretário, além do Administrador da Fazenda Provincial, como tesoureiro e mais dois cidadãos, todos servindo gratuitamente. Outra determinação é a obrigatoriedade da freqüência à escola dos meninos de 07 a 14 anos e das meninas de 07 a 10 anos.

Em 22 de abril de 1874, apenas onze dias após a aprovação da Lei nº 699, que reformou o sistema educacional, é aprovada a Lei nº 716 que restaura o cargo de Inspetor Geral da Instrução Pública, com um ordenado de 2:400\$000 anuais e determina que a Biblioteca Pública deva ficar ao encargo deste funcionário que, para tanto, receberia a gratificação de 300\$000 anuais.⁵⁶

⁵⁴ Op. cit., p.58-59.

⁵⁵ SANTA CATARINA. Lei nº 699, de 11 de abril de 1874. Cria na Capital um Conselho Municipal de Instrução Pública e em cada município um Inspetor Municipal. **Coleções de Leis do Estado de Santa Catarina**. 1874.

⁵⁶ SANTA CATARINA. Lei nº 716 de 22 de abril de 1874. Autoriza o Presidente da Província a reformar a

A mesma Lei autorizou também o Presidente João Tomé da Silva a reformar a instrução secundária, restaurando o antigo Liceu, agora com a denominação de *Ateneu Provincial*, que deveria funcionar em regime de internato. Para a instalação do Ateneu, a Lei aprovada permitia que o Presidente efetuasse uma reforma no edifício onde funcionava o Colégio da Conceição, ou alugar um prédio que oferecesse as condições necessárias. Os professores do Ateneu passariam a receber um salário de 800\$000, mais uma gratificação de 400\$000; o diretor receberia 1.200\$000 de ordenado e uma gratificação de 400\$000; e o censor, 600\$000, mais 200\$000 de gratificação.

O Ateneu foi instalado oficialmente no dia 01 de julho de 1874, e segundo o seu primeiro regulamento, de 25 de maio de 1874, seria um estabelecimento de instrução primária e secundária, cabendo à educação formar o coração dos alunos, inspirando-lhes o amor da religião e dos bons costumes, e à instrução, oferecer um sistema de estudos elementares das letras, ciências e artes.⁵⁷ Para SCHARDONG

a desejada modernização da cidade de Desterro e o crescimento demográfico colocou para os dirigentes da época, interessados na manutenção da ordem pública, a necessidade de disciplinar e controlar o espaço e a população urbana. A instrução, ao lado do aparato policial e da igreja, apresentavam-se como meios de prevenir a indesejada desordem. [...] O desenvolvimento intelectual e principalmente moral da população, através da instrução, era condição de progresso e civilização.⁵⁸

Nesta perspectiva seria inviável para a Província permanecer sem uma escola pública secundária, onde os filhos da elite dirigente pudessem adquirir cultura e se prepararem para os exames de habilitação para as Faculdades do Império.

Na Fala de 1876, o Presidente da Província, João Capistrano Bandeira de Mello Filho, fez um apelo à necessidade de melhorar a Instrução Pública. Menciona

Instrução Pública Secundária, restaurando o antigo liceu sob a denominação de Ateneu Provincial. *Coleções de Leis do Estado de Santa Catarina*. 1874.

⁵⁷ SCHARDONG, Rosmeri. *A instrução pública secundária em Desterro - o Atheneu Provincial (1874 - 1883)*. Florianópolis, 1997. p.80.

⁵⁸ Op. cit., p. 62-63.

que as despesas com a mesma são de 101:539\$590, enquanto que as rendas da Província não passam de 300:000\$000.⁵⁹ Praticamente um terço do orçamento era destinado à educação que, mesmo assim, não fez muitos progressos em relação à situação anterior. O Presidente localiza como um dos maiores entraves ao desenvolvimento da educação a má formação dos professores e, na sua Fala, refere-se à necessidade da criação de uma escola normal. Diz o Presidente:

A falta de uma escola normal, onde os que aspiram o magistério possam educar suas vocações, receber um molde de ensino, talhado segundo o adiantamento das matérias que o compõem, adquirir aptidões para que se haverem com prudência no meio de tantas índoles diversas, e finalmente dar arras de uma rigorosa moralidade, é certamente a causa preponderante da lentidão que se observa no ensino publico, apesar dos esforços daqueles a quem incumbe tarefa tão elevada e generosa. No meu sentir, é incontestável que da escola normal depende a elevação ou antes a regeneração da instrução primaria na Província. [...] O essencial são os professores, e estes só as escolas normais podem fazer e educar.⁶⁰

Para modificar ainda mais a situação da educação, ressalta o Presidente a necessidade de pagar bem os professores e lembra que várias escolas, especialmente as de “serra acima”, estão fechadas por falta de professores. Sugere, também, que se acabe com o internato do Ateneu, já que não se consegue ter bons resultados e que seja extinto o cargo de Diretor desta instituição. Recomenda que as atribuições do Diretor sejam exercidas por um dos lentes ou pelo Inspetor Geral da Instrução Pública. Como medida de economia e por achar supérfluo, sugere, com o fim do internato, a extinção do cargo de censor. Algumas destas medidas foram atendidas pela Assembléia.

Em 1876, a Lei nº 807, criava uma escola normal junto ao Ateneu, entretanto, esta escola não chegou a ser implantada. Esta mesma lei autorizou várias mudanças no Ateneu, principalmente em relação às disciplinas, cargos e modo de funcionamento. Tudo indica que o Ateneu começa a ser desmantelado. Em 1880, algumas disciplinas são suprimidas, bem como o cargo de Inspetor Geral da

⁵⁹SANTA CATARINA. Fala do Sr. Dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho abriu a 1ª sessão da 21ª legislatura da Assembléia Legislativa Provincial de Santa Catarina em 1 de março de 1876. 1876.

⁶⁰ Op. Cit.

Instrução Pública. No mesmo ano, ocorreu nova reforma da instrução pública.⁶¹

Em 1883, a situação da educação na Província não havia modificado muito. Argumentando que as matrículas no Ateneu eram em pequeno número, o Presidente Theodoreto Carlos de Faria Souto pede permissão à Assembléia para realizar nova reforma na Instrução Pública. Através da Lei nº 1029, de 19 de maio, o Ateneu é convertido em *Instituto Literário e Normal*. As cadeiras do Ateneu são mantidas e fica permitida a criação de outras relacionadas às matérias exigidas como preparatórias para a matrícula nas faculdades do Império. O ensino normal, dado no Ateneu, teria dois anos de duração e poderia ser criada uma escola primária anexa para cada sexo.

Esta Lei reorganiza o ensino público na Província. À parte a reformulação no Ateneu, ela autorizava o Presidente da Província a suprimir aquelas escolas cuja freqüência fosse inferior a 10 alunos e a criar novas escolas em localidades onde entendesse conveniente, dependendo da aprovação da Assembléia Provincial. Diz ainda que no regulamento orgânico, a ser elaborado pelo Presidente da Província poderão ser criadas instituições de ensino primário, secundário e profissional, que fossem precisas, ficando dependentes da aprovação da Assembléia na parte relativa às despesas.

Trata-se de uma nova reforma do ensino, das muitas que tinham sido feitas, e provavelmente não seria a última. Entretanto, há um fato novo na Lei nº 1029: é a primeira vez que se faz menção, numa lei, a uma escola profissional. Até agora só se falava em escolas de primeiras letras, que eram a grande maioria, em escola secundária, que só existia na Capital, bem como em curso normal, que poderia ser entendido, em certa medida, como uma escola profissional. E, neste mesmo ano, o Presidente Souto afirma em seu relatório que constituiu uma comissão para criar o Liceu de Artes e Ofícios, onde “*um pessoal numeroso de meninos e adultos pode receber instrução profissional*”.⁶²

⁶¹ SANTA CATARINA. Lei nº 859 de 04 de novembro de 1880. Lei nº 876, de 05 de março 1880. Lei nº 898, de 01 de abril de 1880. *Coleções de Leis do Estado de Santa Catarina*. 1880.

⁶² SANTA CATARINA. *Relatório com que o Exmo Sr. Dr. Theodoreto Carlos de Faria Souto abriu a segunda sessão da 24ª legislatura da Assembléia provincial de Santa Catarina em 25 de março de 1883*. 1883.

Apesar dos esforços e das constantes reformas, o ensino secundário na Província não consegue avançar. No relatório de 1887, diz o Presidente:

O Instituto Literário e Normal, que assim continua a ser chamado sem razão, não apresenta melhores condições. Por mais que tenha feito para o sustentar, não poucas vezes tenho chegado a desanimar. Ser-me-ia entretanto muito doloroso ver desaparecer o único estabelecimento de instrução secundaria em toda a Província.⁶³

A situação do Instituto não era boa. Enquanto no Liceu de Artes e Ofícios em 1886 haviam 77 alunos, no Instituto, a matrícula fora de apenas 65.

Assim, a educação pública na Província de Santa Catarina chega ao fim do século numa situação não muito diferente de quando se iniciou. Os principais problemas detectados durante vários anos ainda persistiam.

Em seu relatório de 1889, o Cônego Joaquim Eloy de Medeiros, que havia exercido vários cargos relacionados à educação, ao passar a administração da Província ao Sr. Abdon Batista, faz uma avaliação sobre o ensino público sintetizando vários argumentos já utilizados por outros Presidentes ao longo do tempo: reformas constantes, sem se aguardar os resultados das ultimas; leis de ocasião, com aplicação a determinados indivíduos; falta de habilitação da quase totalidade dos professores; insuficiência de provas exigidas para o cargo e a falta de fiscalização.⁶⁴

Quanto ao Instituto Literário e o Liceu de Artes e Ofícios, diz o Cônego:

Este estabelecimento de instrução secundária (referindo-se ao Instituto) garantia dos exames preparatórios na Província, e cuja utilidade ainda não foi bem compreendida, atingiu apenas o numero de 58 alunos, e isto mesmo porque se acham ainda abertas as matrículas, que deveriam ter sido encerradas a 3 de fevereiro. Funcionam regularmente as seguintes cadeiras: Português, Francês, Latim, Inglês, Retórica, História e Geografia e Matemática. Esta utilíssima instituição (referindo-se ao Liceu) tem prestado relevantes serviços à instrução não só das classes

⁶³ SANTA CATARINA. Relatório apresentado á Assembléia Legislativa Provincial de Santa Catarina 2ª sessão de sua 26ª legislatura pelo Presidente Francisco José da Rocha em 11 de outubro de 1887. 1888.

⁶⁴ SANTA CATARINA. Relatório de 26 de junho de 1889 com que o Sr. Cônego Joaquim Eloy de Medeiros 2º vice Presidente passou a administração da Província ao Gen. Sr. Dr. Abdon Batista, 1º vice Presidente em 26 de junho de 1889. 1889.

menos abastadas, isto é, dos que não têm recursos para beber a instrução em colégios particulares, mas ainda de todos aqueles que o procuram. Dirigido por distintos cavalheiros, alguns dos quais professores do Instituto, que sacrificam as horas de repouso de seus labores quotidianos à educação dos desfavorecidos da fortuna, todos eles se prestam graciosa e gratuitamente à difusão de ensino variado nesse estabelecimento, e os exames do fim do ano vêem sempre demonstrar quanta foi sua dedicação durante o ano letivo, apresentando brilhantes provas de seu trabalho e assiduidade. [...] Lecionam-se em dias e horas alternadas as seguintes disciplinas - 1^{as} letras, Português, Francês, Geografia, Historia, Aritmética, Música, Latim, Desenho e Arte tipográfica. Acham-se matriculados atualmente 60 alunos.⁶⁵

Durante o período pesquisado, os documentos referem-se apenas a uma escola secundária fora da Capital, mais precisamente na cidade de Laguna. Em 1876, foi fundada, nesta cidade, uma sociedade denominada *Propagadora da Instrução*, cujo objetivo era estabelecer uma escola de instrução primária e secundária e, ao mesmo tempo, fundar uma biblioteca popular. Segundo o Relatório de 1876, a Biblioteca Popular de Laguna foi inaugurada efetivamente em 25 de março do referido ano. Quanto à escola, não há notícias sobre sua criação.

A partir da década de 1840, com a criação do Colégio do Jesuítas, começa a se organizar o ensino secundário na Província. Localizadas basicamente na Capital, várias escolas foram implantadas, ora auxiliadas pelo governo, ora subvencionadas e em alguns momentos financiadas diretamente pelo Estado.

À medida que a sociedade foi se complexificando, colocou-se como necessidade aos governantes proporcionar escolas para a população. Passou a ser necessário preparar os novos dirigentes que seriam responsáveis pela manutenção do aparato burocrático do Estado bem como os destinos da Província. Assim, as escolas secundárias surgem com o objetivo de instruir os filhos das classes dirigentes, preparando-os para ingressarem nas faculdades do Império, enquanto que as escolas de primeiras letras ou escolas elementares eram destinadas à população de baixa renda.

Segundo SCHARDONG, nas décadas de 1870 e 1880 os temas que permearam o discurso e a ação dos dirigentes e responsáveis pela instrução foram a

⁶⁵ Op. cit.

liberdade, a secularização e a obrigatoriedade do ensino.⁶⁶ A obrigatoriedade foi admitida em 1874. A liberdade, embora já fosse permitida a abertura de escolas particulares sob autorização e inspeção do Estado, em 1868, estabeleceu-se claramente referindo-se ao ensino particular e sua animação. A secularização foi uma das bases da reforma da instrução pública de 1880. Esta secularização não implicava a exclusão do ensino religioso. Visava garantir a predominância dos interesses civis e afastar o perigo do monopólio religioso, pois este poderia colocar em risco a formação de cidadãos brasileiros identificados com os interesses nacionais.

Assim, educação e instrução como mantenedoras da ordem e dos bons costumes, bem como proporcionadoras da formação dos futuros dirigentes passam a ser preocupações constantes dos governos e das elites que o compõem. Para a preparação destes novos dirigentes; como exigência do desenvolvimento que se vivenciava e como necessidade à modernização almejada não poderia restringir-se simplesmente à ilustração da mocidade, fazia-se necessário introduzir a ciência, em pleno desenvolvimento na Europa, nos currículos locais. A secularização, acompanhada da criação de novas disciplinas, passa a favorecer esta necessidade.

2.2 - A cadeira de ciências naturais e a aula de agricultura prática

Até o início do século XIX predominou, no Brasil, o tipo de escola jesuítica. Mesmo a expulsão da Companhia de Jesus, em 1759, e a vinda da Família Real para o Brasil, em 1808 - momentos importantes que provocaram algumas mudanças na área educacional do País -, não foram suficientes para alterar de maneira significativa a estrutura educacional implantada pelos jesuítas.

⁶⁶ SCHARDONG, Rosmeri. *A instrução pública secundária em Desterro - o Atheneu Provincial (1874 - 1883)*. Florianópolis, 1997. p.64-65.

Para AZEVEDO,

O tipo de ensino e de educação, adotados pelos jesuítas, - sistema aliás útil às necessidades de seu principal consumidor, a Igreja, e outrora organizado por ela -, parecia satisfazer integralmente às exigências elementares da sociedade daquele tempo, de estrutura agrícola e escravocrata, em que o estudo, quando não era um luxo de espírito, para o grupo feudal e aristocrático, não passava de um meio de classificação social para os mestiços e para a burguesia mercantil das cidades.⁶⁷

Com a saída dos jesuítas, o ensino no país foi transferido basicamente para as mãos dos padres seculares e dos frades franciscanos e carmelitas. Atendendo o mesmo tipo de público do período anterior, o ensino pouco se alterou, permanecendo a mesma direção, os mesmos métodos e o mesmo regime de disciplinas, agora na forma de aulas régias, aulas avulsas e escolas elementares.

No princípio do século XIX começa a chegar no Brasil o ideário liberal, trazido por estudantes vindos de universidades européias, principalmente da Universidade de Coimbra. Neste período surgem o Seminário de Olinda (1800) e o Colégio Pedro II (1837)⁶⁸ que representaram, à época, as primeiras iniciativas na remodelação da educação do país. Mesmo ainda fiéis à tradição universalista e literária da cultura colonial algumas alterações foram promovidas, como a introdução de Matemática e Ciências Físicas e Naturais no Seminário de Olinda e do ensino científico no Colégio Pedro II.⁶⁹

Para FREYRE, o Seminário de Olinda

começou a ensinar as ciências úteis que tornassem o rapaz mais apto a corresponder às necessidades do meio brasileiro, cuja transição do patriarcalismo agrário para um tipo de vida mais urbana e mais industrial exigia orientadores, técnicos bem instruídos, e não apenas mecânicos e artífices negros e mulatos [...] como também o estudo dos problemas econômicos criados pela mineração, pela industrialização, pelo declínio da economia baseada simplesmente na monocultura ou no monopólio.⁷⁰

⁶⁷ AZEVEDO, Fernando de. **A transmissão da cultura**: parte 3. da 5. ed. da obra *A cultura brasileira*. São Paulo: Edições Melhoramentos, Instituto Nacional do Livro, 1976. p.62.

⁶⁸ O Colégio Pedro II localiza-se no Rio de Janeiro e o Seminário na cidade de Olinda, em Pernambuco.

⁶⁹ Op. cit., p. 64-66.

⁷⁰ FREYRE, Gilberto. Apud AZEVEDO, Fernando de. **A transmissão da cultura**: parte 3. da 5. ed. da obra

As mudanças políticas e econômicas que se processavam no país foram criando, aos poucos, a necessidade de um novo tipo de educação, que preparasse os jovens, de maneira científica, para um país que se tornava mais urbano e industrializado. No entanto, foi com a chegada de D. João VI, em 1808, e com as medidas por ele tomadas, que outras regiões do Brasil, principalmente Bahia e Rio de Janeiro, passaram a sofrer, de maneira mais significativa, a influência das idéias liberais européias. As medidas implantadas por D. João VI, sob a perspectiva de AZEVEDO, visavam

as formações especializadas e a preparação de um pessoal capaz de atender ao serviço público [...] limitou-se a criar escolas especiais, montadas com o fim de satisfazer o mais depressa possível e com menos despesas a tal ou qual necessidade do meio a que se transportou a corte portuguesa. Era preciso, antes de mais nada, prover a defesa militar da Colônia e formar para isso oficiais e engenheiros, civis e militares. [...] Eram necessários médicos e cirurgiões para o Exército e a Marinha. [...] Não eram menos necessários homens instruídos e técnicos em economia, agricultura e indústria [...] que satisfizessem às necessidades do meio brasileiro em transição para um tipo de vida mais urbana e industrial e para uma melhor organização da economia agrícola do país.⁷¹

Dessas necessidades decorreram as escolas no Rio de Janeiro e na Bahia. As iniciativas de D. João VI, circunscritas quase que exclusivamente àqueles territórios, tiveram pouco alcance no resto do país. No entanto, para AZEVEDO elas representaram “uma ruptura completa com o programa escolástico e literário do período colonial”. Representaram “não só uma das fases mais importantes de nossa evolução cultural, mas o período mais fecundo em que foram lançados os germes de numerosas instituições nacionais de cultura e de educação”⁷². A partir, então, do Seminário de Olinda, das escolas criadas por D. João VI e do Colégio D. Pedro II, formou-se toda uma geração de médicos, engenheiros e bacharéis, que viriam influenciar os rumos político, econômico e social das próximas décadas. Entretanto, como dito anteriormente, as influências do ideário liberal ficaram, nestas primeiras

A cultura brasileira. São Paulo: Edições Melhoramentos, Instituto Nacional do Livro, 1976, p.66.

⁷¹ AZEVEDO, Fernando de. **A transmissão da cultura:** parte 3. da 5. ed. da obra A cultura brasileira. São Paulo: Edições Melhoramentos, Instituto Nacional do Livro, 1976. p.70-71.

⁷² Op. cit., p.71.

décadas do século XIX, quase que exclusivamente circunscritas ao Rio de Janeiro e à Bahia. Em Santa Catarina, até a década de 1850, predominou o ensino literário clássico introduzido pelos jesuítas, que, retornando ao Brasil em 1842, fundaram na Província seu primeiro colégio que funcionou entre 1845 e 1853. A partir desta época começaram a surgir inovações no ensino, principalmente secundário. Um exemplo foi a criação, pelo padre e deputado provincial Joaquim Gomes de Oliveira e Paiva, do Colégio de Belas Letras, inaugurado em dois de fevereiro de 1850, no qual, além das disciplinas comuns à época, introduziu no currículo Elementos de Física, Química e Botânica. Esta parece ser a primeira referência sobre uma disciplina relacionada às ciências naturais. Mesmo não tendo informações que permitissem afirmar o pleno funcionamento desta disciplina, uma vez que, segundo os relatórios oficiais, algumas das cadeiras oferecidas pelo padre Paiva não chegaram a ser lecionadas, deve-se considerar a relevância de tal fato. A introdução de disciplinas científicas, no Colégio Belas Letras, inaugura um novo tipo de currículo na Província. Conquanto não caracterize um rompimento brusco com o ensino clássico e literário, o ensino científico surge como uma necessidade para a formação das novas gerações, demandada pela emergência de um tipo de vida mais urbano e industrial. Surge também como necessidade para a formação dos próprios padres. Segundo LIMA, as novas disciplinas introduzidas no Seminário de Olinda, eram oferecidas inclusive àqueles que se destinavam às ordens sacras. Para esse autor, o diretor do Seminário “visava formar gerações de párocos-exploradores, os quais a um tempo pastoreassem as almas e devassassem as riquezas vegetais e minerais de suas freguesias, podendo compreender os descobrimentos que fizessem e sabendo tirar deles proveito”⁷³. Mesmo não tendo informações sobre o tipo de formação que o padre Paiva recebeu no Seminário de São José, na Corte, onde estudou, e considerando que cada vez mais a igreja expandia suas atividades para outras esferas como o jornalismo, a política e a economia, pode-se inferir que a atitude do padre Paiva não tinha simplesmente a intenção de criar disciplinas atrativas aos jovens. Estas se configuravam como necessidades apresentadas por

⁷³ LIMA. Apud AZEVEDO, Fernando de. **A transmissão da cultura**: parte 3. da 5. ed. da obra *A cultura brasileira*. São Paulo: Edições Melhoramentos, Instituto Nacional do Livro, 1976, p.66.

aquele momento histórico que, ecoando na Província, nela encontravam seus acólitos.

Creio ser possível pensar, nessa esteira, que se operava uma mudança importante no ensino destinado aos jovens na medida em que se procurava vincular os conteúdos científicos à sua formação.

O fato de que as dificuldades apresentadas à época não permitiram que o Colégio Belas Artes fosse além de 1852, assim como se viram frustradas outras iniciativas assemelhadas, não invalida o reconhecimento de que este era um problema sob constante busca de solução.

A partir de 1857, o governo de Santa Catarina passou a dirigir o ensino secundário através do Liceu Provincial. Em 1859, o então Presidente, João José Coutinho, criou, no Liceu, uma cadeira de Ciências Naturais e outra de Desenho. Para COUTINHO, as duas cadeiras

chamando a atenção dos alunos a objetos concretos e reais, darão um conveniente contrapeso aos estudos abstratos da Matemática, Filosofia, e línguas. É sobre as ciências naturais que se baseiam os grandes progressos da agricultura, da indústria fabril, dos meios de comunicação etc. de que justamente se ufana o nosso século. A cadeira de desenho, unida às de Ciências Naturais e de Matemática elementares, é de grande vantagem, ou para melhor dizer, necessária para termos bons e esclarecidos artífices.⁷⁴

Fica claro nesta observação a importância que a elite vinha dando a uma formação mais profissional, como base para o progresso econômico. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, Coutinho introduziu grandes mudanças na Província. Segundo SCHMIDT a administração de Coutinho “foi marcada por uma série de novas medidas que mudaram, de algum modo, os rumos da política, da economia e da cultura locais”.⁷⁵ A autora sugere, a partir dos estudos de ADORNO, que as atitudes de Coutinho tenham sido influenciadas por sua formação em São Paulo, onde, para aquele autor “as características da vida acadêmica de São Paulo,

⁷⁴ SANTA CATARINA. *Fala do Presidente da Província João José Coutinho dirigida à Assembléia Legislativa Provincial no ato de abertura de sua sessão ordinária em 1º de março de 1859*. 1859.

⁷⁵ SCHMIDT, Leonete Luzia. *A constituição da Rede Pública de ensino elementar em Santa Catarina: 1830-1859*. Florianópolis, 1996. p.57.

assim como os debates que se travaram entre os estudantes de direito [...] são exemplares para se compreender o sentido e o significado da gênese do processo de profissionalização da política, na sociedade brasileira, e mesmo as raízes da burocratização do aparelho governamental”.⁷⁶

No mesmo ano de 1859, as duas cadeiras passam a funcionar, sendo o professor de Matemática indicado para lecionar também a cadeira de Ciências Naturais e o de Francês, a cadeira de Desenho. A cadeira de Ciências era subdividida em Zoologia, Botânica, Química e Física, cada uma ministrada, respectivamente, nos últimos quatro anos do curso. Trata-se da primeira referência ao ensino de ciências encontrada nas leis da Província, desde 1835, que efetivamente foi lecionada. No orçamento de 1859, aparecem os vencimentos dos dois professores, o que indica que as cadeiras estavam em funcionamento. No relatório deste mesmo ano diz o Presidente que entregou a quantia de 500\$000 “para que se adquirisse, na Europa, utensílios para um pequeno gabinete de física e química”.⁷⁷

Era intenção do Presidente criar um laboratório no Liceu, onde os alunos pudessem ter aulas práticas. Percebe-se, portanto, uma nova orientação do ensino, onde as disciplinas de caráter clássico e literário começam a conviver com disciplinas científicas. Ademais, começa-se a introduzir a experimentação prática, através de laboratórios e gabinetes. É a ciência, propulsora do progresso, sendo introduzida na formação dos novos dirigentes.

O professor de Ciências Naturais foi o Dr. Fritz Müller (1822 - 1897) que em 1852 migrou com a família para a Colônia Blumenau e, em 1856, mudou-se para Desterro onde passou a lecionar Matemática no Liceu Provincial, a convite do Presidente da Província. Segundo MÜLLER, a criação da disciplina de Ciências Naturais foi iniciativa sua, proposta ao Presidente, além da formação de um pequeno

⁷⁶ ADORNO, Sérgio. Apud SCHMIDT, Leonete Luzia. **A constituição da Rede Pública de ensino elementar em Santa Catarina: 1830-1859**. Florianópolis, 1996, p.56.

⁷⁷ SANTA CATARINA. **Relatório apresentado ao Exmo Vice Presidente da Província Doutor Speridião Eloy de Barros Pimentel ao doutor João José Coutinho por ocasião de passar-lhe a administração da mesma província em 23 de setembro de 1859**. 1859.

horto botânico no Liceu, para auxiliar suas aulas.⁷⁸ Como as matrículas continuavam baixas e a desistência e a reprovação eram grandes, em 1862, pela Lei nº 516 as disciplinas do Liceu foram reduzidas e a cadeira de Ciências foi eliminada. Dois anos depois o próprio Liceu foi extinto.⁷⁹

Dez anos após a extinção do Liceu, o governo resolve restaurá-lo, agora com a denominação de Ateneu Provincial. Este estabelecimento ministraria a instrução secundária e funcionaria em regime de internato, segundo a lei que o criou.⁸⁰ Em 1875, por meio da Lei nº 768, de 21 de maio, foi criada uma aula de Agricultura Prática, anexa a este estabelecimento.⁸¹ De acordo com o parecer do Presidente, o professor poderia ser fixo ou ambulante. A lei que criou esta aula não cita os objetivos ou motivos que levaram à sua criação, porém pode-se presumir, pelo contexto da época, que se deveu mais a uma necessidade de difundir o advento de métodos científicos e da própria ciência do que para a preparação de mão-de-obra, haja vista a necessidade de qualificação da elite dirigente.

Procurando outros documentos sobre o Ateneu e sobre a criação da aula de Agricultura, não encontrei referências que pudessem indicar o funcionamento de tal disciplina. Segundo SCHARDONG, durante a vigência do segundo regulamento do Ateneu, elaborado em 1874, foram aprovadas várias leis que buscavam modificar ou ampliar a estrutura do colégio.⁸² Dentre elas estavam as que criaram a aula de Agricultura e uma Escola Normal, porém nenhuma das duas se efetivou. Importante demarcar que, a despeito da falta de informação sobre o seu funcionamento, a aula de *Agricultura Prática* foi a primeira iniciativa no sentido de se criar alguma atividade escolar relacionada diretamente à agricultura, principal fonte econômica

⁷⁸ MÜLLER, Fritz. A vida de Fritz Müller narrada por ele mesmo. **Blumenau em Cadernos**. Blumenau, n. 25, Maio/1983.

⁷⁹ SANTA CATARINA. Lei nº 516 de 05 de abril de 1862. Reduz as cadeiras do Liceu Provincial. **Coleções de Leis do Estado de Santa Catarina**. 1862.

⁸⁰ Sobre o Ateneu Provincial, cf. SCHARDONG, Rosmeri. **A instrução pública secundária em Desterro - o Atheneu Provincial (1874 - 1883)**. Florianópolis, 1997.

⁸¹ SANTA CATARINA. Lei nº 768, de 28 de abril de 1875. Cria uma aula de agricultura prática anexa ao Ateneu. 1876. **Coleções de Leis da Província de Santa Catarina**. 1875.

⁸² SCHARDONG, Rosmeri. **A instrução pública secundária em Desterro - o Atheneu Provincial (1874 - 1883)**. Florianópolis, 1997. p.80.

da Província de Santa Catarina. É possível concluir que a criação desta aula atendia aos reclamos, do momento, de tornar científica a produção provincial, fosse a industrial, fosse a agrícola.

2.3 A separação entre escolas urbanas e escolas rurais

Apenas um mês após a publicação da Lei nº 768, que criou a aula de Agricultura do Ateneu, o governo realiza nova reforma da educação, desta vez na instrução pública primária. Dentre as várias medidas destaca-se a separação entre escolas urbanas e rurais e a adoção de currículos diferenciados para ambas. Reza a referida lei:

Art. 4º - São escolas urbanas as da Capital e Cidades da Província, e compreenderão as seguintes disciplinas: Artes de ler, escrever e contar cientificamente, com o novo sistema de pesos e medidas. Noções de Civilidade, de Moral e Doutrina Cristã. Gramática portuguesa, Noções de Historia e Geografia Pátrias, Leitura corrente da Constituição e Desenho linear.

Art. 5º - São escolas rurais as das Vilas, Freguesias e Arraiais e compreenderão as seguintes disciplinas: Ler, escrever ditado com prática de ortografia, contar as 4 espécies em inteiros e decimais, e conhecimento prático das proporções, bem como do novo sistema de pesos e medidas. Noções de Civilidade e de Moral, Doutrina Cristã e Leitura da Constituição. Agricultura adaptada ao melhoramento da nossa lavoura.

Art. 6º - O ensino primário do sexo feminino acompanhará a classificação da do sexo masculino, pelo conteúdo das matérias a ensinar, com exclusão da Agricultura e compreenderá mais: Nas urbanas: Prendas Domésticas. Nas rurais: Prendas e Economias Domesticas, adaptadas aos serviços rurais [...].

Art. 9º - Para melhor resultado no ensino da Agricultura, o Presidente da Província fará escrever por pessoa habilitada um compêndio adaptado à

inteligência das crianças e às circunstâncias da Província, e o mandar logo imprimir e distribuir pelas escolas.⁸³

Esta reforma, portanto, qualifica as escolas da Província, promovendo diferenciações no currículo e separando-as em urbanas e rurais. Não se trata de uma simples qualificação geográfica, mas de uma diferenciação quanto ao conteúdo programático. Das escolas rurais foram excluídas as disciplinas de História e Geografia e Gramática Portuguesa. Além disso, a reforma promove uma distinção também no currículo destinado aos gêneros: ao separar as escolas, o governo criou, nas rurais, a disciplina de Agricultura, para os meninos, e Prendas e Economias Domésticas, adaptadas aos serviços rurais, para as meninas.

Nesta iniciativa do governo pode-se destacar um novo aspecto, se comparada à aula de Agricultura Prática. Esta seria destinada a alunos do Ateneu - escola secundária, localizada no meio urbano -, enquanto que a nova lei incluía as disciplinas de Agricultura e Prendas Domésticas nos currículos de escolas primárias da zona rural. Tal fato permite afirmar que esta iniciativa veio acompanhada de uma preocupação com o melhoramento da agricultura, introduzindo no programa das escolas primárias rurais conhecimentos técnicos acerca dessa atividade. Isso também é possível verificar na determinação legal que previa a produção de uma cartilha especial sobre agricultura. A pedido do governo, o *Conselho Diretor da Instrução Pública da Província de Santa Catarina* aprovou, em janeiro de 1879, o parecer de uma comissão nomeada pelo Presidente do Conselho com a finalidade de apreciar e dar parecer acerca do Catecismo de Agricultura para uso das Escolas de Instrução Primária do Brasil,⁸⁴ escrito pelo Dr. Antônio de Castro Lopes.⁸⁵

Essa cartilha é um documento bastante interessante e está organizado na forma de perguntas e respostas breves. Divide-se em 19 capítulos que tratam de vários aspectos relacionados à agricultura, tais como: ar, água, clima, solo e subsolo,

⁸³ SANTA CATARINA. Lei nº 776, de 21 de maio de 1875. Reforma a Instrução Pública primária da Província. *Coleção de Leis da Província de Santa Catarina*. 1875.

⁸⁴ SANTA CATARINA. *Ata da terceira reunião do Conselho Diretor da Instrução Pública da Província de Santa Catarina de 15 de janeiro de 1879*. Desterro, 1879.

⁸⁵ LOPES, Antonio de Castro. *Catecismo de agricultura para uso das Escolas de Instrução Primária do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. Americana, 1869.

preparo e melhoramento do solo, sementeiras e plantações, colheita, conservação dos produtos, doenças, além de um capítulo especial sobre algumas culturas como mandioca, milho, feijão, arroz e fumo, e outro sobre gado. Apresenta, também, o calendário agrícola publicado em 1860 por S. V. Vignerou Jousselandière que, segundo LOPES, foi um francês que trabalhou como lavrador no Brasil durante 37 anos. Para LOPES, o catecismo de agricultura “não tem por destino senão oferecer aos meninos uma leitura, que lhes inspire gosto e simpatia pela principal fonte de nossa riqueza; que lhes aguce a curiosidade, nesses estudos especiais”.⁸⁶

A aprovação dessa cartilha remete à discussão sobre as modificações que os currículos escolares vinham sofrendo com a introdução de novas disciplinas. A criação da aula de Agricultura no currículo das escolas rurais procurava estimular os jovens para a principal fonte de riqueza e iniciá-los num outro tipo de atividade escolar - a atividade científica - através da experimentação, de novos métodos e do aguçamento da curiosidade em estudos especiais.

Durante o período de 1835 a 1889, os documentos recolhidos possibilitaram-me afirmar que foram estas as iniciativas relacionadas ao ensino agrícola ou que poderiam ter contribuído para a constituição desta modalidade de ensino em Santa Catarina. Entretanto, nenhuma informação foi encontrada indicando que tal modalidade tenha evoluído diretamente a partir de uma delas. Por outro lado, cabe ressaltar um aspecto importante da educação neste período: apropriando-se do ideário liberal europeu, presente no Brasil desde a fundação do Seminário de Olinda, os responsáveis pela educação na Província passaram a se preocupar com a introdução de disciplinas de caráter científico, o que AZEVEDO qualifica como a profissionalização do ensino, introduzida na educação brasileira principalmente a partir da criação de várias escolas e instituições de cultura por D. João VI.⁸⁷

⁸⁶Op. cit.

⁸⁷ AZEVEDO, Fernando de. **A transmissão da cultura:** parte 3. da 5. ed. da obra *A cultura brasileira*. São Paulo: Edições Melhoramentos, Instituto Nacional do Livro, 1976. p.70.

2.4 - O ensino profissionalizante

Uma das dificuldades da educação pública, registradas nos vários relatórios dos Presidentes da Província, referia-se à precariedade da formação de seus professores, principalmente os das escolas primárias. Várias tentativas foram feitas no sentido de estimular a formação de um corpo docente mais qualificado em Santa Catarina. Dentre elas está o envio do professor Francisco José das Neves, em 1840, ao Rio de Janeiro para cursar a Escola Normal daquela Província. Ao retornar deveria transmitir aos seus colegas os conhecimentos lá adquiridos. Para tanto, foi criada a Escola Normal de Primeiras Letras da Capital onde seus professores e outros interessados receberiam os conhecimentos adquiridos pelo Professor Francisco José das Neves. Por problemas surgidos em relação a este professor e ao seu desempenho, relatados pelo Presidente em 1844, a experiência não logrou êxito.⁸⁸

Essas tentativas, além de dispendiosas para os cofres públicos, não surtiam os efeitos desejados. Conquanto se tratasse de um aspecto importante para a melhoria do ensino, passou-se mais de 30 anos para que o governo tomasse nova iniciativa no sentido de institucionalizar a formação de seus professores.

Em 1876, como foi visto, o Presidente da Província, João Capistrano Bandeira de Melo Filho, argumenta sobre a necessidade de melhorias na educação, mostrando as diferenças entre as despesas que lhe eram destinadas e a receita da Província.⁸⁹ A criação de uma escola normal é, de acordo com o que consta em sua *Fala*, um dos caminhos para se remover um dos maiores entraves ao desenvolvimento educacional: a má formação dos professores. A Lei nº 807 autorizou a criação de uma escola normal junto ao Ateneu Provincial; entretanto, ela

⁸⁸ FIORI, Neide Almeida. **Aspectos da evolução do ensino público: ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos imperial e republicano.** 2. ed. rev. Florianópolis: Editora da UFSC, 1991.

⁸⁹ SANTA CATARINA. **Fala do Sr. Dr. João Capistrano Bandeira de Melo Filho abriu a 1ª sessão da 21ª legislatura da Assembléia Legislativa Provincial de Santa Catarina em 1 de março de 1876.** 1876.

não chegou a ser instalada.⁹⁰ Em 1880, ocorre nova reorganização na Instrução Pública e retoma-se a criação da Escola Normal.⁹¹ Várias modificações são feitas em relação à lei anterior, dentre elas consta o acréscimo das cadeiras de Francês, História e Geografia Elementar, além das de Português, Pedagogia, Metodologia e Aritmética.

Para incentivar os professores a freqüentarem a Escola Normal, o Presidente da Província poderia conceder anualmente permissão para que cinco professores da instrução primária freqüentassem o Curso Normal, sem a suspensão de seus vencimentos. Outra medida, com a mesma intenção previa que os professores portadores do diploma do Curso Normal teriam direito à remoção a escolas de categoria superior, entrando imediatamente no gozo das vantagens que tais escolas ofereciam, mesmo se não houvesse vaga.⁹² Em 1883, com a conversão do Ateneu em Instituto Literário e Normal, permaneceu o Curso Normal.⁹³ Contudo, os esforços foram em vão, pois o Liceu de Santa Catarina, como passou a ser chamado o Instituto, caminhava para sua extinção.⁹⁴

Tem-se, na Lei nº 1129, um fato novo.⁹⁵ Apesar de ser o Curso Normal profissionalizante, em nenhum momento foi referido como tal e esta lei faz referência clara à criação de escolas desse gênero. Na época já havia, por parte do governo, a intenção de criar escolas profissionalizantes, pois no relatório de março de 1883, Faria Souto, Presidente da Província, constituiu uma comissão para criar o

⁹⁰ SANTA CATARINA. Lei nº 807, de 20 de abril de 1876. Cria uma Escola Normal que funcionara junto ao Ateneu Provincial. **Coleção de Leis da Província de Santa Catarina.** 1876.

⁹¹ SANTA CATARINA. Lei nº 898, de 01 de abril de 1880. Autoriza o Presidente da Província a reorganizar a Instrução Pública. **Coleção de Leis da Província de Santa Catarina.** 1880.

⁹² Op. cit.

⁹³ SANTA CATARINA. Lei nº 1029, de 19 de maio de 1883. Reorganiza o ensino público na província, ficando o Ateneu Provincial convertido em estabelecimento denominado Instituto Literário e Normal. **Coleção de Leis da Província de Santa Catarina.** 1883.

⁹⁴ O Instituto Literário e Normal, através da Lei 1129, teve seu nome alterado para Liceu de Santa Catarina.

⁹⁵ SANTA CATARINA. Lei nº Lei 1129, de 19 de dezembro de 1883. Estipula uma frequência mínima para uma cadeira não ser extinta e, vincula as despesas à aprovação da Assembléia. Estimula a criação de instituições de ensino primário, secundário e profissional. **Coleção de Leis da Província de Santa Catarina.** 1883.

Liceu de Artes e Ofícios.⁹⁶ Neste mesmo ano o Liceu começou a funcionar e contou com uma matrícula inicial de 392 alunos, tendo, entretanto, uma frequência de 190. Os professores lecionavam gratuitamente e as primeiras aulas foram ministradas no pavimento térreo do Palácio da Presidência que, para esse fim, sofreu uma reforma. Eram ministradas as disciplinas de Primeiras Letras, Gramática Portuguesa, Francês, Aritmética, Geometria, Geografia, Música Instrumental, Música Vocal, Desenho, Artes Gráficas, Teoria de Máquinas a Vapor, Tipografia e Escrituração Mercantil. Segundo CABRAL,

o Liceu de Artes e Ofícios, cuja vida se prolongou até quase a época presente, teve de início um grande período de intensa animação, assinalado pela realização de benefícios e festivais que permitiram uma situação de relativa folga financeira, coisa jamais havida com os outros colégios em Santa Catarina. De benefícios, donativos e renda de um concerto realizado no Palácio, resultou uma economia de quase oito contos de réis. [...] Em 1884 o Liceu contava com 382 alunos. [...] Nos derradeiros anos da Província [...] o Liceu, vencendo as suas dificuldades, ia, entretanto, passo a passo, conquistando maior eficiência. Em 1887, abriu suas portas também ao sexo feminino, contando 25 meninas entre 77 alunos; em 1888, passou a contar a sua matrícula 69 rapazes e 28 moças.⁹⁷

Ao final do período Imperial estas foram as duas iniciativas existentes na Província quanto ao ensino profissionalizante. Embora o ensino agrícola não tenha se desenvolvido neste período, os indícios - a criação da aula e os discursos oficiais aqui levantados - evidenciam a preocupação da elite provincial em introduzir nas práticas agrícolas locais uma racionalidade científica. Nesse âmbito, as iniciativas de cunho educacional pareceram ser apropriadas para a conformação de uma mentalidade que não só incorporasse a ciência como elemento fundamental como fosse eficaz em sua difusão como tal.

⁹⁶ SANTA CATARINA. Relatório com que o Exmo Sr. Dr. Theodoretto Carlos de Faria Souto abriu a segunda sessão da 24ª legislatura da Assembléia provincial de Santa Catarina em 25 de março de 1883. Coleção de Leis da Província de Santa Catarina. 1883.

⁹⁷CABRAL. Oswaldo Rodrigues. *História de Santa Catarina*. Florianópolis: Imprensa da Universidade Federal de Santa Catarina, 1968.

3 A PESQUISA E A EXTENSÃO RURAL E O ENSINO AGRÍCOLA NÃO-ESCOLAR⁹⁸

3.1 Introdução

As iniciativas vistas anteriormente, relacionadas com o ensino agrícola na esfera escolar pública, não levaram à criação das escolas agrícolas propriamente ditas, porém, representaram uma preocupação efetiva com este tipo de ensino, bem como com o ensino profissionalizante.

Concomitantemente estava colocada a necessidade de modernizar a agricultura, haja vista, entre outras, a necessidade de concorrer com produtos de outras regiões. Nesse sentido, a incorporação de novas tecnologias à atividade agrícola era fator fundamental. As iniciativas escolares tinham alcance limitado e restringiam-se a repassar às crianças noções básicas. Fazia-se mister, portanto, atitudes diretamente relacionadas com os produtores rurais, que pudessem, ao mesmo tempo, atender às dificuldades imediatas, como introduzir as novas tecnologias disponíveis.

A primeira iniciativa nesse sentido surge em 1867, com Fritz Müller e se desenvolve de maneira mais sistematizada a partir de 1895, com a criação da Estação Agronômica e de Veterinária do Estado e, mais tarde, com a organização de todo um aparato estatal voltado para a pesquisa e extensão rural.

Foi nestas instituições que o ensino agrícola não-escolar começou a se desenvolver e, no início do século XX, com sua expansão, foram aí criadas as primeiras escolas agrícolas. Portanto, as evidências demonstram uma estreita relação entre o desenvolvimento da pesquisa e da extensão com a criação do ensino agrícola

⁹⁸ O termo não-escolar será usado aqui para designar as atividades de ensino não vinculadas ao ensino regular formal.

em Santa Catarina.

3.2 Fritz Müller e o início da pesquisa agrícola

O Liceu Provincial foi extinto em 1864, porém em 1867 é que as cadeiras de Francês, Inglês e Matemática foram efetivamente extintas. Como já referido, os professores não foram despedidos, pois a Lei nº 585 determinava que exerceriam, nas repartições públicas, funções compatíveis com suas habilidades.⁹⁹ O professor de Matemática, que também havia lecionado a cadeira de Ciências Naturais, teve um destino diferente:

Art. 2º § 1º - O professor de Matemática fica à disposição do Governo Provincial para explorar as riquezas naturais da Província, fazer quaisquer pesquisas, exames ou observações relativas à Historia Natural, de que for incumbido pela Presidência, introduzir e cultivar plantas exóticas e indígenas, colecionar e estudar todos os objetos que possam ter aplicação nas ciências, comércio, indústria e artes, verificando os métodos e vantagens respectivas. § 2º - Este Professor colocará a disposição do Governo Provincial, para serem distribuídas na Província, sementes ou mudas das plantas cujo cultivo ensaiar. § 3º - O mesmo apresentará de ano em ano relatório circunstanciado sobre o resultado de seus trabalhos. § 4º - Fica a Presidência autorizada a dar-lhe uma diária quando incumbido de excursões que o afastem mais de duas léguas do lugar de sua residência.¹⁰⁰

Incumbido pelo governo de pesquisar os recursos naturais de Santa Catarina que pudessem contribuir para o desenvolvimento econômico da Província, este

⁹⁹ SANTA CATARINA. Lei nº 585 de 28 de junho de 1867. Extingue as cadeiras de Francês, Inglês e Matemática, conservando os respectivos professores a vitaliciedade. **Coleções de Leis da Província de Santa Catarina**. 1867.

¹⁰⁰ Op. Cit.

professor parece ter sido o primeiro a ocupar o cargo de “pesquisador oficial do governo”, pois nos documentos pesquisados não foram encontrados indícios de que atividade semelhante pudesse ter ocorrido em momentos anteriores. Até 1995, segundo SANTOS, o marco inicial da pesquisa agrícola, na região sul do Brasil, era o Imperial Instituto de Agricultura do Rio Grande do Sul.¹⁰¹ Já em Santa Catarina, de acordo com a mesma autora,

as informações disponíveis nos documentos oficiais sobre a organização da pesquisa agrícola revelam que o início dessas atividades ocorreu na década de 30 desse século, com a criação do Instituto Agrônomo do Sul - IAS, sediado em Pelotas - RS, mas com abrangência de atuação também sobre os Estados do Paraná e de Santa Catarina. O marco inicial da pesquisa agrícola nesse Estado seria, então, a criação das Estações Experimentais de Perdizes, em 1936, seguida pela de Rio Caçador, em 1937.(p.).¹⁰²

Entretanto, ao pesquisar sobre a Estação Agrônômica e de Veterinária, criada em 1895 e instalada no núcleo italiano de Rio dos Cedros, a autora conclui ser ela a primeira instituição catarinense voltada para pesquisa e extensão agrícolas. Desta forma, a partir das informações coletadas sobre os trabalhos desenvolvidos pelo professor de Matemática, pode-se afirmar que este seria o marco inicial da pesquisa e da extensão agrícola em Santa Catarina. Tal conclusão se dá mesmo considerando que não se tratava de uma instituição formalizada, com sede própria e com um corpo de funcionários, como vai ocorrer mais tarde, com o surgimento dos Campos de Sementes, Postos de Monta e Estações Experimentais.

O professor de Matemática e de Ciências Naturais do Liceu foi o naturalista alemão Fritz Müller, que migrou para o Brasil em agosto de 1852, instalando-se na Colônia Blumenau. Nascido em 31 de março de 1822 na aldeia de Windischholzhausen, próxima a Erfurt, Alemanha, Müller frequentou o ginásio de Erfurt, entre 1835 e 1840, e vivia na casa de seu avô materno, o químico Johannes Bartholomaeus Tromsdorff. Nesta época, já apresentava inclinações para a

¹⁰¹ SANTOS, Lucy Woellner dos. *Estação Agrônômica e de Veterinária do Estado - (1895 - 1920): uma abordagem histórica sobre o início da pesquisa agrícola em Santa Catarina*. Londrina, 1995. p. 3.

¹⁰² Op. Cit. p. 3.

observação da natureza e fazia coleções de insetos e plantas. Após concluir o ginásio, ficou durante um ano em Naumburg, como aprendiz numa farmácia. Em 1841, matriculou-se na Universidade de Berlim, onde se dedicou ao estudo da Matemática e das Ciências Naturais. Em 1844, obteve o grau de doutor na Faculdade de Filosofia de Berlim. Em 1845, foi cursar medicina em Greifswald.¹⁰³

Antes de cursar medicina há uma passagem na vida de Müller que demonstra um pouco da sua personalidade e vai colaborar no entendimento de outros acontecimentos. Fritz Müller pretendia ser professor de ginásio mas, para isso, teria de prestar um juramento exigido aos servidores públicos, o que, segundo HAECKEL, seria incapaz de fazer:

Como livre-pensador que era, seu amor à verdade não lhe permitia proferir a fórmula: ‘Que assim Deus me ajude através de Jesus Cristo, etc.’ Por isso dirigiu petição ao Ministério para que a fórmula fosse dispensada e o compromisso selado por meio dum aperto de mão. Mas esse pedido foi indeferido (1846). Em virtude disso teve de aceitar um emprego de professor particular na Baixa Pomerania. Permaneceu neste emprego até 1852, e ali conheceu a mulher que seria sua esposa.¹⁰⁴

O mesmo HAECKEL informa que a idéia de cursar medicina tinha como objetivo conseguir emprego de médico de navio, para que pudesse visitar novas terras e realizar o “desejo ardente” de conhecer a “maravilhosa natureza dos trópicos”. Assim, em 19 de maio de 1852, Müller parte para Hamburgo, juntamente com a esposa, a primeira filha, que tinha menos de um ano, mais seu irmão Augusto com a esposa. Em 22 de agosto, chegou à Colônia Blumenau. Ali, durante quatro anos, levou uma vida de colono.¹⁰⁵ Quanto ao fato de ter escolhido o Brasil, Fritz Müller relata que o escolheu “primeiramente por sua rica flora e fauna; em segundo lugar, porque eu acreditava que aqui a índole alemã poderia se conservar mais facilmente do que entre os Ianques (americanos)”. E mais especificamente

¹⁰³HAECKEL, Ernest. **Dr. Fritz Müller - Desterro - dois necrológicos**. trad. Richard Paul Neto. Publicado originalmente no Jornal Blumenauer Zeitung. n° 22 e 29 de maio de 1897 e n° 37 de 11 de setembro de 1897. Publicado por Frederico Kilian, Blumenau, dezembro de 1979. Gráfica da Fundação “Casa Dr. Blumenau”.

¹⁰⁴Op. cit.

¹⁰⁵Op. cit.

Blumenau “porque o fundador da colônia já era seu conhecido de muitos anos”.¹⁰⁶ O Dr. Blumenau havia sido aprendiz de farmacêutico no estabelecimento de um tio de Fritz Müller em Naumburg.

Quatro anos após sua chegada, mudou-se para Desterro, onde passou a lecionar Matemática no Liceu Provincial. O convite para lecionar no Liceu partiu do Presidente da Província, João José Coutinho, por indicação de Dr. Blumenau, que, segundo SCHARDONG, “reconhecia a sua dedicação ao trabalho mas temia que sua irreligião e seu materialismo pudessem influenciar os colonos”.¹⁰⁷ Dr. Blumenau, homem de forte formação cristã, entendia que a vida de sua colônia só prosperaria se baseada em fortes e austeros princípios religiosos e morais; ao mesmo tempo que se sentia lisonjeado pela presença de um colono de tão aprimorado preparo intelectual, temia que as idéias de Müller pudessem influenciar negativamente os moradores. Fritz Müller era “fanaticamente materialista”, a despeito de ser filho de um pastor protestante, de família tradicionalmente apegada aos princípios da reforma protestante, aos hábitos severos da vida familiar alemã. Sua passagem por colégios e universidades, suas leituras assíduas dos grandes pensadores da época, acabaram por apagar toda crença no sobrenatural. Para ele, Deus era a Natureza. Só esta criava e transformava todas as coisas, a matéria e o pensamento, interdependentes e inseparáveis.¹⁰⁸ Segundo PINTO, Müller era homem “dotado de caráter indomável, possuía uma sinceridade desataviada, brutal, orgânica e incontestável. Seus autores prediletos durante o período que passou na Alemanha eram Karl Marx, Bruno e Edgar Bauer e Feuerbach”.¹⁰⁹

Na vinda para Desterro Dr. Müller deparou-se com a riqueza da fauna marítima do percurso e mesmo de Desterro. Ficou fascinado com a grande quantidade de vida ali encontrada, em comparação com o que estava acostumado

¹⁰⁶MÜLLER, Fritz. A vida de Fritz Müller narrada por ele mesmo. **Blumenau em Cadernos**. Blumenau, n. 25, Maio/1983.

¹⁰⁷ SCHARDONG, Rosmeri. **A instrução pública secundária em Desterro - o Ateneu Provincial (1874 - 1883)**. Florianópolis, 1997, p.39

¹⁰⁸SILVA, José Ferreira da. Entre a enxada e o microscópio - o colono Fritz Müller. s/d (folheto).

¹⁰⁹ PINTO, Edgard Roquete. **Glória sem rumor - o sábio Fritz Müller**. Blumenau, Museu Fritz Müller, 1979.

quando pesquisava no Mar Báltico: “Poder explorar um mar quase tropical e transbordante de vida, ao invés do pequeno Mar Báltico, isto constitui para mim uma enorme perspectiva”.¹¹⁰ Nas negociações desenvolvidas com João José Coutinho, homem por quem futuramente demonstraria grande consideração, Müller aceita o cargo de professor de Matemática e, mais tarde, lecionaria também Ciências Naturais, cadeira criada por sugestão sua.

Com a extinção do Liceu, o governo passou a subvencionar o Colégio SS Salvador, dos padres jesuítas, que começou a funcionar em fevereiro de 1865. Nesta época Dr. Müller continuava como professor avulso do extinto Liceu. Segundo SILVA, por se achar com poucas atividades no Colégio, ele propõe ao governo sua ida para Blumenau “examinar e recolher o que de precioso e digno de estudo encontrasse na flora e fauna da província, analisando as plantas que pudessem ser úteis à medicina, ou ter emprego industrial, e organizar em suas terras, á margem do Itajaí, um campo experimental”.¹¹¹ Já HAECKEL sugere uma outra leitura desse episódio:

Em 1865 os jesuítas, os inimigos mais falsos e perigosos da verdade e da razão, tomaram posse do Liceu do Desterro, no que foram ajudados pela reação política. A visão sagaz da hierarquia que lhe é peculiar fez com que o bando negro percebesse imediatamente que um homem inteligente e de caráter firme como Fritz Müller seria um inimigo poderoso, e por isso não descansou enquanto não o expulsou da posição estável que ocupava. Se as lições consagradas da história não costumassem ser pregadas diante de auditórios de surdos, hoje este exemplo ensinaria mais uma vez ao povo alemão que o poder dos jesuítas representa uma ameaça grave a todas as formas de vida espiritual livre.¹¹²

A controvérsia entre os biógrafos, não impossibilita a consideração de que os jesuítas não desejassem a presença daquele que cinco anos após a publicação de

¹¹⁰ MÜLLER, Fritz. A vida de Fritz Müller narrada por ele mesmo. **Blumenau em Cadernos**. Blumenau, n. 25, Maio/1983.

¹¹¹ Entre as publicações consultadas sobre Fritz Müller, apenas SILVA (1931) e REITZ (1949) referem-se à ida do pesquisador para Blumenau com a incumbência de montar um campo experimental.

¹¹² HAECKEL, Ernest. **Dr. Fritz Müller - Desterro - dois necrológicos**. trad. Richard Paul Neto. Publicado originalmente no *Jornal Blumenauer Zeitung*, nº 22 e 29 de maio de 1897 e nº 37 de 11 de setembro de 1897. Publicado por Frederico Kiliam, Blumenau, dezembro de 1979. Gráfica da Fundação “Casa Dr. Blumenau”.

Origem das Espécies, que tanta polêmica causou na Europa, principalmente com a Igreja, partiu em defesa de Charles Darwin, com trabalho intitulado Für Darwin (Pró-Darwin), publicado na Alemanha em 1864 e reconhecido internacionalmente.

Em carta enviada à Presidência da Província Müller solicita que seu trabalho seja dirigido ao desenvolvimento de experiências com o cultivo de plantas e a excursões pela Província com o fim de estudar a natureza, solicitação aceita pela presidência. Em 4 de julho de 1867, Müller pediu autorização para residir em seu sítio e sugeriu que suas pesquisas e excursões se iniciassem pela região do rio Itajaí e seus afluentes.¹¹³ Os quase 12 anos que Müller passou em Desterro foram extremamente produtivos. Durante esse período publicou vários artigos na Europa. É muito provável que o pedido de transferência para Blumenau tenha se dado devido ao desprezo que recebia dos jesuítas e às poucas atividades que justificassem seu salário de professor. Além disso, segundo SCHARDONG a nomeação efetiva dos professores alemães que não professavam a religião católica, gerou na imprensa local críticas ao Presidente da Província.¹¹⁴ No relatório que o Presidente apresentou à Assembléia, em 1867, constou a autorização para que Müller pudesse se mudar para Itajaí, uma vez que a colônia Blumenau pertencia a este município.¹¹⁵ A partir deste momento, estabelece-se uma correspondência entre o pesquisador e o Presidente.

Em Blumenau, Dr. Müller inicia seus trabalhos atendendo solicitações que o Presidente da Província lhe fazia por carta e o que lhe tinha sido determinado por lei. Em março de 1868, por exemplo, o Presidente solicita-lhe que organize uma coleção completa de sementes de todas as plantas exclusivamente indígenas de Santa Catarina. Para cumprir sua missão, sugere que seja feita uma excursão “à barra do Itajaí, daí ao longo da costa do mar até ao Cubatão, e da foz do Cubatão às

¹¹³ Ofício enviado ao Vice - Presidente da Província Francisco José de Oliveira, em 04 de julho de 1867, por Frederico Müller. **Ofícios de diversos para o Presidente da Província.** 1867.

¹¹⁴ SCHARDONG, Rosmeri. **A instrução pública secundária em Desterro - o Ateneu Provincial (1874 - 1883).** Florianópolis, 1997, p.41

¹¹⁵ SANTA CATARINA. **Relatório apresentado Exmo. Sr. Presidente da Província de Santa Catarina Dr. Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda pelo vice-presidente o comendador Francisco José D'Oliveira no ato de passar-lhe a administração da mesma Província em 09 de outubro de 1867.** Coleção de Leis da Província de Santa Catarina. 1867.

colônias Santa Isabel e Teresópolis até aos últimos moradores do Rio Capivari, - compreendendo-se na ida ou na volta a ilha de Santa Catarina, que também produz certas plantas propriamente suas”¹¹⁶ Percebe-se, pelo trajeto planejado, o imenso trabalho desenvolvido por Fritz Müller.

No relatório apresentado pelo Dr. Carlos Augusto Ferraz de Abreu, Presidente da Província, à Assembléia Provincial em 02 de abril de 1869, há a seguinte referência aos trabalhos de Müller:

É digno de vosso exame o relatório dos trabalhos científicos do ilustrado Dr. Müller. Incumbido este Professor de organizar e remeter ao Governo da Província uma coleção de sementes de todas as plantas exclusivamente indígenas da Província vai ele satisfazendo essa comissão e prosseguindo nos respectivos trabalhos. Assim que, em 09 de junho foi feita a primeira remessa de sementes provenientes de diferentes partes da Província e em 10 de dezembro a segunda de sementes colhidas nas margens do Itajaí, de onde foram também enviados alguns exemplares de uma espécie de - Cipó Abutua. É sobremodo interessante e proveitosa à Agricultura a descrição e noticia das plantas novas na Província. A utilidade destes trabalhos em relação à nossa lavoura está patente na parte do Relatório que trata das plantas já cultivadas, cujo melhoramento e aperfeiçoamento constituem o objeto principal das estudos e experiências do Dr. Müller.¹¹⁷

Este relatório demonstra a importância dada pelo governo aos trabalhos realizados pelo pesquisador, bem como a preocupação em melhorar a agricultura. Contudo, no relatório enviado por André Cordeiro de Araújo Lima à Assembléia Provincial em 1870, ao mesmo tempo que elogia os trabalhos de Müller, o Presidente chama a atenção para o fato de que poucos resultados práticos têm sido alcançados em relação aos agricultores:

É, porém, doloroso confessar que, não sendo fácil desarraigar dos nossos lavradores os antigos hábitos rotineiros, esses nobres esforços nada mais produzirão, do que, como bem diz o sábio professor, no relatório que vos

¹¹⁶ Ofício enviado ao Vice - Presidente da Província Francisco José de Oliveira, em 03 de março de 1868, por Frederico Müller enviado em 03 de março de 1868. *Ofícios de diversos para o Presidente da Província*. 1868.

¹¹⁷ SANTA CATARINA. *Relatório apresentado á Assembléia Legislativa Provincial de Santa Catarina pelo Presidente Dr. Carlos Augusto Ferraz de Abreu no ato de abertura da sessão em 02 de abril 1869*. Coleção de Leis da Província de Santa Catarina. 1869.

será transmitido, “tornar familiares dos naturalistas da Europa e da América do Norte os nomes de Santa Catarina e de Desterro”.¹¹⁸

O problema da agricultura consistia basicamente na falta de uso de novas técnicas de cultivo e na introdução de novas espécies. Isto exigia uma mudança radical no comportamento dos lavradores, o que não se conseguia com facilidade. O desenvolvimento da Província dependia praticamente da atividade agrícola. O crescimento populacional, e conseqüentemente do mercado consumidor local, bem como a concorrência com produtos de outras Províncias, exigia que a produção se modernizasse. Tornava-se necessário introduzir, na agricultura, os avanços técnicos e científicos disponíveis à época. Várias tentativas foram feitas no sentido de mudar a mentalidade dos agricultores, a ponto de o Presidente, ao afirmar que a lavoura estava definhando, sugerir que a Assembléia autorizasse a concessão de prêmios àqueles agricultores, principalmente os da Ilha de Santa Catarina, que se dedicassem ao cultivo de novas espécies. Tais argumentos, no entanto, não impediram a continuidade de seu trabalho. Em julho de 1868, Müller pediu autorização para contratar “um moço muito próprio pelos seus conhecimentos de botânica e de horticultura para ajudar-me nos trabalhos de jardim e da roça e principalmente para tomar conta das plantações, quando eu estiver ausente em alguma excursão científica”.¹¹⁹ Embora haja registro de sua existência, o relatório enviado em 1868 por Müller não foi encontrado.¹²⁰ Porém, há outros relatórios mensais do ano de 1870. Estes documentos são divididos em duas partes: a primeira trata dos ensaios de cultura de plantas úteis, tanto nativas quanto exóticas; a Segunda, trata dos estudos científicos sobre história natural da Província. No mais antigo deles Müller afirma estar realizando ensaios com milho, café, fumo, cana, cevada, gergelim, linho da Alemanha e da América do Norte e com ruiva dos tintureiros. Continua a cultivar plantas colhidas nas excursões pela Província e estudando os lepdópteros imitativos

¹¹⁸ SANTA CATARINA. Relatório que o Presidente da Província de Santa Catarina Dr. André Cordeiro de Araújo Lima dirigiu á Assembléia Legislativa Provincial no ato de abertura de sua sessão ordinária em 25 de março de 1870. Coleção de Leis da Província de Santa Catarina. 1870.

¹¹⁹ Ofício enviado ao Vice - Presidente da Província por Frederico Müller em 14 de julho de 1868. *Ofícios de diversos para o Presidente da Província*. 1868.

¹²⁰ Op. cit.

que têm despertado interesse nos naturalistas no último decênio.¹²²

Mais tarde, em julho de 1872, Müller é designado pelo então Vice-Presidente da Província, representante da Colônia Blumenau com a finalidade de apresentar um relatório circunstanciado acerca do desenvolvimento da agricultura na referida colônia, de acordo com solicitação do Ministério da Agricultura, Comercio e Obras Publicas.¹²³ Tal solicitação previa “colher esclarecimentos sobre o estado da lavoura, no intuito de acudir ás necessidades e promover o melhoramento desta principal fonte da riqueza nacional”.¹²⁴ Seu relatório deveria conter, segundo determinação do Ministério, informações sobre as espécies da grande e da pequena cultura, extensão das terras cultivadas, número de trabalhadores, processos empregados no cultivo, preparo dos produtos e seu atraso ou aperfeiçoamento, núcleos coloniais e suas perspectivas, estado das estradas entre outros dados. Algumas informações permitem afirmar que, a partir de 1873, o trabalho de Müller começou a se desarticular, com sua indicação para outras funções públicas. Em 1873, por ato de 31 de março, o Presidente nomeia o Dr. Müller subdelegado de polícia da Colônia Blumenau.¹²⁵ Foi exonerado, a seu pedido, em 20 de junho do mesmo ano.¹²⁶ Neste mesmo ano é nomeado juiz de paz da colônia.¹²⁷

Em maio de 1874, o governo reabre o Liceu, com a denominação de Ateneu

¹²² Resumo dos trabalhos do Dr. Frederico Müller no mês de julho de 1870, anexo à carta enviada ao Presidente da Província em primeiro de agosto de 1870. **Ofícios de diversos para o Presidente da Província.** 1870.

¹²³ SANTA CATARINA. Ato de 16 de julho de 1872. O Vice-Presidente de conformidade com a circular do Ministério da Agricultura, comércio e Obras Públicas, datada de 4 do mês passado, resolve nomear nos diversos municípios os cidadãos abaixo relacionados afim de apresentarem um relatório circunstanciado acerca do desenvolvimento da Agricultura tendo em vista os quesitos da mesma circular. 1873.

¹²⁴ Ofício ao Presidente da Província de Santa Catarina enviado pelo Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em 04 de junho de 1872. **Ofício do Ministério da Agricultura do Comércio e Obras Públicas ao Presidente da Província de Santa Catarina.** 1872.

¹²⁵ SANTA CATARINA. Ato de 31 de março de 1873. O Vice-Presidente da Província nomeia o Dr. Frederico Mülher subdelegado de polícia da Colônia de Blumenau. 1873.

¹²⁶ SANTA CATARINA. Ato de 20 de junho de 1873. Exonera a seu pedido do cargo de subdelegado de polícia da Colônia de Blumenau o Dr. Frederico Mülher. 1873.

¹²⁷ SILVA, J. Ferreira da. Fritz Müller, bio-bibliografia de um grande cientista. Rio de Janeiro: Alba, 1931. p. 61

Provincial, e o Presidente convoca Müller para assumir o seu cargo de professor de Matemática, sob pena de perder a subvenção de 50\$000 mensais. Contra a sua vontade foi para a Capital, deixando a família em sua propriedade.¹²⁷ Em setembro do mesmo ano é substituído, interinamente, pelo Bacharel Bernardo F. Bröring e em outubro segue de férias para visitar a família.¹²⁸ Desanimado com os encargos de professor, permanece em Blumenau até novembro de 1875, quando retorna à Capital. Nesta época foi encarregado de acompanhar naturalistas franceses pela costa catarinense em busca de sambaquis. Em 1876, regressou a Blumenau e, em outubro desse mesmo ano, foi nomeado inspetor de Distrito das Escolas da Colônia Blumenau.¹²⁹ Foi exonerado, a seu pedido, em janeiro de 1881.¹³⁰

No período em que esteve na Capital como professor do Ateneu, Dr. Müller foi convidado por Ladisláo Netto, diretor do Museu Nacional, de passagem por Desterro, para ser naturalista viajante daquela instituição. Apesar de aceitar imediatamente o convite, sua nomeação só se deu em 1876. A partir de então, passou a realizar viagens de exploração e estudos, recebendo um ordenado mensal de 200\$000 do Museu Nacional. Em 1877, a Lei nº 837 extinguiu a Lei nº 585 que designava Müller para realizar os trabalhos de pesquisa em Blumenau.¹³¹ Encerra-se aqui a primeira iniciativa do governo provincial em realizar pesquisas visando o melhoramento da agricultura.

A partir de 1880, várias questões políticas agitaram os partidos da Província e tiveram repercussão em Blumenau, que já havia sido elevada à categoria de Município. Como ainda exercia a função de Juiz de Paz, Fritz Müller foi envolvido em algumas intrigas, principalmente patrocinadas pelos dois jornais da cidade. No

¹²⁷ Op. cit. p.62

¹²⁸ SANTA CATARINA. Ato de 30 de setembro de 1874. Nomeando o Bacharel Bernardo F. Bröring para substituir interinamente no cargo de professor de Matemática do Ateneu o Dr. Frederico Müller. 1874.

¹²⁹ SANTA CATARINA. Ato de 23 de outubro. Exonerando o cidadão H. Windenburg do cargo de inspetor de Distrito das escolas da Colônia de Blumenau, e nomeando para o substituir o Dr. Frederico Mülher. 1876.

¹³⁰ SANTA CATARINA. Ato de 18 de janeiro de 1881. Exonerando a seu pedido o Dr. Frederico Mülher, como Inspetor de Distrito das escolas da Colônia de Blumenau o. 1881.

¹³¹ SANTA CATARINA. Lei nº 837 de 1 de maio de 1877. Extingue a Lei nº 585. **Coleções de Leis da Província de Santa Catarina.** 1878.

bojo desse litígio Müller foi demitido do cargo do Museu Nacional em 1884, sendo readmitido quatro anos depois, permanecendo nele por pouco tempo. Em 1891, recebeu comunicação do Museu determinando que, por ordem do Ministério da Instrução, Correios e Telégrafos, todos os naturalistas viajantes passassem a residir no Rio de Janeiro, com um ordenado de três contos de réis anuais. Tendo em vista tal medida, Dr. Müller, não tendo condições de se mudar, pede demissão em 5 de junho de 1891.¹³²

Também sobre esse episódio HAECKEL possui visão diferente. Segundo ele,

as belas coleções que reuniu e que em sua grande maioria enviou ao Museu nacional levaram o Imperador do Brasil, Dom Pedro II, a nomeá-lo em 2 de outubro de 1876 para o cargo de naturalista viajante [...]. Mas não demorou que os brasileiros que invejavam e hostilizavam o naturalista alemão quisessem privá-lo até mesmo deste apoio; Fritz Müller teria sido demitido em 1884, se isso não fosse impedido pela interferência pessoal de Dom Pedro II, um grande protetor da arte e das ciências. Foi só depois da expulsão do benemérito imperador e de sua substituição por um grupo de ‘republicanos’ egoístas que se conseguiu realizar esse propósito infame. O governo mandou que Fritz Müller se mudasse de Blumenau para o Rio de Janeiro, sem proporcionar-lhe os meios necessários, e, como o mesmo não quisesse nem pudesse submeter-se a essa imposição, o ministério pura e simplesmente o demitiu, dispensando seus serviços sem conceder-lhe qualquer aposentadoria ou indenização¹³³.

A atitude do governo causou indignação na Europa, principalmente no meio científico. Por sugestão do periódico **Natur**, a revista berlinense **Naturwissenschaftliche Wochenschrift** publicou um apelo para que se fizessem doações que permitissem a Müller uma velhice descansada, sem preocupações financeiras. Apesar de se ter recolhido quantia considerável, Müller recusou, bem como recusou a ajuda de Darwin e a de outros amigos que a ofereceram. Em carta enviada a Haeckel, em fevereiro de 1897, três meses antes de morrer em Blumenau,

¹³² SILVA, J. Ferreira da. Fritz Müller; bio-bibliografia de um grande cientista. Rio de Janeiro: Alba, 1931. p. 68

¹³³ HAECKEL, Ernest. **Dr. Fritz Müller - Desterro - dois necrológios**. trad. Richard Paul Neto. Publicado originalmente no Jornal Blumenauer Zeitung. n° 22 e 29 de maio de 1897 e n° 37 de 11 de setembro de 1897. Publicado por Frederico Kiliam, Blumenau, dezembro de 1979. Gráfica da Fundação “Casa Dr. Blumenau”.

o naturalista justificou-se:

Se houvesse necessidade, não teria a menor dúvida em aceitar sua amável oferta de ajuda material. Mas como minha economia doméstica é bastante reduzida e minhas necessidades são modestas, espero que a pequena reserva de que disponho no Banco Alemão no Rio seja suficiente para proteger-me da penúria durante o reduzido tempo de vida que ainda me deverá ser concedido.¹³⁴

É indiscutível a importância que seus trabalhos representaram para o avanço da ciência, principalmente sua colaboração no sentido de buscar comprovar as idéias de Darwin sobre a evolução das espécies e a seleção natural. As biografias e os artigos escritos sobre este pesquisador privilegiam sua produção científica, principalmente aquela publicada na Europa, em detrimento dos trabalhos realizados na Colônia Blumenau. Outras tratam principalmente das atividades que desenvolveu no Liceu Provincial. Ao que tudo indica, somente SILVA e REITZ citam, sem explorar detalhadamente, as incumbências de Müller atribuídas pelo governo provincial.

Por seus artigos científicos Müller obteve, em 1868, juntamente com o príncipe herdeiro da Prússia, depois Imperador Frederico III, e Louis Pasteur, o título de Doutor *Honoris Causa* pela Universidade de Bonn. Também as Universidades de Tübingen e de Berlim, bem como a Academia Leopoldino-Carolínea, concederam a ele o mesmo título.¹³⁵

3.2 A Estação Agronômica e de Veterinária do Estado

Em 1895, com a criação da Estação Agronômica e de Veterinária dá-se início a uma nova fase da agricultura em Santa Catarina. Nos períodos anteriores, por várias vezes o governo procurou, com iniciativas como a aula de Agricultura

¹³⁴ Op. cit.

¹³⁵ Op. cit.

Prática do Ateneu e a inserção da disciplina de Agricultura no currículo das escolas rurais, introduzir os avanços científicos na agricultura com o argumento de que havia a necessidade de melhorar esta atividade incorporando os “modernos métodos de cultivo”. O trabalho de Fritz Müller foi a primeira iniciativa que procurou desenvolver a agricultura de uma maneira diferente, não só pela utilização dos métodos de pesquisa, como também por ser fora da escola.

As iniciativas precedentes se não foram diretamente responsáveis pelos encaminhamentos posteriores, certamente possibilitaram um acúmulo de conhecimentos, de políticas e de condições favorecedoras da criação das estações em Santa Catarina.

Foi o caso da criação da Estação Agronômica e de Veterinária, que representa os primórdios da institucionalização das atividades de pesquisa e de extensão agrícola. Nela deveriam ser incorporados os conhecimentos científicos existentes, bem como deveria atuar como difusora, aos agricultores, dos avanços ali obtidos. Trata-se, portanto, da primeira iniciativa de institucionalização dos conhecimentos científicos relacionados à agricultura, assim como de sua produção em Santa Catarina.

Para SANTOS, a valorização e o desenvolvimento da ciência na Europa, principalmente a partir da metade do século XIX, vista como viabilizadora do progresso da sociedade, influenciou a formação acadêmica dos principais protagonistas envolvidos na criação da Estação Agronômica: Hermann Blumenau, farmacêutico e doutor em química pela Universidade de Eufurt, na Alemanha; Giovanni Rossi, médico e veterinário italiana; e Hercílio Luz, brasileiro, formado em agronomia na Bélgica, este eleito governador de Santa Catarina, em 1894.¹³⁶

Em 1895 o Congresso Representativo aprovou lei criando uma Estação Agronômica e de Veterinária “no ponto do Estado onde o Governo julgar mais conveniente, designando-lhe as atribuições e estabelecendo os respectivos vencimentos”.¹³⁷ A Estação foi, então, construída no Vale do Rio dos Cedros, região

¹³⁶ SANTOS, Lucy Woellner dos. *Estação Agronômica e de Veterinária do Estado - (1895 - 1920): uma abordagem histórica sobre o início da pesquisa agrícola em Santa Catarina*. Londrina, 1995. p. 132

¹³⁷ SANTA CATARINA. Lei nº 166 de 28 de setembro de 1895. Cria no ponto mais conveniente do Estado

de Blumenau. Está área fora colonizada por imigrantes italianos, cuja principal atividade era o cultivo do fumo. Os documentos oficiais não indicam os motivos que levaram à criação da Estação em Blumenau. Porém, SANTOS, elenca algumas determinações que teriam levado à construção da Estação naquele local:

A Estação foi criada, tendo como condicionante imediato a pressão exercida pela Sociedade Cooperativa do Cedro, sobre o Governador do Estado. Pode-se, contudo, apontar a conjuntura científica européia como elemento fortemente influenciador na formação de Hermann Blumenau, que por sua vez, exaltou a importância e criou um ambiente propício à implantação de um órgão de pesquisa na Colônia, e de Hercílio Luz, também com formação européia, e na área agrícola, que apoiou e concretizou a sua implantação. A importância do tabaco na produção agrícola da Colônia e do Município foi, também, um fator que reforçou a criação da Estação Agrônômica, uma vez que ela era vista como forma de equacionar e superar os problemas tecnológicos que limitavam a produtividade da cultura e estabeleciam barreiras ao incremento da sua exportação. Cita-se, ainda, o momento político oportuno, antecedido pelos traumáticos desdobramentos da Revolução Federalista, no qual Hercílio Luz contou com o inequívoco apoio da população de Blumenau, apoio este corroborado pelos resultados por ele obtidos nas eleições para o governo do estado, o que gerou um espaço politicamente perfeito para a apresentação da reivindicação de criação da Estação.¹³⁸

Para dirigir a Estação foi nomeado Giovanni Rossi e, em virtude de seus conhecimentos na área agrícola, a Estação passou a desenvolver outras atividades além daquela a qual se destinava inicialmente. Rossi, além de ser médico e veterinário, possuía, segundo SANTOS, “muita vivência e experiência no setor agrícola, por ter atuado, ainda na Itália, como veterinário em várias localidades camponesas e como professor de agronomia e veterinária, em Taquari, no Rio Grande do Sul”.¹³⁹ Além do fumo, pesquisou várias outras espécies, permitindo que mudas de frutíferas e outras plantas fossem doadas aos agricultores da região. Ele também desenvolvia, em certa medida, o ensino agrícola para os agricultores e para as crianças que freqüentavam as escolas da região, fato que proporcionou a

uma estação Agrônômica e de Veterinária. *Coleções de Leis da Província de Santa Catarina*. 1896.

¹³⁸ SANTOS, Lucy Woellner dos. *Estação Agrônômica e de Veterinária do Estado - (1895 - 1920): uma abordagem histórica sobre o início da pesquisa agrícola em Santa Catarina*. Londrina, 1995. p. 134

¹³⁹ Op. cit. p.136.

designação da Estação como Escola de Agronomia, em vários documentos oficiais. Assim, Rossi procurou ampliar os trabalhos desenvolvidos pela Estação. SANTOS relaciona as várias atividades desenvolvidas por Rossi: procurou envolver as mulheres e as crianças na atividade agrícola, incentivou a formação de cooperativas e de sindicatos rurais, introduziu novas técnicas de cultivo, publicou e divulgou recomendações e orientações aos agricultores, bem como introduziu várias espécies novas na região. Destaca a autora o relatório apresentado por Rossi, em 1904, ao Governo do Estado, em que elenca um grande número de espécies cultivadas pela Estação, tais como trigo, milho, arroz, videira, oliveira, maçã, pêra, pêssego, ameixa, caqui, marmelo, e diversas outras espécies de frutíferas, além de trabalhos com forrageiras, maniçoba, apicultura e distribuição de sementes. Para SANTOS, o funcionamento da Estação “pautou-se pela visão que Rossi tinha do papel da ciência na sociedade: um meio de libertação dos colonos e uma forma de lhes proporcionar melhor qualidade de vida”.¹⁴⁰

Durante os quatro anos que dirigiu a Estação em Blumenau (criada em 1895, a Estação começa a funcionar efetivamente em 1900), Rossi, segundo SANTOS, adquiriu uma ampla visão sobre a agricultura em Santa Catarina, o que lhe permitiu fazer algumas indicações de como poderia se desenvolver. Atribuiu grande importância à fruticultura como alimento, matéria prima para a indústria e exportação; afirmou que “quando tivermos os frigoríficos, a exportação da fruta para outro hemisfério será um dos recursos principais da lavoura catarinense”; incentivou a cultura da oliveira e da uva; sugeriu novos métodos de criação de abelhas e a publicação, pelo Governo Estadual, de um Manual de apicultura racional, antevendo a possibilidade de exportação de mel para mercados alemães; ampliou o comércio do fumo com “outra Regia, a de Austria-Hungaria”, introduziu novas variedades da planta e realizou hibridizações procurando desenvolver variedades resistentes às moléstias aqui encontradas; e, finalmente, ponderou que “a pecuária poderá ser a futura base sobre a qual se edificará toda a economia agrícola destas ‘valadas’, que são excepcionalmente propícias pela exuberante vegetação herbácea, sob a

¹⁴⁰ Op. cit. p.136.

influência combinada do sol, da chuva e da umidade atmosférica”.¹⁴¹

Além dos trabalhos de cultivo, pesquisa e extensão Rossi incentivava a organização dos agricultores em cooperativas e sindicatos. Com a mudança para as proximidades da Capital, a Estação desenvolve mais atividades de fomento, orientação e de distribuição de sementes, em detrimento de outras. A partir de 1911 poucas são as informações, nos documentos oficiais, sobre a Estação, exceto que em 1914 o governo ofereceu, para transferência, todas as entidades de pesquisa e extensão agrícola ao Ministério da Agricultura, inclusive a Estação e que, em 1920, o local onde estava localizada a Estação estava sendo transformado em hospedaria para visitantes do governo.¹⁴²

O papel desempenhado pela Estação representou os primórdios da institucionalização da pesquisa agrícola em Santa Catarina. Representou, também, a primeira iniciativa no sentido da criação de uma instituição que, com base nos métodos científicos, viesse suprir as necessidades que se impunham no momento em que o crescimento econômico de Santa Catarina, calcado na atividade agrícola, não poderia ser efetivado sem incorporar o desenvolvimento científico e tecnológico disponíveis à época.

A experiência vivida com o sucesso da Estação, principalmente no período que estava instalada em Rio dos Cedros, certamente inspirou o desenvolvimento da política agrícola do Estado, com a criação de instituições congêneres nos anos subseqüentes. A ampliação das atividades desenvolvidas por estas instituições dará, como se verá nos próximos capítulos, origem a uma nova maneira de buscar a modernização do campo, através de atividades de acompanhamento dos agricultores, visando a resolução dos problemas mais imediatos, e introduzindo novas técnicas. Esta nova maneira de interferir nos problemas do campo pode ser caracterizada com um certo tipo de ensino agrícola informal - não escolar. Será a partir dessas instituições que irá se desenvolver, nos anos seguintes, o ensino

¹⁴¹ Op. cit., p. 105-110

¹⁴² SANTA CATARINA. Sinopse apresentada pelo Coronel Vidal José de Oliveira Ramos ao Exmo. Sr. Major João de Guimarães Pinho, Presidente do Congresso Representativo do Estado, ao passar de governo no dia 20 de junho de 1914. Sinopse quadriênio de 1910 a 1914. 1870.

agrícola escolar.

3.3 A pesquisa e a extensão agrícola como modelo de desenvolvimento econômico

No início do século XX a economia catarinense baseava-se principalmente nas atividades agrícola e pecuária - maiores fontes de arrecadação de impostos do Estado. Em 1902 a receita total era de 1:280:853\$190, sendo 460:774\$482 provenientes de impostos arrecadados sobre produtos exportados.¹⁴³ Os principais produtos exportados eram aguardente, arroz, açúcar, banana, café, charutos, couros de boi, farinha de mandioca, feijão, fumo em corda e em folha, madeira serrada, manteiga, mate, milho, ovos, peixe em conserva e camarões secos, polvilho, pregos, produtos suínos, sola e tapioca.¹⁴⁴

Conquanto representasse a maior fonte de renda, a atividade agropecuária enfrentava graves problemas. Em vários documentos oficiais do início do século percebe-se a preocupação do governo com esta atividade. Manifestações como “[...] tive ocasião de referir-me ao estado de abatimento em que se acha a lavoura no Estado, faltando-lhe todos os meios para poder desenvolver-se. [...] Insisto em pedir-vos medidas seguras para salvá-la de iminente ruína”.¹⁴⁵ Eram comuns, também, em documentos apresentados pelos governadores dos primeiros anos da República.

¹⁴³ SANTA CATARINA. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 26 de julho de 1903 pelo Vice - Governador Vidal José de Oliveira Ramos Junior convocando a Sociedade Nacional de Agricultura do Rio de Janeiro para a exposição internacional. Mensagem, Florianópolis, 1904.

¹⁴⁴ SANTA CATARINA. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 24 de julho de 1904 pelo Vice - Governador Vidal José de Oliveira Ramos Junior mudando a Estação Agrônômica de Blumenau para a parte mais conveniente nos arredores desta Capital. Mensagem, Florianópolis, 1905.

¹⁴⁵ SANTA CATARINA. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo em 11 de agosto de 1900 pelo Dr. Felipe Schmidt, governador do Estado, sobre os trabalhos da Escola Agrônômica e de Veterinária. Mensagem, Florianópolis, 1901.

Alguns dos principais problemas enfrentados pela agricultura podem ser identificados na mensagem de 1904, quando o vice-governador Coronel Vidal José de Oliveira Ramos Júnior aponta medidas no sentido de melhorar a situação da agropecuária no Estado:

As medidas que, a meu ver, mais podem contribuir para esse fim são: a redução gradual dos direitos de exportação, especialmente dos que incidem sobre produtos cujos similares gozam de isenção, ou pagam taxas reduzidíssimas em outros Estados; o ensino profissional prático, encaminhado especialmente no sentido de demonstrar aos agricultores as vantagens da aplicação de modernos métodos da cultura e de aparelhos aperfeiçoados, que tornam a produção mais fácil e por isso mesmo mais barata; a introdução de reprodutores para o melhoramento das raças de gado existentes, pois é sabido que a indústria pecuária tem grande valor como auxiliar da agrícola; a instituição de prêmios para estimular a produção e o aperfeiçoamento dos produtos e do modo de acondicioná-los, o que é de muita importância para alcançarem vantajosa colocação nos mercados consumidores; a propaganda para o alargamento do consumo de alguns dos nossos produtos, especialmente o mate; e, finalmente, a boa conservação das vias de comunicação existentes e a construção de novas. Uma outra providência urgentíssima e de grande alcance para incremento da nossa agricultura é a que diz respeito à facilidade de transporte para os mercados consumidores. A navegação costeira, como é feita atualmente, não satisfaz as necessidades do comércio exportador.¹⁴⁶

Nesta época havia no Estado a Estação Agronômica e de Veterinária de Rio dos Cedros, da qual se desenvolveu todo um conjunto de instituições públicas voltadas para a pesquisa e a extensão agrícola. O modelo de desenvolvimento proposto para a pesquisa agrícola em Santa Catarina foi influenciado pelos modelos alemão e francês. Segundo HEYANI & RUTTAN, a primeira instituição de pesquisa agrícola mantida por um governo foi estabelecida na Alemanha; era uma estação experimental em Möckern, na Saxônia, e foi criada em 1852, com o objetivo de buscar soluções científicas para os problemas agrícolas das províncias alemãs.¹⁴⁷

¹⁴⁶ SANTA CATARINA. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 24 de julho de 1904 pelo Vice - Governador Vidal José de Oliveira Ramos Junior mudando a Estação Agronômica de Blumenau para a parte mais conveniente nos arredores desta Capital. Mensagem, Florianópolis, 1905.

¹⁴⁷ HEYANI & RUTTAN apud SANTOS, Lucy Woellner dos. Estação Agronômica e de Veterinária do Estado - (1895 - 1920): uma abordagem histórica sobre o início da pesquisa agrícola em Santa Catarina.

SANTOS, a partir de estudos de GASTEL afirma que o Brasil foi influenciado pelo modelo germânico de pesquisa agrícola, sob a égide da administração pública, porém mantendo separados, do ponto de vista administrativo, o ensino das ciências agrárias e a extensão rural.¹⁴⁸ Assim como o modelo alemão influenciou vários países da Europa e os Estados Unidos, muito provavelmente também teve influência sobre o Brasil e, em especial, sobre Santa Catarina. Deve-se ressaltar a vinda de alemães ‘esclarecidos’ para o Estado, como o Dr. Blumenau e Fritz Müller, além do que, vários governantes e pessoas influentes da Província realizaram seus estudos em universidades européias. A maneira como se desenvolve a estrutura estatal de pesquisa e extensão em Santa Catarina corresponde, grosso modo, ao que ocorreu na Alemanha, ou seja, a partir de uma estação, várias outras foram sendo criadas, nos moldes da primeira, com o objetivo de atender problemas específicos de cada região.

Por outro lado, em Santa Catarina, a extensão rural também ficou vinculada a estas instituições. Se considerarmos extensão rural como uma via de mão dupla, onde os problemas enfrentados pelos agricultores são a base da própria existência destas instituições, e que os conhecimentos ali produzidos são difundidos entre os agricultores, pode-se considerar que, em certa medida, esta atividade era desenvolvida concomitantemente às atividades de pesquisa. Quanto à questão do ensino, pode-se afirmar que no Brasil o ensino superior agrícola surgiu de forma independente destas instituições, porém o ensino agrícola de outros níveis, pelo menos em Santa Catarina, teve sua origem a partir destas instituições.

O bom desempenho inicial da Estação de Rio dos Cedros estimulou o governo a criar novas instituições em outros pontos do Estado. Em 1900, Felipe Schmidt, então governador, chama a atenção da Assembléia Estadual para a necessidade de criar uma outra estação no Sul do Estado ou na região serrana.¹⁴⁹ Entretanto, as dificuldades financeiras do Estado não permitiram tal

Londrina, 1995. P. 24.

¹⁴⁸ Op. cit., p.24.

¹⁴⁹ SANTA CATARINA. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo em 11 de agosto de 1900 pelo Dr. Felipe Schmidt, governador do Estado. sobre os trabalhos da Escola Agrônômica e de Veterinária. Mensagem, Florianópolis, 1901.

empreendimento naquele momento.

A urgente necessidade de melhorar a agricultura, tendo em vista ser esta atividade a que mais colaborava para a arrecadação de impostos, leva o governo a rever sua política agrícola. Um dos problemas que dificultava o aumento quantitativo e qualitativo da produção agrícola referia-se à falta de preparo dos agricultores e à pouca utilização de novas tecnologias. Assim, fazia-se necessário que o Governo tomasse medidas que revertissem o quadro da época, criando centros de apoio ao agricultor, nos moldes da Estação de Rio dos Cedros. A nova estratégia previa a mudança da Estação de Rio dos Cedros para a Capital, onde funcionaria como centro de serviço, responsável pela administração das demais estações que seriam criadas na região sul e na região serrana. A estrutura de Rio dos Cedros seria transformada em Campo de Demonstração, vinculado à Estação e atenderia toda a região norte do Estado. Em 1903 o Governo já estava autorizado pela Assembléia a transferir a estação para a Capital, porém as dificuldades financeiras novamente impossibilitaram a mudança. Somente em 1904, através de Lei nº 642, de setembro daquele ano, é que a Estação de Rio dos Cedros foi transferida para o atual bairro do Estreito, no prédio onde existiu a Hospedaria dos Imigrantes.¹⁵⁰

Ainda sob a direção de Giovanni Rossi a Estação funciona neste local até 1907, quando o Ministério da Marinha solicita o prédio para instalar a Escola de Aprendizes Marinheiros. Para que a Estação continuasse a desenvolver suas atividades o governo adquiriu uma chácara na localidade de Pedra Grande, pertencente a José Tibúrcio e Alfredo Tibúrcio Lobo, onde a instalou.¹⁵¹ Neste mesmo ano, em setembro, Dr. Rossi pede exoneração do cargo de Diretor da Estação. Para substituí-lo o governo nomeia o engenheiro agrônomo Jacinto A. de Mattos. Na mensagem de 1908 diz o governador Gustavo Richard que, apesar dos

¹⁵⁰ SANTA CATARINA. Mensagem lida pelo Exmo. Sr. Coronel Gustavo Richard, Governador de Estado na 2ª sessão da 7ª Legislatura do Congresso Representativo em 2 de agosto de 1908. Segundo a Mensagem a Estação foi transferida para a localidade conhecida como Saco do Padre, no Estreito. O prédio onde a Estação foi instalada existe até hoje, próximo à cabeceira continental da ponte Colombo Salles, onde funciona o portal turístico de Florianópolis. Mensagem, Florianópolis, 1909.

¹⁵¹ Com a instalação da Estação Agronômica a população começou a referir-se ao bairro como Agronômica, nome pelo qual é conhecido até hoje. Nas proximidades do terreno onde funcionou a Estação atualmente está localizado o Palácio da Agronômica, residência oficial do Governador do Estado.

grandes prejuízos causados com a mudança, pois várias plantas morreram, a Estação já contava com um novo viveiro de plantas especiais e que grande quantidade de mudas e de sementes foram distribuídas.¹⁵² Nesta época era diretor o Sr. Tullo Cavallazzi.

Em 1910 a Estação fazia experimentos com adubos químicos em diversas plantas e hortaliças, obtendo bons resultados. Pesquisava também o cultivo de trigo, cevada e aveia. Ainda durante este ano a Estação respondeu a 412 consultas sobre agricultura e distribuiu 557 quilos de sementes e 7.258 mudas de diversas plantas. Sob orientação da Estação, foram criados 05 sindicatos rurais e 03 cooperativas no sul do Estado.¹⁵³

A Estação desenvolve suas atividades até 1920, quando o governo transforma o local em hospedaria para “pessoas ilustres que nos honrem com sua permanência”.¹⁵⁴ A esta época ainda permanecem, na Pedra Grande, algumas atividades como distribuição de sementes e mudas e é criado, junto com a hospedaria, um parque de exposições. Porém, este seria o fim da Estação como instituição criada para desenvolver a agricultura no Estado. A mesma lei que autorizava a mudança de local da Estação permitia a criação de outras instituições congêneres, como o Governo já havia manifestado intenção em anos anteriores. Com a mudança para a Capital, em Blumenau ficou funcionando um campo de demonstração e, em 1905, através de Decreto de 24 de março, o Governo criou um outro Campo e um Posto Zootécnico em Lages, em terreno doado pelo Município. Assim, estava efetivada a estratégia do Governo de manter uma estação difusora de tecnologia na Capital e um campo no Norte e outro no Sul do Estado. Em abril deste ano o Governo expede, por Decreto, o Regulamento do Campo de Lages e nomeia

¹⁵²SANTA CATARINA. Mensagem lida pelo Exmo. Sr. Coronel Gustavo Richard, Governador de Estado na 2ª sessão da 7ª Legislatura do Congresso Representativo em 2 de agosto de 1908. Mensagem, Florianópolis, 1909.

¹⁵³SANTA CATARINA. Mensagem lida pelo Exmo. Sr. Coronel Gustavo Richard, Governador de Estado na 1ª sessão ordinária da 8ª legislatura do Congresso Representativo em 17 de setembro de 1910. Mensagem, Florianópolis, 1911.

¹⁵⁴ SANTA CATARINA. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo em 22 de julho de 1920 pelo Engenheiro Civil Hercílio Pedro da Luz, Vice - Governador, no exercício do cargo de Governador do Estado de Santa Catarina. Mensagem, Florianópolis, 1921.

para seu Diretor o Major Caetano Costa.

Em junho de 1906 o governador Gustavo Richard, em visita a Blumenau, vai ao Campo de Demonstração. Na sua mensagem à Assembléia Legislativa o governador informa que: “naquele estabelecimento [...] já se encontra animador desenvolvimento na propagação de excelentes raças bovinas, suínas, cavalar e variedade de aves das melhores espécies conhecidas. Também a fruticultura é tratada com bastante cuidado, em vista da grande variedade de árvores frutíferas, que ali se encontram, já produzindo em abundância”.¹⁵⁶

Apesar desta última frase também pertencer ao título Posto Zootécnico de Blumenau, muito provavelmente as áreas de fruticultura deveriam pertencer ao Campo de Demonstração, haja vista tratar-se de atividade agrícola e não zootécnica.

Em 1907, através do Decreto nº 309, de 02 de janeiro, o governo transfere o Campo de Lages para a municipalidade, concedendo anualmente um auxílio de 3:000\$000 para a manutenção do estabelecimento.¹⁵⁷ No ano seguinte o governo dá prosseguimento à sua política de criação de Campos de Demonstração e Postos Zootécnicos. Auxiliado pelo Governo da União, que concedia verbas para a criação destas instituições, o Estado adquiriu por 8:500\$000 um terreno na estrada de Angelina, próximo a São Pedro de Alcântara. Este terreno foi repassado à Sociedade de Agricultura de São Pedro para ali instalar um Campo de Demonstração que também seria vinculado à Estação Agronômica do Estado.¹⁵⁸

Em 1911, era Governador Vidal José de Oliveira Ramos Júnior, lageano, oriundo de família tradicional de fazendeiros criadores de gado. Vidal Ramos assume o governo com o lema Instrução e Viação. Para ele, o futuro do Estado dependia do desenvolvimento destas duas áreas. A instrução estava relacionada ao

¹⁵⁶ SANTA CATARINA. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 18 de setembro de 1906 pelo Coronel Antônio Pereira da Silva e Oliveira, Presidente do Congresso Representativo, no exercício das funções de governador do Estado. Mensagem, Florianópolis, 1907.

¹⁵⁷ SANTA CATARINA. Mensagem lida pelo Sr. Coronel Gustavo Richard, Governador de Estado na sessão de abertura do Congresso Representativo em 05 de setembro de 1907. Mensagem, Florianópolis, 1908.

¹⁵⁸ SANTA CATARINA. Mensagem lida pelo Sr. Coronel Gustavo Richard, Governador de Estado na 2ª sessão da 7ª legislatura do Congresso Representativo em 02 de agosto de 1908. Mensagem, Florianópolis, 1909.

aprimoramento das técnicas de produção e com o aumento qualitativo da mesma para que pudesse concorrer com produtos de outros Estado. A viação seria imprescindível para o escoamento rápido e com menores custos da produção. Entretanto, segundo Vidal Ramos, para aumentar a produção seria indispensável o povoamento do solo catarinense e, para tanto, dependeria de novos colonos. Para que esta ocupação produtiva se desse, seria indispensável dotar o Estado de estradas que pudessem escoar a produção. Com estas medidas, segundo o governador, se aumentaria significativamente a renda do Estado.¹⁵⁸ Dentre as medidas adotadas pelo governo para melhorar a agricultura estão a criação, em 18 de abril de 1911, da Inspetoria Veterinária do Estado, cuja Direção foi entregue ao médico Bonifácio Cunha. A criação das Inspetorias Estaduais fazia parte da política do Ministério da Agricultura e tinha como objetivo melhorar a qualidade da produção agropecuária do Estado; a criação, em junho de 1911, de um laboratório para preparação de vacinas anti-rábicas, dirigido pelo Professor Parreiras Horta. Situado em Florianópolis, o laboratório foi criado porque nesta época havia no Estado um surto de raiva que atacou o rebanho em várias localidades, principalmente Biguaçu, São José e Palhoça. Em 02 de maio de 1911 foi fundada a Inspetoria Agrícola. Sob a direção do Dr. Jacinto Mattos, os principais trabalhos desenvolvidos eram a distribuição de sementes, a instrução dos agricultores nos próprios locais de suas residências, a propaganda do emprego das máquinas agrícolas e demais instruções solicitadas pelos agricultores.¹⁵⁹

Na sinopse dos quatro anos de governo que Vidal Ramos apresentou ao Congresso Representativo, em junho de 1914, observa-se os seguintes dados sobre a Inspetoria Agrícola: distribuição de 27.394 volumes de sementes, pesando 101.129,128 Kg, incluídas aí 20 toneladas de sementes de trigo que o Estado entregou à Inspetoria para que fossem distribuídas aos agricultores; montagem de 49 depósitos em vários Municípios, com um total de 132 máquinas agrícolas (as

¹⁵⁸ SANTA CATARINA. *Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 23 de julho de 1911 pelo Governador Vidal José de Oliveira Ramos*. Mensagem, Florianópolis, 1912.

¹⁵⁹ SANTA CATARINA. *Sinopse apresentada pelo Coronel Vidal José de Oliveira Ramos ao Exmo. Sr. Major João de Guimarães Pinho, Presidente do Congresso Representativo do Estado, ao passar de governo no dia 20 de junho de 1914*. Sinopse quadriênio de 1910 a 1914. 1870.

máquinas serviam para instrução de agricultores e demonstrações práticas, além de ficarem à disposição para empréstimo aos lavradores).¹⁶⁰ Cumprindo o papel de divulgação de novas técnicas, a Inspetoria distribuiu no período 18.239 publicações.¹⁶¹

No balanço que faz sobre a Inspetoria Veterinária, Vidal Ramos salienta as visitas feitas a vários Municípios, atendendo pedidos de criadores e autoridades locais, inspecionando o estado sanitário das propriedades, fazendo vacinações, distribuindo livros e panfletos. Estavam entre as maiores preocupações da Inspetoria as doenças que afetavam os rebanhos do Estado. Em 1913 aparece pela primeira vez a febre aftosa, vinda do Paraná, São Paulo e Minas Gerais. Segundo Vidal Ramos, esta doença foi introduzida por uma tropa de gado da raça zebu que desembarcou inesperadamente em Capinzal. Devido à grande distância a Inspetoria não pode tomar as providências necessárias e a doença se alastrou rapidamente pelos Municípios serranos e em alguns do litoral. Em Campos Novos a doença atacou tanto o gado como suínos e veados da mata, dificultando ainda mais o combate.¹⁶²

No relatório que apresentou ao Governador do Estado, em maio de 1914, o Secretário Geral dos Negócios do Estado, Gustavo Lebon Regis, informa a criação de um Campo de Demonstração em Itajaí, dirigido pelo Sr. Antônio de Vasconcelos e Souza. Instalado num terreno de 68 hectares, cedido pela municipalidade, várias obras haviam sido feitas durante o ano. Infelizmente, segundo o Diretor do Campo, a escolha do local não fora a melhor, sendo desprezadas terras superiores onde, com metade do capital e tempo despendidos, a instalação do Campo estaria muito mais adiantada.¹⁶³

No mesmo relatório o Secretário faz a seguinte avaliação sobre a situação

¹⁶⁰ Nesta época o governo do Estado incentivava o plantio de trigo e já obtinha resultados animadores no sul e no planalto norte do Estado.

¹⁶¹ SANTA CATARINA. *Sinopse apresentada pelo Coronel Vidal José de Oliveira Ramos ao Exmo. Sr. Major João de Guimarães Pinho, Presidente do Congresso Representativo do Estado, ao passar de governo no dia 20 de junho de 1914. Sinopse quadriênio de 1910 a 1914.* 1870.

¹⁶² Op. cit.

¹⁶³ SANTA CATARINA. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Cel. Vidal José de Oliveira Ramos, Governador do estado pelo Secretário Geral Gustavo Lebon Regis em maio de 1914.* Secretaria Geral dos Negócios do Estado de Santa Catarina. 1914.

econômica do Estado:

Como verá V. Exa. pelo quadro que se segue se não tem aumentado na medida dos nossos desejos o valor da exportação do Estado, verifica-se entretanto que não estamos sujeitos às grandes crises que têm afetado os Estados que praticam a monocultura. Variada como é a nossa produção, senão exportamos muito, também não temos necessidade de importar muito, o que é uma compensação. Se é verdade que a massa dos negócios não é grande, pode-se entretanto afirmar com segurança que a nossa população vive relativamente feliz: as pequenas fábricas estão espalhadas por todo o Estado produzindo o necessário ao consumo e, sem os grandes latifúndios, onde o trabalhador vive quase como escravo, a mercê da boa ou má vontade do patrão, os nossos agricultores são todos proprietários de uma gleba de terras que fornece o necessário para si e seus filhos. Será pouco, talvez, mas em todo o caso é um proprietário que, como tal, vive mais de acordo com preceitos da dignidade humana.¹⁶⁴

Esta descrição, oficial, permite vislumbrar a situação agrícola do Estado. Pode-se afirmar que a presença de pequenos proprietários deveu-se ao modo como o Estado foi colonizado, através de companhias colonizadoras, - como as que fundaram Blumenau e Joinville, na década de 1850 -, e outras, que receberam incentivos estaduais e federais para aqui instalar imigrantes europeus. Em 1891 iniciaram-se os trabalhos de colonização no Município de São José, numa área de 90 mil hectares, resultante de contrato entre o governo federal e a Companhia de Colonização e Indústria de Santa Catarina para instalação de burgos agrícolas no Estado. Em 1914 a mesma companhia, agora denominada Companhia Colonizadora Catarinense, com sede em Porto Alegre, incorporou ao seu patrimônio uma área de 41 mil hectares às margens do Rio do Sul. Os antigos burgos agrícolas situam-se hoje nos Municípios de Bom Retiro e Alfredo Wagner.¹⁶⁵ Também nas primeiras décadas da República foram instalados em Santa Catarina três núcleos federais de colonização: 1. Anitápolis, povoado com colonos de etnia alemã; 2. Esteves Júnior, atual Município de Major Gersino, e 3. Rio Branco, atual município de

¹⁶⁴ Op. cit.

¹⁶⁵ CABRAL. Oswaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina**. Florianópolis: Imprensa da Universidade Federal de Santa Catarina, 1968. p 276

Guaramirim.¹⁶⁶

A instalação de colonos em áreas despovoadas do Estado proporcionava uma certa distribuição de terras e tinha como objetivo desenvolver a agricultura e torná-la mais competitiva. Ao mesmo tempo, fazia-se necessário desenvolver novas técnicas e buscar uma melhor adaptação destes colonos ao clima e às culturas agrícolas aqui desenvolvidas. Desta forma, e como foi discutido anteriormente, a instalação de centros de fomento, como os postos zootécnicos e as estações agrônômicas, era ainda mais premente.

Em 1915 o Major João Guimarães Pinha, Presidente do Congresso Representativo e Governador em exercício, afirma que, dos estabelecimentos mantidos pela União, existem no Estado apenas o Posto Zootécnico de Lages, o Campo de Demonstração de Itajaí e o Aprendizado Agrícola de Tubarão.¹⁶⁷ E que, devido aos cortes no orçamento da União, o Aprendizado de Tubarão foi fechado e os demais encontram-se reduzidos às mais modestas proporções e que muito pouco poderiam contribuir para o desenvolvimento da produção catarinense.

Em 1918 Lauro Müller e Hercílio Luz são eleitos governador e vice, respectivamente. Como Lauro Müller não assume, Hercílio Luz passa a governar o Estado. Em mandato anterior, Hercílio Luz havia criado a Estação Agrônômica de Rio dos Cedros. Agora o governador procurará transformar, radicalmente, a pecuária na Ilha de Santa Catarina. Em 1920 criou o Posto Zootécnico “Dr. Assis Brasil”, num terreno pertencente ao Estado, localizado em Carvoeira, e as Estações de Monta em Canasvieiras e no Campo da Ressacada, então Distrito do Ribeirão da Ilha. Estas instituições tinham como principal objetivo, segundo a Lei nº 1265, de 05 de setembro de 1919, a criação e aclimação de gado Jersey. Essa lei, além de criar as instituições referidas, proibia a entrada na Ilha de qualquer outra raça de reprodutor que não fosse a Jersey. Era intenção de Hercílio Luz transformar a Ilha de Santa Catarina numa Ilha de Jersey.¹⁶⁸ O gado Jersey, excelente como gado

¹⁶⁶ Op. cit. p. 276/77.

¹⁶⁷ SANTA CATARINA. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado pelo Major João Guimarães Pinho Presidente do mesmo congresso, no exercício do cargo de governador em 29 de julho de 1915. Mensagem, Florianópolis, 1915.

¹⁶⁸ Tanto CABRAL (1968 pg. 265) como as Mensagem do Governo atribuem a Hercílio Luz a profissão de

leiteiro, foi desenvolvido na Ilha com o mesmo nome, localizada na Grã-Bretanha.

No interior do Estado o governo mantinha estabelecimentos em Bom Retiro, Rio do Sul, Tubarão e São Pedro de Alcântara. A estação de São Pedro havia sido transferida para Rio do Sul, ficando no local apenas um posto a cargo da Associação Pastoril, subsidiado pelo Estado. Durante a década de 1920 o Estado desenvolveu suas atividades através dos postos zootécnicos, estações de monta e campos de sementes que mantinha individualmente ou em convênio com o Governo Federal, porém poucos foram os documentos encontrados que fizessem referência ao assunto.

Na década de 1930 a atividade agrícola no Estado era dirigida pelo Serviço de Expansão Agrícola e Pastoril que coordenava os trabalhos na Fazenda Modelo Assis Brasil, Fazenda Modelo de Tubarão, Fazenda Modelo de Itajaí e Granja Desterro. Neste período os estabelecimentos passam por uma crise, segundo o governador: a Fazenda Assis Brasil “é a mais importante, mas nem ela está aparelhada para servir eficientemente ao seu destino. Nada obstante, tem contribuído para melhorar o gado da ilha”. Quanto à Fazenda de Tubarão afirma que “a despeito da excelência de suas terras, não pode, á falta de recursos, preencher os seus fins”. Em relação à Fazenda de Itajaí e à Granja Desterro informa que a primeira “está em terrenos impróprios e sujeitos, em parte, a inundações. Não tem dado resultado apreciável e na segunda os trabalhos limitam-se-lhe á conservação”.

169

Apesar das dificuldades em manter o aparato de apoio e desenvolvimento à pesquisa e extensão agrícola, o governo estadual assinou, em 1936, um convênio com o Ministério da Agricultura para a execução em Santa Catarina dos serviços públicos relativos à produção, melhoramento e defesa da vitivinicultura e frutos de clima temperado. Aprovado o acordo,¹⁷⁰ o Município de Campos Novos doou ao Ministério da Agricultura uma área de 621.500 m², situada no Distrito de Perdizes,

engenheiro civil, porém SANTOS (1995) afirma que ele cursou a Faculdade de Ciências Agrônomicas em Gembloux, Bélgica.

¹⁶⁹SANTA CATARINA. Mensagem apresentada á Assembléia Legislativa de Santa Catarina, em 16 de julho de 1936, pelo Governador Nereu de Oliveira Ramos. Mensagem, Florianópolis, 1937.

¹⁷⁰SANTA CATARINA. Lei nº 90 de 21 de setembro de 1936. Aprova acordo para execução no território catarinense dos serviços públicos relativos á produção, melhoramentos e defesa da vitivinicultura e frutos de clima temperado. Coleções de Leis da Província de Santa Catarina. 1937.

para ali instalar uma estação experimental através da qual se realizariam os serviços tratados no convênio. Distante dois quilômetros da estação da linha férrea São Paulo-Rio Grande, foi designado seu diretor o engenheiro agrônomo Joaquim Inácio Silveira da Mota.¹⁷¹

A Estação Experimental de Perdizes, como foi denominada, tinha como um de seus objetivos desenvolver a cultura da videira para a exploração racional da produção de uvas de mesa, vinhos e demais subprodutos, determinando e multiplicando as melhores variedades frutíferas; melhorar e racionalizar os métodos empregados na vinificação; produzir mudas e enxertos de videira e de frutas de clima temperado, para vender aos viticultores e fruticultores do Estado; instalar cursos práticos de vitivinicultura e de fruticultura de clima temperado, sob a forma volante e outros, por período nunca superiores a 15 dias a serem ministrados nas explorações de vitivinicultura, estações experimentais e campos de cooperação; inspecionar e fiscalizar pomares, cantinas e adegas; organizar o ensino prático, sob o ponto de vista tecnológico; e fundar, através de acordo com o Estado e Municípios, uma Escola de Vitivinicultura e Fruticultura de Clima Temperado, em local a ser escolhido pelas partes.

Em 1938 o governo constrói uma outra fazenda na Ressacada para atender o sul da Ilha de Santa Catarina. Nesta época a fazenda de Itajaí havia sido extinta, pois estava instalada em terreno não apropriado e a fazenda de Tubarão, também com problemas, teve seu rebanho recolhido à fazenda Assis Brasil e suas terras entregues à Diretoria de Fomento Vegetal. Apesar das dificuldades encontradas nestes estabelecimentos, o governo cogitou instalar, no sul do Estado, uma fazenda para criação de suínos e, no vale do Itajaí, sugeria o relatório de 1938, que o governo se preocupasse com a indústria de laticínios.¹⁷²

Em 27 de janeiro de 1937, o Estado firma novo acordo com o Ministério da Agricultura para o fomento da produção vegetal. Orientado pelo novo acordo e pelo

¹⁷¹SANTA CATARINA. Mensagem apresentada á Assembléia Legislativa de Santa Catarina, em 16 de julho de 1937, pelo Governador Nereu Ramos. Mensagem, Florianópolis, 1938.

¹⁷² SANTA CATARINA. Relatório apresentado em outubro de 1938 ao Exmo. Sr. Presidente da República, pelo Dr. Nereu Ramos, Interventor Federal no Estado de Santa Catarina. Imprensa Oficial do Estado, Florianópolis, 1939.

“princípio de que o êxito das campanhas agrícolas assenta na experimentação”, o governo procurou instalar novos campos onde se pudesse demonstrar as novas técnicas agrícolas.¹⁷³ Assim, nesta época, o Estado possuía os seguintes estabelecimentos para o fomento da produção vegetal:

- Campo de Cereais e Leguminosas de Tubarão: iniciou seus trabalhos em março de 1938. Realiza experimentações com milho, sorgo, arroz, trigo, centeio, cana de açúcar, feijão, mandioca e plantas forrageiras e oleosas;

- Estação Fitotécnica de Lages: instalada em terrenos do Município, iniciou seus trabalhos em junho de 1938. Realiza ensaios de espaçamento, época de plantio e adubação em 16 variedades de trigo, quatro de centeio, seis de linho, cinco de aveia, três de cevada. Possui 40.000 m² de trigo e centeio branco e prepara-se para cultivar 80.000 m² com milho, leguminosas e batatinha e 5.000 m² com plantas oleosas;

- Campo Experimental de Poço Preto: iniciou seus trabalhos em maio de 1938. Cultiva 120.000 m² com trigo, aveia, centeio, linho e cevada. Prepara uma área de 150.000 m² para culturas primaveris;

- Campo de Fruticultura Tropical de São Pedro de Alcântara: instalado em terrenos do Estado, possui 10 mil pés de laranja para enxertia e 80.000 m² de terras estão sendo preparados para outras culturas; e

- Granja Desterro: foram plantadas diversas espécies destinadas à produção de sementes para serem distribuídas entre os lavradores. O antigo pomar estava sendo substituído por espécies novas, entre as quais cinco variedades de cerejeira, duas de pessegueiros, nove de ameixeira, duas de oliveira, duas de castanheiro japonês e duas de noqueira americana, destinadas à produção de borbulhas para enxertos.¹⁷⁴

Na década de 1940 foi instalado, na Capital, o Serviço de Sericicultura que passou a funcionar em 02 de janeiro de 1940, sob a direção de um técnico que o

¹⁷³ Op. cit.

¹⁷⁴ A referência ao antigo pomar e outras localizadas em outros textos levam a suposição de que a Granja Desterro estivesse instalada no que sobrou da Estação Agronômica e de Veterinária no atual Bairro da Agronômica.

governo mandou especializar em Barbacena e Campinas. A Estação de Sericicultura Fernando Costa, como foi denominada, foi montada num terreno de 53.882 m², adquirido pelo governo no Distrito da Trindade, na Capital. O Serviço tinha como objetivo organizar os produtores do Estado, então em número de 122, dando auxílio técnico. Nesta década estavam instalados no Estado os seguintes campos agrícolas: Campo de Cruzeiro, mantido pela União; Campo de Poço Preto, mantido pelo Município de Porto União; Campo de Canoinhas, pelo Estado; Campo de Mafra, pelo Município; Campo de Lages, pelo Estado; Campo de Tubarão, pelo Estado; Campo de São Bento, pelo Município; Campo de Joinville, pelo Município; Campo de São Pedro, pelo Estado e Campo de Urubici, por particular. A Estação de Perdizes, em funcionamento há algum tempo e com seus prédios construídos pelo Estado, de acordo com o que determinava o convênio com o Ministério da Agricultura, sob a ótica do Estado não vinha desempenhando a contento suas atividades. Segundo o Relatório de 1942, isto se devia à descontinuidade na Direção daquele estabelecimento.¹⁷⁵

No final da década de 1940, o governo assinou convênio com o Ministério da Agricultura para a instalação de postos agropecuários no Estado. Em 1947 iniciaram-se a construção dos três primeiros em Joaçaba, Urussanga e Indaial, com previsão para construção de mais três em 1948, localizados em Chapecó, Lages e Araranguá. De acordo com o convênio, caberia aos Municípios a doação dos terrenos e ao Ministério a construção das instalações, bem como, todos os encargos da manutenção dos postos. Assim, nos primeiros anos da década de 1950 contava o Estado, segundo a Mensagem de 1955, com os seguintes estabelecimentos agropecuários: Fazenda Assis Brasil, Fazenda Ressacada, Posto de Monta de Canoinhas, Posto de Monta de Tubarão, Seção de Apicultura, Posto de Monta de Lages, Postos de Monta de Concórdia, Posto de Monta de Rio Vermelho e Seção de Avicultura.

Os documentos oficiais consultados evidenciam uma descontinuidade na

¹⁷⁵SANTA CATARINA. Relatório apresentado em outubro de 1942 ao Exmo. Sr. Presidente da República, pelo Dr. Nereu Ramos, Interventor Federal no Estado de Santa Catarina. Imprensa Oficial do Estado, Florianópolis, 1942.

existência das instituições responsáveis pela agropecuária no Estado. A impossibilidade de lidar com outros documentos produziu lacunas nas informações coletadas, além de influenciar uma leitura mais afeta aos interesses do governo. Algumas instituições ou iniciativas, como o Serviço de Sericicultura ou a intenção de criação de uma escola agrícola junto à Estação de Perdizes, simplesmente desaparecem de uma hora para outra dos documentos oficiais. Por outro lado, percebe-se a intenção do governo, desde o início do século, em desenvolver a agropecuária através de instituições regionais que pudessem interferir na produção, tanto quanto em possibilitar o acesso à novas tecnologias quanto ao empréstimo de máquinas, fornecimento de mudas e sementes e fornecimento de reprodutores selecionados.

Percebe-se, também, que, a partir da década de 1930, houve um incremento significativo no número destas instituições haja vista os vários acordos feitos com o Ministério da Agricultura, o que possibilitou a criação de novos estabelecimentos.

4 A CONSTITUIÇÃO DO ENSINO AGRÍCOLA

4.1. Introdução

Como se pode verificar nos capítulos anteriores, algumas iniciativas governamentais procuraram introduzir nas escolas disciplinas relacionadas à agricultura. Entretanto, estas medidas não foram suficientes para que, a partir delas, se desenvolvesse o ensino agrícola propriamente dito. Foram medidas importantes para o momento, principalmente no que tange à introdução de disciplinas com caráter científico. Algumas, como a aula de Agricultura Prática do Ateneu, a despeito de ter ficado apenas na intenção legal, representou o marco inicial na criação de disciplinas relacionadas à agricultura em Santa Catarina.

Mesmo não havendo escolas agrícolas, em vários momentos os discursos oficiais faziam referência ao ensino agrícola como algo já existente no Estado. Exemplo disso foi o que aconteceu com a Estação Agronômica de Rio dos Cedros. Apesar de não ter êxito a criação do Curso de Agronomia junto à Estação, vários documentos governamentais referem-se a ela como Escola de Agronomia ou Escola de Agronomia e de Veterinária, pois cumpria, efetivamente, um papel de ensino à medida que produzia conhecimentos e os difundia. Na mensagem de 1900 o Governador Felipe SCHMIDT assim se expressa:

Vão adiantados os trabalhos desse estabelecimento agrícola, cujos resultados não podem de pronto surgir. Entretanto, vai já a escola chamando a atenção dos lavradores, que começam a procurá-la para aí receberem praticamente as lições que mais tarde de grande proveito lhes serão, aplicadas as suas lavouras. Atualmente apenas existe no Estado a Escola Agronômica e de Veterinária estabelecida em Blumenau, na qual

já se tem feito estudos sobre agricultura e ensaios de culturas, achando-se o edifício em via quase de conclusão na Encruzilhado do Cedro.¹⁷⁶

A Mensagem do governador expressa, por um lado, a expectativa que o governo tinha em relação àquela entidade - de que ela servisse como instrumento educativo capaz de modificar as práticas agrícolas existentes; por outro, o direcionamento dado à estação pelo Diretor Giovanni Rossi. Como não restringiu suas atividades à pesquisa sobre o fumo, Rossi atraiu a atenção dos lavradores que o procuravam buscando informações sobre outras culturas. Nessas oportunidades Rossi ensinava-lhes novos métodos e novas técnicas de cultivo, bem como introduzia novas culturas na região. Além disso, ia semanalmente à escola local onde ministrava aulas de Agricultura para os alunos. Estes fatos contribuíram para que o governo se referisse à Estação como Escola de Agronomia. Não se caracterizando como escola regular - e não foi essa a intenção quando o governo criou a Estação -, essa instituição pública de pesquisa, onde se concentravam profissionais da área agrícola, proporcionou o surgimento de atividades educativas. Desta forma, o que se teve na Estação de Rio dos Cedros foram as primeiras experiências com um ensino agrícola informal, não-escolar, patrocinado pelo governo. As idas de Rossi à escola local deram-se mais por iniciativa sua, por sua preocupação social, do que como atribuição do cargo de Diretor da Estação, não podendo, portanto, ser caracterizada como iniciativa oficial.

Com a mudança da Estação para a Capital e a criação de outros estabelecimentos congêneres em pontos distintos do Estado, várias vezes os documentos oficiais continuam fazendo referência ao ensino ministrado nestes locais, o que evidencia que estas atividades passaram a fazer parte da rotina destes estabelecimentos. O ensino informal se desenvolve mais com a criação das Inspetorias Agrícola e Veterinária. Instalada na Capital, a Inspetoria Agrícola organizava material para divulgação e cursos que eram proferidos nos Campos e Postos criados pelo Estado, como foi visto no capítulo anterior, ou nas próprias

¹⁷⁶ SANTA CATARINA. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo em 11 de agosto de 1900 pelo Dr. Felipe Schmidt, governador do Estado, sobre os trabalhos da Escola Agrônômica e de Veterinária. Mensagem, Florianópolis, 1901.

residências dos agricultores. Na Mensagem de 1914 o governador relatava a construção de 49 depósitos de máquinas agrícolas, distribuídos em vários Municípios, totalizando 132 máquinas. Esses depósitos tinham por fim, segundo Vidal RAMOS, “a instrução dos agricultores e uma demonstração pratica das vantagens dos modernos processos agrícolas”.¹⁷⁷

Montados os depósitos, os agricultores da região eram chamados para uma reunião onde era proferida uma palestra sobre o assunto. Após a palestra havia uma demonstração prática sobre como utilizar as máquinas e cada agricultor era treinado individualmente. A partir de então, as máquinas ficavam à disposição dos agricultores para novas demonstrações ou para empréstimo.

A Inspetoria Veterinária realizava visitas aos Municípios. Nestes, proferia palestras, atendia solicitações dos criadores e das autoridades locais e fazia inspeções sanitárias nas propriedades. Através das palestras, dos cursos, e da distribuição de material escrito e visitas às propriedades, o ensino agrícola informal ia se desenvolvendo tanto nas instituições de pesquisa como através das Inspetorias. Exemplos destas atividades eram encontrados nas Estações de Monta criadas no Estado. Nas Estações o governo mantinha várias espécies de reprodutores de raças puras, com o objetivo de realizar cruzamentos com os animais locais, melhorando assim o rebanho do Estado. Nas visitas que realizavam a estes estabelecimentos, os agricultores recebiam orientações no sentido de melhorar suas atividades.

A questão aqui colocada é a da ampliação das atribuições das entidades responsáveis tanto pela agricultura como pela pecuária, criadas, ao longo do tempo, pelo Governo de Santa Catarina ou pelo Governo Federal. Inicialmente foram criadas instituições cujo principal objetivo era pesquisar problemas agrícolas específicos da região onde estavam inseridas, como a Estação Agronômica e de Veterinária de Rio dos Cedros, em 1895. Entretanto, no seu processo de desenvolvimento agrícola, Santa Catarina se caracterizou por apresentar pequenas propriedades rurais, onde predominavam a policultura e a agricultura familiar,

¹⁷⁷ SANTA CATARINA. *Sinopse apresentada pelo Coronel Vidal José de Oliveira Ramos ao Exmo. Sr. Major João de Guimarães Pinho, Presidente do Congresso Representativo do Estado, ao passar de governo no dia 20 de junho de 1914.* Sinopse quadriênio de 1910 a 1914. 1870.

diferentemente de outras regiões do País, como São Paulo, onde a monocultura, principalmente a do café, era praticada em grandes latifúndios. Desta forma, tornou-se inevitável que os profissionais lotados nestas instituições fossem procurados para resolver os mais diversos tipos de problemas, proporcionando assim um contato mais intenso e direto com os agricultores.

Cabe também ressaltar que tais instituições foram criadas com o objetivo de melhorar e diversificar a produção agrícola estadual, que enfrentava a concorrência de outros mercados. Como a vocação agrícola de cada região diferia uma da outra, fazia-se necessária a criação de instituições diversificadas, sendo algumas mais voltadas para a agricultura, outras para a pecuária.¹⁷⁸

A criação de escolas agrícolas nas décadas de 30 e 40 não levaram à extinção deste tipo de ensino informal, não-escolar ou extensão rural, tendo continuado a existir nos estabelecimentos agrícolas mantidos pelo governo.

O ensino não-escolar destinava-se, principalmente, ao atendimento de agricultores, a princípio, já estabelecidos. Os jovens, filhos desses agricultores, permaneciam sob influência direta de seus pais e dos antigos métodos que ainda permaneciam. Desta forma, havia a necessidade de se criar condições que permitissem oferecer aos filhos dos agricultores e àqueles mais jovens, acesso imediato às novas tecnologias. Era preciso, além de melhorar o nível geral de formação dos agricultores, incuti-lhes, desde cedo, as novas tecnologias. Para tanto era premente a criação de uma estrutura superior a existente, que pudesse atender, ao mesmo tempo, essas novas necessidades. Fez-se necessário, portanto, a criação de escolas, junto à essas instituições, para atender uma nova clientela.

¹⁷⁸ Atualmente as instituições de pesquisa agrícola de Santa Catarina continuam desenvolvendo atividades semelhantes, organizadas de modo formal, com objetivo institucional, caracterizando o extencionismo rural.

4.2 As primeiras iniciativas e o Aprendizado Agrícola de Tubarão

Durante o período colonial a agricultura, no Brasil, era praticada principalmente pelos índios e posteriormente pelos escravos. Foram os jesuítas que introduziram as primeiras técnicas de cultivar a terra. Porém, tanto os jesuítas como os portugueses, em geral, tinham como objetivo passar aos índios e escravos os duros encargos que a agricultura da época requeria, não tendo, portanto, nenhuma intenção de qualificar profissionalmente estes indivíduos.

A educação formal preconizada pelas jesuítas era destinada às classes dirigentes e tinha como base o ensino das humanidades clássicas. Quando os membros da Companhia de Jesus demonstravam preocupação no sentido de ensinar algum ofício, tal ensino, segundo DE ROSA, “seria destinado àqueles que se revelassem inaproveitáveis para a gramática latina [...] para a conversão dos infiéis e para algum resgate com o qual pudessem comprar mantimento.”¹⁷⁹

Até a vinda da família real para o Brasil, em 1808, tanto a agricultura quanto o ensino agrícola pouco se desenvolveram. Por ser uma atividade desenvolvida por índios e escravos a agricultura bem como todo ofício braçal não eram bem vistos pelos colonizadores. Assim, esta atividade aparece sempre relacionada a uma condição menor, sem prestígio. A partir de 1808 é que algumas medidas em relação à agricultura e ao ensino agrícola foram tomadas pois tornava-se indispensável o desenvolvimento da colônia, onde agora passara a residir Sua Majestade, que deveria oferecer condições para a instalação da sua corte.

Segundo DE ROSA, devido às novas condições

fazia-se necessário que se estabelecessem condições culturais e tecnológicas de que, até então, o Brasil não pudera dispor. Daí, pois, o caráter prático das medidas adotadas pelo Príncipe como a criação de um curso de agricultura na Bahia. E, assim, embora com certa timidez, pode-se dizer que é nessa época que se encontram as origens do ensino agrícola brasileiro”.¹⁸⁰

¹⁷⁹ DE ROSA, Maria da Glória. *História do ensino agrícola no Brasil República*. Marília, 1980

¹⁸⁰ Op. cit.

Ao criar o curso na Bahia dizia D. João IV, na Carta Régia de 25 de junho de 1812, que serviria de “norma aos que me proponho estabelecer em todas as outras Capitanias dos meus Estados”.¹⁸¹ Entretanto, segundo DE ROSA,¹⁸² os fatos ocorreram de maneira diferente da vontade do monarca. Analisando o ensino agrícola no período Imperial, a autora chega à conclusão que durante o Império poucas foram as iniciativas em favor do ensino agrícola e as que existiram teriam sido motivadas pela supressão do tráfico de escravos e pela Lei do Ventre Livre, que fizeram supor a necessidade da substituição gradativa do braço escravo pelo colono livre e que a maioria partia de modelos alienígenas e alienados da conjuntura nacional.

Na Província de Santa Catarina, mesmo sendo a agricultura o mais importante ramo da economia, poucos foram os avanços obtidos durante esse período. Questões como a falta de colonos em algumas regiões, falta de estradas ou as péssimas condições que algumas apresentavam, dificultando o escoamento da produção, altas taxas de impostos, baixo nível de tecnificação da produção, entre outras, dificultaram, durante vários anos, o desenvolvimento da agricultura. Na tentativa de resolver alguns destes problemas, na década de 50 do século XIX, o governo incentivou o processo de imigração de colonos europeus para o Vale do Itajaí, iniciando com a fundação da Colônia Blumenau, em 1850, e da Colônia Dona Francisca, atual Joinville, em 1851, procurando trazer novo incremento à produção agrícola local.

A introdução de novas técnicas apareceu vinculada, no discurso oficial, à educação. Entretanto, como as atividades braçais eram relacionadas, pelas classes dominantes, a uma condição inferior, destinada às classes subalternas, as poucas referências ao ensino agrícola, em Santa Catarina, neste período, estão relacionadas a esta condição, principalmente aos órfãos. Exemplo desta relação é a permissão

¹⁸¹ PRIMITIVO, Moacyr, apud. DE ROSA, Maria da Glória. **História do ensino agrícola no Brasil República**. Marília, 1980. p.16.

¹⁸² Em seu trabalho, a autora resgata vários elementos relativos ao ensino agrícola durante o Império. Traz leis que criam cursos e escolas agrícolas, bem como procura caracterizar o período nos seus aspectos políticos, sociais e econômicos. Como meu objetivo principal é o ensino agrícola em Santa Catarina não vou me aprofundar em relação à situação nacional. Entretanto, sempre que necessário, utilizarei os dados fornecidos pela autora.

solicitada, pelo Presidente da Província, Dr. Theodoro Carlos de Faria Souto, à Assembléia Provincial para reformar o ensino, e na qual também comunica que constituiu uma comissão para criar o Liceu de Artes e Ofícios, escola de formação profissional.¹⁸³ Ao avaliar a situação educacional e propor a criação de uma escola profissionalizante, o Presidente demonstra preocupação em fundar “uma colônia orfanológica com base agrícola e industrial...”¹⁸⁴ Algo semelhante encontra-se em 1914 quando, segundo CABRAL, o governo cria, em Anitápolis - então núcleo de colonização federal -, um patronato agrícola para menores abandonados.¹⁸⁵

Estas iniciativas reforçam o argumento apresentado de que o ensino agrícola, na época, era destinado às camadas subalternas. Quanto à primeira iniciativa, a colônia orfanológica, não encontrei evidências que pudessem confirmar sua criação, nem mesmo outras menções foram feitas nos Relatórios e Mensagens do Presidente da Província imediatamente posteriores a 1883. Quanto a segunda, o Patronato Agrícola, segundo CABRAL, ele chegou a funcionar, recebendo vários menores abandonados vindos do Rio de Janeiro.

Uma outra tentativa, agora de criar uma escola agrícola propriamente dita, é feita em setembro de 1895, no governo de Hercílio Luz. A Assembléia Legislativa aprovou a Lei 166, que criava a Estação Agronômica e de Veterinária, porém não definindo imediatamente o local de sua instalação.¹⁸⁶ Menos de um mês após sua publicação, o governo resolveu reorganizar o ensino público primário e secundário do Estado, criando um Curso de Agronomia e Veterinária na Escola de Artes e Ofícios.¹⁸⁷ Tal curso teria as seguintes matérias: Matemática Elementar, Topografia, Física, Química e Noções de Ciências Naturais, Mecânica, Agricultura em Geral e

¹⁸³ SANTA CATARINA. *Relatório com que o Exmo Sr. Dr. Theodoro Carlos de Faria Souto abriu a segunda sessão da 24ª legislatura da Assembléia provincial de Santa Catarina em 25 de março de 1883.* Coleção de Leis da Província de Santa Catarina. 1883.

¹⁸⁴ Op. cit.

¹⁸⁵ CABRAL. Oswaldo Rodrigues. *História de Santa Catarina.* Florianópolis: Imprensa da Universidade Federal de Santa Catarina, 1968. p 276.

¹⁸⁶ SANTA CATARINA. Lei nº 166 de 28 de setembro de 1895. Cria no ponto mais conveniente do Estado, uma Estação Agronômica e de Veterinária. *Coleções de Leis do Estado de Santa Catarina.* 1895.

¹⁸⁷ SANTA CATARINA. Lei nº 180 de 08 de outubro de 1895. Organiza o ensino Oficial primário e secundário do Estado. *Coleções de Leis do Estado de Santa Catarina.* 1895.

Zootecnia, que englobava criação, higiene e alimentação racional dos animais domésticos. Constavam também do programa preleções, seguidas de estudo prático, versando sobre: prática de drenagem e irrigações, nivelamento, medição de terras, desenho linear, topográfico, de máquinas, sombras e figuras, experiências de física e química, mecânica aplicada à agricultura, máquinas agrícolas, topografia, litografia e encadernação. No parágrafo único do Art. 5º determina a lei que: “O curso teórico de agronomia e de veterinária completar-se-a com um ano de prática na estação agrônômica e de veterinária, que for criada em virtude da lei”.¹⁸⁸

A Escola de Artes e Ofícios estava localizada em Desterro e a lei que criou a Estação não determinava sua localização. Ao que tudo indica era pretensão do governo instalar a Estação também na Capital. Entretanto, acabou sendo construída na Colônia italiana de Rio dos Cedros. Nenhuma outra citação foi encontrada, nos documentos pesquisados, acerca do Curso de Agronomia e de Veterinária da Escola de Artes e Ofícios. Ao que parece, com a criação da Estação em Blumenau, o curso não chegou a funcionar. A Estação Agrônômica e de Veterinária funcionou em Rio dos Cedros até 1904, quando foi transferida para a Capital, onde, após duas mudanças de local, funcionou até 1920.

Com a mudança da Estação para a Capital a idéia de criar uma Escola Agrícola volta à tona. Em 1906, na Mensagem que o Presidente do Congresso Representativo, Coronel Antonio Pereira da Silva e Oliveira, então governador em exercício, apresentou ao Congresso referiu-se à necessidade de melhorar e ampliar os serviços da Estação Agrônômica sugerindo, então, a criação de uma

Escola Agrônômica, em que sejam ministradas as noções de agronomia e o manejo dos instrumentos de mecânica agrícola; em que se faça o estudo das plantas úteis da nossa região e da patologia vegetal, e se ative, diretamente com os agricultores, a divulgação de sementes e plantas vivas. [Diz ainda que] a adaptação não seria dificultosa e nem de muitos dispêndios, atentos o material e trabalhos de instalação, já existentes na mesma Estação.¹⁸⁹

¹⁸⁸ Op. cit.

¹⁸⁹ SANTA CATARINA. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 18 de setembro de 1906 pelo Coronel Antônio Pereira da Silva e Oliveira, Presidente do Congresso

As tentativas de organização do ensino agrícola não pararam por aí. Em agosto de 1907, o Governador Gustavo Richard, referindo-se à importância da agricultura para o desenvolvimento do Estado, salienta que é

imprescindível, implantar entre nossos lavradores o ensino profissional afim de que, abandonando a velha rotina, estudem melhor o terreno e a cultura que lhe é apropriada, dêem o devido apreço ao adubamento das terras e se sirvam dos instrumentos aratórios que, diminuindo as despesas e economizando o trabalho, recompensam o rude labor do agricultor com produtos seletos e mais abundantes, que poderão então competir vantajosamente em preço e qualidade com os similares que recebemos anualmente do estrangeiro na importância de mais de 70.000.000\$000.¹⁹¹

O argumento apresentado nas Mensagens de 1906 e de 1907 configuram a necessidade de modernização da agricultura com a introdução de máquinas agrícolas e pesquisas sobre novas espécies vegetais, visando aumentar a produtividade, permitindo, assim, concorrência mais vantajosa com outros mercados. No entanto, mesmo considerando as necessidades, o governo não consegue criar esta escola e, em 1907, a Estação é transferida, agora do continente para a localidade de Pedra Grande, na Ilha de Santa Catarina. Porém a idéia não é abandonada, pois em agosto de 1908 o governador Gustavo Richard, na sua Mensagem, volta a chamar a atenção do Congresso para a necessidade de se criar uma Escola Prática de Agricultura junto à Estação.¹⁹² Atendendo ao apelo do Governador, o Congresso Representativo aprovou a Lei nº 783, que autorizava o poder executivo a criar e organizar na Capital, junto à Estação Agronômica, uma Escola Prática de Agricultura.¹⁹³

Representativo, no exercício das funções de governador do Estado. Mensagem, Florianópolis, 1907.

¹⁹¹ SANTA CATARINA. Mensagem lida pelo Sr. Coronel Gustavo Richard, Governador de Estado na sessão de abertura do Congresso Representativo em 05 de setembro de 1907. Mensagem, Florianópolis, 1908.

¹⁹² SANTA CATARINA. Mensagem lida pelo Sr. Coronel Gustavo Richard, Governador de Estado na 2ª sessão da 7ª legislatura do Congresso Representativo em 02 de agosto de 1908. Mensagem, Florianópolis, 1909.

¹⁹³ SANTA CATARINA. Lei nº 783 de 26 de agosto de 1908. Autoriza o poder executivo a criar uma escola prática de agricultura na Capital. Coleções de Leis do Estado de Santa Catarina. 1909.

Manifestada várias vezes, a intenção de criar uma Escola Agrícola não se concretizou. Mesmo tendo a aprovação do Congresso Representativo, as instalações e pessoal técnico da Estação Agronômica à sua disposição, a Escola não foi criada ou, pelo menos, nenhum documento que evidenciasse sua criação foi encontrado. Outro fato importante é que, neste período, a Estação já estava em declínio o que, em certa medida, pode ter dificultado a implantação da escola.

Em 1910 foi aprovada lei que autorizava o poder executivo a “organizar o ensino agrícola”.¹⁹³ Entretanto, nenhuma iniciativa imediata foi registrada nos documentos pesquisados que pudessem indicar uma movimentação do governo no sentido de organizar o ensino agrícola em Santa Catarina. Porém, a insistência com que o tema é realçado nos discursos oficiais, inclusive com a aprovação da lei, permite afirmar a existência de uma demanda para esta modalidade de ensino. O fato do governo aprovar uma lei organizando o ensino agrícola demonstra, também, a necessidade existente e, pelo menos, evidencia a intenção de se organizar esta modalidade de ensino.

Não só fatores internos mas outros, em nível nacional, talvez tenham criado dificuldades para o Estado implementar o ensino agrícola naquele momento. Cinco dias após a aprovação da lei estadual, o Governo Federal expede o Decreto nº 8319, de 20 de outubro de 1910, organizando o ensino agrícola em seus diferentes graus e modalidades. Segundo DE ROSA, o Decreto apresentava um regulamento de conteúdo bastante amplo que abrangia 11 divisões de ensino. Supunha, ainda, vários serviços e instalações complementares, tais como estações experimentais, campos de experiências e demonstrações, fazendas experimentais, estação de ensaios de máquinas agrícolas, postos zootécnicos e postos meteorológicos¹⁹⁴. Após a publicação do Decreto Federal, nova iniciativa surge em Santa Catarina, em 1914, com a criação do Aprendizado Agrícola de Tubarão. Este Aprendizado foi fundado pelo Governo Federal, com apoio do Estado. Em 1913, o governador esteve na Capital Federal onde se encontrou com o Ministro da Agricultura para discutir os

¹⁹³ SANTA CATARINA. Lei nº Lei n 852, de 15 de outubro de 1910. Autoriza o poder executivo a organizar o ensino agrícola. FC: CEE; Coletânea Elpidio Barbosa (Livro II). pg. 160.

¹⁹⁴ DE ROSA, Maria da Glória. *História do ensino agrícola no Brasil República*. Marília, 1980. p. 70.

problemas da agricultura e da colonização no Estado e talvez, nesta oportunidade, tenha reivindicado a criação do Aprendizado.¹⁹⁵

O Estado adquiriu 20 hectares de terras e doou-os ao Governo Federal que deveria construir as instalações necessárias para a escola, além dos campos de demonstração e experiências¹⁹⁶.

O Aprendizado chegou a funcionar, porém, em 1915 o governador anunciava que, devido aos cortes sofridos no orçamento federal, e mesmo considerando as verbas já empregadas, tanto pelo Estado como pela União, a escola tinha sido fechada¹⁹⁷.

Assim, verifica-se que o ensino agrícola em Santa Catarina seguiu, nos primeiros anos do século XX, a tendência que vinha se desenvolvendo em nível nacional, ou seja, aparece, nos primeiros anos, freqüentemente vinculado à iniciativas relacionadas a órfãos e menores abandonados, seguindo a orientação de que esta modalidade de ensino, bem como qualquer atividade profissional braçal, estava voltada às classes subalternas. Na segunda década surgem iniciativas estaduais no sentido de organizar o ensino agrícola, entretanto, não lograram êxito, permanecendo algumas na intenção da lei.

A única iniciativa concretizada - o Aprendizado de Tubarão - contou com o apoio formal do governo federal mas, mesmo assim, não durou muito tempo. Nos documentos consultados não se encontra detalhes, além do corte de verbas do Governo Federal, a respeito do fechamento desta instituição. Neste período a maior parte dos documentos oficiais coligidos tratava quase que exclusivamente do acordo de limites com o Paraná, fruto da Guerra do Contestado. Em trabalhos que citam a existência desta escola, não se encontra maiores detalhes.

¹⁹⁵ SANTA CATARINA. Mensagem apresentada ao congresso Representativo do Estado de Santa Catarina em 24 de julho de 1913 pelo Governador Vidal José de Oliveira Ramos. Mensagem, Florianópolis, 1913.

¹⁹⁶ SANTA CATARINA. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Cel. Vidal José de Oliveira Ramos, Governador do estado pelo Secretário Geral Gustavo Lebon Regis em maio de 1914. Secretaria Geral dos Negócios do Estado de Santa Catarina. 1914.

¹⁹⁷ SANTA CATARINA. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado pelo Major João Guimarães Pinho Presidente do mesmo congresso, no exercício do cargo de governador em 29 de julho de 1915. Mensagem, Florianópolis, 1915.

4.3 A concretização do ensino agrícola

4.3.1 - A organização em nível federal

As iniciativas existentes em Santa Catarina, nas primeiras décadas desse século, não propiciaram a continuidade do ensino agrícola. Observa-se, nos documentos pesquisados, um imenso hiato quanto a essa questão. Entretanto, nacionalmente, esta modalidade vinha evoluindo e se estruturando de maneira mais organizada. No Estado, novas iniciativas surgem na década de 40, tendo em vista a demanda local existente, bem como os avanços atingidos em nível nacional.

Segundo FRANCO, com a decadência da economia cafeeira fluminense e vale-paraibana, baseada em relações de produção escravistas, e a expansão da atividade cafeeira em São Paulo, onde os fazendeiros incorporavam as novas tecnologias disponíveis e se identificavam com uma gama de idéias mais urbanas do que rurais, “fez-se necessário não apenas uma adaptação mais próxima daquilo que chamaríamos de relações de produção capitalista em substituição às relações patriarcais e escravistas, como também seria importante a utilização de técnicas mais sofisticadas de plantio e beneficiamento do produto”.

Diante desta realidade, segundo a autora, no fim do período imperial e na primeira fase da República “surgiram iniciativas mais concretas, voltadas para a formação de profissionais para a agricultura, intensificaram-se também a oferta de serviços técnicos oficiais, o início de pesquisas e experimentação agrícola e a criação de diversas escolas estaduais e de iniciativa privada”.

FRANCO ressalta igualmente que a crença na importância da tecnologia, como condicionante do aumento da produtividade, da redução de gastos com mão-de-obra, e a conseqüente geração de lucros e divisas, foi responsável pela efetivação de alguns acordos internacionais, através dos quais técnicos (principalmente

alemães e norte-americanos) foram trazidos para o Brasil para prestar consultorias voltadas à modernização do setor agrícola. Ao mesmo tempo em que se empreendiam esforços para modernizar a agricultura, foram sendo criados instrumentos estatais com poder de controlar e propiciar a formação de profissionais capacitados a enfrentar os problemas que se instalavam na agricultura brasileira.¹⁹⁸

Um destes instrumentos foi o Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, criado em 1906, no Governo Afonso Pena e instalado em 1909, no governo de Nilo Peçanha¹⁹⁹. O Art. 2º da Lei que criou o Ministério tratava dos aspectos que incidiam sobre a agricultura. Os dois primeiros artigos tratavam, respectivamente, dos assuntos relacionados à Indústria e ao Comércio.

Dentre os itens que versavam sobre as responsabilidades do Ministério, relativos à agricultura, destacavam-se:

- ensino agrícola, estações agronômicas, mecânica agrícola, campos experimentais e institutos de biologia agrícola;

- indústria animal, escolas veterinárias, postos zootécnicos, proteção contra as epizootias, importação e seleção de raças aperfeiçoadas e mais adequadas ao país, estudos de pastos, agrostologia ou classificação de análises gramíneas;

- jardins botânicos, hortos, museus, laboratórios, aquisição e distribuição de plantas e sementes;

- legislação rural e agrícola, estudos científicos com o intuito de promover o progresso da agricultura e da indústria animal, congressos, conferências, sociedades de agricultura, sindicatos, cooperativas, bancos, caixas de crédito agrícola e companhias para exploração agrícola no país e

- informações, propaganda, publicidade e divulgação de tudo quanto interessar à agricultura, indústria e comércio no interior e no exterior.

Desta forma, as atividades de ensino, de pesquisa e de extensão agrícolas, ou qualquer forma de divulgação e propaganda, relativas à agricultura, ficaram vinculadas a esse Ministério, cabendo então a ele a responsabilidade de organizá-las.

¹⁹⁸FRANCO, Maria Laura P. Barbosa. Introduzindo a problemática do ensino técnico agrícola e um pouco de sua história. In: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, 1987, p. 49

¹⁹⁹ Nilo Peçanha era vice-presidente e assumiu o governo em função da morte de Afonso Pena em 1910.

Pelo exposto percebe-se que o governo montou uma estratégia de concentrar naquele Ministério todas as atividades relacionadas à agricultura, inclusive o ensino. A vinculação do ensino agrícola ao Ministério da Agricultura foi fator determinante no seu desenvolvimento, pois criou a possibilidade de se produzirem normas específicas, independentes das outras modalidades de ensino existentes, culminando num ensino quase que exclusivamente voltado ao treinamento de pessoal para trabalhar no campo. O lema “aprender a fazer fazendo”, presente até hoje em várias escolas agrícolas, denota um tipo de ensino de caráter prático, no sentido de que os alunos aprendem realizando algumas tarefas determinadas pela escola.

Com a criação do Ministério, o governo emitiu, em 1910, o Decreto n.º 8319 que organizou o ensino agrícola em seus diferentes graus e modalidades, abrangendo, segundo DE ROSA, 11 divisões de ensino:

a) ensino superior: destinado a formar engenheiros agrônomos e médicos veterinários;

b) ensino agrícola médio ou teórico-prático: voltado à educação profissional aplicada à agricultura, zootecnia, veterinária e indústrias rurais, visava formar um corpo de agricultores versados em todos os ramos da profissão;

c) ensino prático de agricultura: atendia alunos que, após o curso primário, estivessem interessados em adotar a profissão agrícola. Os concluintes recebiam um diploma de regentes agrícolas;

d) aprendizados agrícolas: destinado a filhos de pequenos agricultores e trabalhadores rurais, visava formar indivíduos aptos aos serviços nas propriedades e os concluintes recebiam um certificado de capacidade em trabalhos práticos de agricultura;

e) ensino primário agrícola: estaria integrado aos programas das escolas práticas de agricultura, nos aprendizados agrícolas ou quaisquer estabelecimentos de ensino agrônomico. Não constituía um curso propriamente dito;

f) escolas especiais de agricultura: organizadas de forma similar às escolas práticas, porém, aprofundando-se mais nos programas, que poderiam referir-se à fruticultura, horticultura, culturas forrageiras, entre outras;

g) escolas domésticas de agricultura: destinadas às filhas dos trabalhadores

agrícolas. Sua organização deveria participar dos dispositivos concernentes às escolas práticas;

h) cursos ambulantes de agricultura: voltados à instrução profissional daqueles agricultores que, por quaisquer circunstâncias, não puderam freqüentar os cursos regulares do ensino agrícola;

i) cursos anexos: cursos de história natural realizados no Museu Nacional e outros que, em circunstâncias semelhantes, viessem a ser estabelecidos, seriam considerados anexos ao ensino agrícola superior;

j) consultas agrícolas: dirigidas aos institutos de ensino agrônômico e aos estabelecimentos a cargo do Ministério da Agricultura, deveriam ser atendidas no sentido de fomentar o desenvolvimento do cultivo da terra e

k) conferências agrícolas: estariam a cargo dos inspetores agrícolas e seus ajudantes, podendo ainda ser feitas por elementos dos cursos ambulantes.

Desta forma o governo determinava como deveria se organizar o ensino agrícola no País, em todos os níveis e nas suas várias modalidades, e outras atividades que visassem contribuir para a divulgação de novas técnicas e para o desenvolvimento da agricultura. O ensino superior seria ministrado na Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, fundada no Distrito Federal, com o Curso de Agronomia tendo duração total de quatro anos e o de Veterinária com duração total de cinco anos. O ensino agrícola médio ou teórico prático seria ministrado em instituições fundadas pelo Governo Federal, de caráter regional. O curso regular teria duração de três anos, podendo ser criados outros cursos destinados aos agricultores interessados em um ou mais setores de sua especialidade. A essas escolas médias poderiam ser anexados, além da fazenda experimental, posto zootécnico, estação agrônômica ou, ainda, aprendizados agrícolas. O diretor deveria ser um engenheiro agrônomo e seus professores selecionados por concurso. Para a matrícula seria exigida idade mínima de 17 e máxima de 21 anos e o regime seria o de internato. O ensino prático de agricultura seria essencialmente prático, como sua denominação indica, consistindo a parte teórica em noções sumárias que pudessem orientar o alunado na aprendizagem de suas aplicações à agricultura e indústrias rurais. Os candidatos à matrícula deveriam

ter entre 14 e 18 anos de idade e o regime seria de internato e externato. Os professores seriam contratados por concurso. Os aprendizados agrícolas ministrariam ensino exclusivamente prático. O curso teria duração de dois anos e paralelamente poderiam ser organizados cursos sumariados para adultos, inclusive para alunas desde que desejassem ser instruídas em pequenas indústrias agrícolas. O regime seria de internato e externato e a direção poderia ser exercida por engenheiro agrônomo, agrônomo, regente agrícola ou pessoa de notória competência em agricultura.²⁰⁰

Dentre estas várias modalidades de ensino, as Escolas Médias de Agricultura e os Aprendizados Agrícolas foram bastante difundidos na década de 1910, inclusive o de Tubarão, em Santa Catarina. Além deste, mais sete estabelecimentos foram criados: na Bahia, no Rio Grande do Sul, em Minas Gerais, em Alagoas, no Pará, no Maranhão e em São Paulo.

A organização dada ao ensino agrícola no país, pelo Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, expressa a intenção do governo de envolver, em seu projeto, o maior número possível de pessoas. Desde aqueles destinados aos cursos superiores, que coordenariam a implantação da política estatal, até agricultores analfabetos, com os cursos ambulantes. Neste entremeio estavam os cursos destinados aos mais jovens que poderiam freqüentar principalmente dois tipos de curso. Os que já haviam realizado os estudos primários poderiam freqüentar o ensino médio ou teórico prático, para alunos com idade entre 17 e 21 anos. Os com idade inferior, entre 14 e 18 anos, que também já tivessem cursado o ensino primário, poderiam freqüentar escolas que ministravam o ensino prático de agricultura e, para os mais jovens, ofereciasse os aprendizados agrícolas onde teriam, além da parte técnica, o ensino primário. Além destes os alunos poderiam dispor também de escolas especiais que ofereciam um certo tipo de especialização em um dos ramos da agricultura e, finalmente, às filhas dos agricultores eram oferecidas as escolas domésticas. Os cursos ambulantes, as consultas e as conferências complementavam a estratégia montada pelo governo

²⁰⁰ DE ROSA, Maria da Glória. *História do ensino agrícola no Brasil República*. Marília, 1980. p. 70-73.

objetivando melhorar a qualidade da mão-de-obra, necessária à implementação de seu projeto modernizante.

O caráter acentuadamente prática dado as escolas e cursos criados e sua vinculação àquele Ministério, expressam a intenção do Governo de , através da escola, modificar os hábitos rurais, não tendo, no entanto, uma preocupação educativa mais abrangente.

4.3.2. O ensino agrícola em Santa Catarina

A partir da década de 30, com o advento do Estado Novo, segundo ALENCAR “começaram a surgir mecanismos controladores para garantir a intervenção de um Estado forte e autoritário em todos os setores da sociedade. As oligarquias, inclusive representantes de burguesias agroexportadoras, beneficiaram-se com o novo regime pela intervenção reguladora do governo, protegendo a economia através da criação de novos organismos centralizadores do crédito agrícola, pela manutenção da estrutura agrária (dominada por grandes propriedades), pela exploração das condições de trabalho no campo e pela contenção das forças populares”.

No período do Estado Novo um dos caminhos apontados pela elite para a solução do êxodo rural estava em fixar o homem na terra dotando-o de condições para que pudesse explorá-la. Tais condições seriam favorecidas pela educação. Educar e povoar era, na perspectiva de Getúlio VARGAS, “a síntese em que se contém o segredo de nossa prosperidade”. A educação, no seu aspecto amplo, era entendida como “física e moral, eugênica e cívica, industrial e agrícola, tendo por base a instrução primária de letras e a técnica e profissional”. Para VARGAS, “a instrução que precisamos desenvolver, até os limites extremos das nossas possibilidades, é a profissional e técnica. Sem ela, sobretudo na época caracterizada

pelo emprego da máquina, é impossível trabalho organizado”. O caráter prático e educativo, segundo o ditador, “dotaria cada cidadão de um ofício que o habilitasse a ganhar, com independência, a vida ou transformando-o em um produtor inteligente de riqueza, com hábitos de higiene e de trabalho, consciente de seu valor moral”.²⁰¹

O incentivo ao ensino profissional, na lógica do Estado Novo, visava, antes de mais nada, conformar o trabalhador rural, com hábitos de higiene e moral que assegurassem a manutenção do homem no campo, objetivando o aumento da produção e a manutenção do Estado ditatorial. Neste processo surgem tanto instituições públicas, com a função de determinar as diretrizes e controlar as atividades do Estado, como grupos de educadores que defendem idéias a respeito do ensino rural como modo de fixar o homem no campo através da agricultura.

Um exemplo eram os Clubes Agrícolas fundados junto às escolas rurais, em Santa Catarina, patrocinados pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. Inspirados nas idéias de educadores conhecidos como “ruralistas”, que tinham Sud Mennucci como “líder incontestado deste grupo”,²⁰² recebiam apoio do Ministério da Agricultura que lhes fornecia mudas de árvores frutíferas e ornamentais. Os ruralistas defendiam a idéia de uma escola diferenciada na zona rural que pudesse promover a fixação do homem no campo. Segundo DUARTE,

a solução proposta pelos educadores ruralistas era implantar no meio rural uma escola primária de cunho profissionalizante, voltada para o ensino das atividades agrícolas e pecuárias. O professor deveria ir além do discurso livresco sobre as delícias e vantagens da vida no campo, mas deveria ser capaz de preparar os alunos para que, ao final de quatro anos de curso, saíssem da escola com a idoneidade técnica de um verdadeiro capataz, obtendo conhecimentos melhores que os seus antecessores.²⁰³

Em Santa Catarina vários Clubes Agrícolas foram fundados junto às escolas sendo que, em 1937, existiam 124 instituições deste tipo.²⁰⁴

²⁰¹ VARGAS, Getúlio. A instrução profissional e a educação moral, cívica e agrícola. In: **A nova política do Brasil: o ano de 1932 ... A revolução e o Norte - 1933**, vol. II, Livraria José Olimpio Editora. p 109 - 124.

²⁰² DUARTE, Geni Rosa. **Rumo ao campo: a civilização pela escola**. São Paulo, 1910/20/30. São Paulo, 1995. p. 124

²⁰³ Op. cit. 124.

²⁰⁴ SANTA CATARINA. **Relatório apresentado em outubro de 1938 ao Exmo. Sr. Presidente da República, pelo Dr. Nereu Ramos, Interventor Federal no Estado de Santa Catarina**. Imprensa Oficial

Quanto aos organismos públicos que surgiram nesta época, um deles foi a Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário - SEAV. Criada através do Decreto-Lei nº 2.832, de 04.11.1940, estava subordinada diretamente ao Ministério da Agricultura. A este órgão, segundo CALAZANS “competia orientar e fiscalizar o ensino agrícola em seus diferentes graus; fiscalizar o exercício das profissões de agronomia e veterinária; ministrar o ensino médio elementar de agricultura, promover a educação direta das populações rurais; e realizar estudos e pesquisas educacionais aplicados à agricultura”.²⁰⁵

Com esta nova estrutura organizativa em nível nacional, o ensino agrícola, nos Estados, passa a se desenvolver segundo sua orientação e fiscalização. No caso de Santa Catarina, a criação das primeiras escolas agrícolas foi uma iniciativa do governo estadual. Manifestações a esse respeito são encontradas nos discursos oficiais, como o do Interventor Federal Nereu Ramos solicitando à Assembléia Legislativa condições para que o governo pudesse organizar o ensino profissional, “especialmente o agrícola”.²⁰⁶ Assim, em 1940, o governo estadual criou duas escolas agrícolas uma em Canoinhas, no planalto norte e outra em Lages, no planalto sul. A criação destas escolas em Santa Catarina acontece num momento em que já havia, em nível nacional, uma certa organização desta modalidade de ensino. Entretanto, representa, no Estado, o resultado de um acúmulo de iniciativas, com início aqui localizado em 1835, com a criação da aula de Agricultura Prática do Ateneu Provincial e, posteriormente, com a inclusão da disciplina de Agricultura no currículo das escolas rurais. Tal movimento surgiu da necessidade de modernizar a agricultura, modernização compreendida como a introdução de conhecimentos técnicos e científicos visando o aumento quantitativo e qualitativo da produção agrícola, tendo em vista o aumento dos lucros por parte de quem controlava esta atividade, bem como o aumento da própria arrecadação de impostos. Em outras palavras, as classes dominantes procuraram imprimir ao campo a lógica urbana de

do Estado, Florianópolis, 1939.

²⁰⁵ CALAZANS, apud FRANCO, Maria Laura P. Barbosa. Introduzindo a problemática do ensino técnico agrícola e um pouco de sua história. In: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, 1987, p. 50

²⁰⁶ SANTA CATARINA. *Mensagem apresentada á Assembléia Legislativa de Santa Catarina, em 16 de julho de 1936, pelo Governador Nereu de Oliveira Ramos*. Mensagem, Florianópolis, 1937.

desenvolvimento, procurando assim alcançar seus objetivos.

Várias foram as maneiras pelas quais este processo de modernização da agricultura se deu no Estado. Uma delas foi a criação de instituições de pesquisa e extensão que, em contato direto com os produtores, procuravam repassar novas técnicas, além de serem responsáveis pela introdução de novas culturas que tinham bom desempenho em outros Estados e com mercado mais promissor, bem como a introdução de raças mais produtivas, dependendo do tipo de instituição. Outra via era a escolar. Algumas tentativas foram feitas, como as citadas anteriormente, porém, tiveram efeito limitado pelas próprias características que apresentavam, não sendo possível, à época, que se desenvolvesse o ensino agrícola propriamente dito.

Era preciso, portanto, para atender às exigências do mercado, formar uma gama de trabalhadores rurais capazes de executar, dentro das técnicas mais modernas, os tratos exigidos pela agricultura. Tal perfil não seria alcançado com apenas uma aula de agricultura nas escolas regulares; era necessária uma estrutura destinada a atender uma clientela que já trabalhava na área agrícola, porém aquém das necessidades do momento, evidentemente sob a ótica dos interesses hegemônicos. Havia demandas pelo treinamento dos trabalhadores no âmbito das novas tecnologias, assim como de formação de uma mentalidade afeita a esses valores.

4.3.3. As Escolas Práticas de Agricultura de Lages e de Canoinhas

Em 1940 o governo do Estado de Santa Catarina, através do Decreto-Lei nº 458 de 24 de junho e do Decreto-Lei nº 487 de 21 de outubro, cria as escolas de Lages e Canoinhas, respectivamente

A Escola de Lages, denominada Escola Elementar Agrícola Caetano Costa, foi instalada junto ao Campo Experimental de Lages e estava sob a direção do Agrônomo Clóvis da Costa Ribeiro. Em 1942 destinava-se à preparação de trabalhadores, Mestres Agrícolas, Capatazes e Administradores Agrícolas. Em dezembro deste mesmo ano passou a denominar-se Escola Prática de Agricultura Caetano Costa, ministrando o curso de Práticos Rurais. A Escola de Canoinhas, destinada à formação de Práticos Rurais, foi construída junto ao Instituto Agrônomico no Distrito de Marcílio Dias. Criado pelo governo em 1939, o Instituto começou a funcionar em 1941, denominando-se, mais tarde, Escola Prática de Agricultura e Campo Experimental de Semente de Trigo, tendo como Diretor o Agrônomo Lauro Fortes Bustamante. Anexo funcionava um Posto de Monta.

Ambas estavam vinculadas à Secretaria Estadual de Viação, Obras Públicas e Agricultura. A fundação dessas escolas junto às instituições de pesquisa e extensão, bem como sua vinculação com a Secretaria de Viação Obras Públicas e Agricultura, evidenciam a intenção de manter o ensino agrícola separado da rede de ensino propedêutico. Mesmo considerando-se a possibilidade de que a união dessas instituições deveu-se à necessidade das escolas possuírem um campo experimental, o que já estaria disponível naquelas instituições e permitiria uma certa economia, não se pode afastar a hipótese de que houvesse intenção, por parte das elites dirigentes, de destinar aos agricultores uma formação estritamente profissional.

Em parte isso se evidencia no Regulamento das Escolas Práticas de Agricultura de Santa Catarina, publicado em 1942, pelo Interventor Federal Nereu Ramos, através do Decreto nº 170, de dez de dezembro de mil novecentos e quarenta e dois. Este regulamento determinava as diretrizes básicas para o

funcionamento das Escolas Práticas. Previa, entre outras medidas, que seriam responsáveis pelo “ensino profissional da agricultura, pecuária e indústrias anexas, em grau elementar, destinadas à formação de práticos rurais, e serão organizadas e dirigidas no sentido de uma orientação essencialmente prática e utilitária”.

A definição dos objetivos segue a orientação do Decreto nº 8319, de 1910. Reflete, também, um dos aspectos aqui já levantados, ou seja, as escolas práticas deveriam se preocupar, essencialmente, com a formação de mão-de-obra.

4.3.3.1 O funcionamento das Escolas Práticas de Agricultura

Segundo o Regulamento, o corpo docente das Escolas Práticas de Agricultura seria composto por um Diretor-Professor, indicado pelo chefe do Poder Executivo, que deveria ser um agrônomo funcionário de carreira do quadro único de servidores do Estado. Seriam providas de tantos professores quanto fossem necessários, sendo seus salários fixados anualmente pelo chefe do Poder Executivo, mediante proposta da Secretaria de Viação, Obras Públicas e Agricultura. Previa também o Regulamento que os funcionários lotados nos Campos Agrícolas poderiam ser designados para atuarem como professores, desde que esta função fosse exercida dentro do horário normal de expediente. As verbas para manutenção seriam originadas do orçamento estadual, das anuidades dos alunos contribuintes e das próprias rendas geradas pela escola.²⁰⁷

Ao criar as escolas práticas não houve uma preocupação imediata do governo em estabelecer toda a estrutura necessária para seu funcionamento, bem como o quadro completo de funcionários. O Decreto-Lei 712 de primeiro de dezembro de mil novecentos e quarenta e dois, criava apenas o cargo de Diretor,

²⁰⁷ SANTA CATARINA. Decreto nº 170 de 10 de dezembro de 1942. Expede regulamento para as Escolas Práticas de Agricultura. Imprensa Oficial do Estado, Florianópolis, 1943. Florianópolis, 1943.

com uma gratificação anual de Cr\$ 4.800,00.²⁰⁸ Anexas às instituições de pesquisa, foram obrigadas a utilizar sua estrutura e o corpo docente era composto basicamente de engenheiros agrônomos e veterinários que nelas trabalhavam. Ao seu Diretor cabia, também, a direção da instituição anexa. Este fato dificultava bastante o funcionamento da escola haja vista o acúmulo de atividades para pessoal bastante reduzido. Suas atividades eram limitadas, ainda, pelo fato de que necessitavam de uma área específica para suas atividades práticas, o que não era suprido pelos Campos Experimentais, já formados e com objetivos próprios, muitas vezes restringindo as atividades práticas da escola àquelas por eles desenvolvidas.

Sob o ponto de vista administrativo, além do Diretor a escola contaria com uma Congregação, por ele presidida e composta por todos os professores. A esta Congregação, que deveria se reunir uma vez por ano, cabia organizar o programa das disciplinas a partir de um esboço apresentado pelo professor, organizar o Curso Regular Anexo, destinado aos agricultores da região, bem como aplicar pena de suspensão a alunos.

O curso, com duração de três anos, seria dividido em duas áreas: uma de ensino propedêutico, seguindo os moldes adotados pelo Departamento de Educação do Estado, e outra de ensino técnico-profissional. O ensino seria gratuito, podendo, entretanto, ser admitidos alunos internos contribuintes, desde que seu número não excedesse a 10. As vagas seriam destinadas preferencialmente a filhos de pequenos agricultores, de criadores ou de operários rurais, que deveriam comprovar tal situação através de atestado emitido pelo Prefeito do Município onde residiam. Em casos especiais, a juízo do governo do Estado, poderiam ser admitidos como alunos internos menores abandonados e órfãos. Para se candidatar a uma vaga eram exigidos a certidão de nascimento ou documento equivalente; atestado de saúde emitido pelo Departamento de Saúde Pública e atestado de conduta emitido por autoridade competente. Os candidatos deveriam ter, na ocasião da matrícula, no mínimo 14 anos e no máximo 18 anos de idade. Cada candidato seria submetido a exame oral, para verificação do “pendor vocacional”, pelo Diretor da Escola, a quem caberia aceitar ou não a matrícula. Em ocasiões em que o número de candidatos

²⁰⁸ SANTA CATARINA. Decreto nº 712 de 01 de dezembro de 1942. Dispõe sobre as escolas práticas de agricultura. Legislação de 1942. Imprensa Oficial do Estado, Florianópolis, 1943.

excedesse ao número de vagas existentes deveria ser realizado um concurso para seleção.²⁰⁹

O regime de funcionamento seria o de internato, com no máximo 40 alunos em cada ano do curso. Se as condições do estabelecimento permitissem, poderiam ser admitidos alunos semi-internos, desde que não excedessem a 30.²¹⁰ Para evitar problemas no internato durante os finais de semana e feriados o diretor organizava uma escala de plantão, cumprida por um professor ou servidor.

4.3.3.2. O currículo escolar

O Regulamento definia o conjunto de disciplinas componentes do currículo: com caráter técnico-profissional, Agricultura e Máquinas Agrárias, Zootecnia e Veterinária, Fruticultura e Olericultura, Silvicultura, Avicultura e Sericicultura e Apicultura. Além dessas, o regulamento determinava que as escolas deveriam adaptar-se às necessidades e possibilidades agrárias locais. Já as disciplinas consideradas propedêuticas, constituíam-se de: Português, Aritmética, Geografia e Corografia do Brasil, História do Brasil, Ciências Físicas e Naturais, Mecânica Agrícola e Desenho, Higiene e Profilaxia Rurais, Contabilidade Agrícola e Cooperativismo, Educação Moral e Cívica e Educação Física.

Chama a atenção nesse rol de disciplinas propedêuticas, as várias relacionadas diretamente à profissionalização, indicando que, mesmo nesta área, o caráter era predominantemente técnico. Sobrava pouco espaço para uma formação mais geral, que pudesse oferecer à juventude do campo algumas condições para ultrapassar uma qualificação estritamente técnica. Além dessas disciplinas,

²⁰⁹ SANTA CATARINA. Decreto nº 170 de 10 de dezembro de 1942. Expede regulamento para as Escolas Práticas de Agricultura. Imprensa Oficial do Estado, Florianópolis, 1943. Florianópolis, 1943.

²¹⁰ Op. cit.

obrigatórias, o Regulamento recomendava que as escolas procurassem adaptar-se, no que concernia às disciplinas técnicas, às necessidades e possibilidades agrárias locais, especializando-se nos ramos de trabalho rural que mais interessasse à região.

Desde sua fundação, as escolas enfrentavam sérios problemas com a falta de professores, obrigando os agrônomos a ministrarem também as disciplinas da área propedêutica, o que gerava um enfoque mais técnico nessas disciplinas. No relatório enviado ao Secretário de Viação Obras Públicas e Agricultura, em 1946, pelo Diretor da escola de Canoinhas, consta que as 27 disciplinas do curso eram ministradas por três professores engenheiros agrônomos. Um mesmo professor, o engenheiro agrônomo Jonas Bayer de Amaral, por exemplo, ministrava as disciplinas de Horticultura, Fruticultura e Silvicultura, Cooperativismo e Contabilidade, Geografia e História do Brasil, Mecânica e Higiene. Na escola de Lages a situação não era diferente. No relatório de 1947, afirma o diretor:

com quatro anos de funcionamento ainda não houve um ano que esta escola atravessasse com o corpo docente completo ou inalterado. O nosso corpo docente não é estável, e isso só pode prejudicar a eficiência do ensino. A capacidade e dedicação de diversos professores que por aqui tem passado é digna de consideração, mas a instabilidade dos mesmos prejudica o desenvolvimento do curso²¹².

Os professores também trabalhavam nos campos e postos anexos o que dificultava ainda mais o desempenho de suas atividades de ensino.

Acentuando o caráter técnico da preparação proposta, o Regulamento reza a complementação das aulas relacionadas ao ensino profissionalizante, por meio de trabalhos práticos, obrigatórios, chamados para cumprir a função de facilitadores da aprendizagem. Previa também que as escolas mantivessem um curso regular de pequena duração com o objetivo de atender aos agricultores da região. Tal curso não teria como finalidade a expedição de título ou especialização profissional; visava apenas orientar os agricultores e criadores “no sentido da agricultura e pecuária

²¹² SANTA CATARINA. SECRETARIA DA VIAÇÃO OBRAS PÚBLICAS E AGRICULTURA. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Secretário da Viação Obras Públicas e Agricultura de Santa Catarina, pelo diretor da Escola Prática de Agricultura Caetano Costa de Lages sobre as atividades desenvolvidas na escola no ano de 1947. 1948.

racionais”.²¹² O programa de tal curso seria elaborado pela Congregação escolar.

O ano letivo teria início em 20 de fevereiro e terminaria em 10 de dezembro, quando iniciaria o período de férias. Entre 15 e 20 de fevereiro e 5 e 10 de dezembro seriam realizados os exames de primeira e segunda chamada, respectivamente. Os exames de seleção deveriam ser realizados entre 15 e 20 de fevereiro. Estas datas estavam passíveis de alteração pelo Diretor da escola.

A frequência às aulas seria obrigatória, baseada no argumento de que sendo o ensino gratuito, os alunos deveriam apresentar o máximo de frequência. Só seriam admitidos aos exames aqueles que tivessem 80% de assiduidade.

O aproveitamento escolar seria aferido por meio de exames parciais escritos e de exames finais compostos por uma prova escrita e outra oral. A graduação das notas seria de zero a 100, sendo que os alunos com nota inferior a 50 seriam reprovados naquela disciplina. Seria submetido a exame final escrito e oral aquele aluno que obtivesse, nos exames parciais, média inferior a 70. Aqueles com média superior fariam apenas exame final oral. Os alunos que em dois exames parciais sucessivos, em duas ou mais disciplinas, obtivessem nota inferior a 25 seriam excluídos.

4.3.3.3 Alguns problemas enfrentados

Além dos problemas apontados acima, os relatórios enviados pelos diretores das escolas ao Secretário de Viação Obras Públicas e Agricultura, ressaltavam algumas questões que acredito serem importantes.

Como já assinalado, havia uma demanda e uma necessidade pelo ensino agrícola, porém isso não foi suficiente para livrar as escolas agrícolas da

²¹² SANTA CATARINA. Decreto nº 712 de 01 de dezembro de 1942. Dispõe sobre as escolas práticas de agricultura. Legislação de 1942. Imprensa Oficial do Estado, Florianópolis, 1943. Art. 8.

marginalidade com que eram vistas pelas autoridades. A falta de verbas para sua manutenção e para a finalização das obras de instalação provocavam sérios problemas quanto ao seu funcionamento. No relatório de 1948 afirmava o Diretor da escola de Lages que

as instalações sanitárias praticamente não existem desde o início da Escola, dada a impropriedade de localização e de construção nunca funcionaram. Pomos com isto em risco não só o desejado estado sanitário e higiênico do estabelecimento como também a saúde dos alunos que em suas necessidades fisiológicas servem-se do primeiro local que se lhes é oportuno²¹³.

Situada em terrenos de péssima qualidade, sem infra-estrutura suficiente para seu funcionamento e sem verbas que pudessem cobrir todas as despesas, a situação da Escola de Lages era extremamente precária. Segundo o Diretor, “nosso prédio não é próprio para tal fim, suas salas são acanhadas e mal iluminadas, suas instalações escolares, móveis e material didático, são deficientes e impróprios”.²¹⁴ Além disso, a localização em terrenos inadequados à agricultura também prejudicava o ensino, causando uma situação de desânimo geral. Para o Diretor, “não vêem eles, os alunos, confirmados na prática os ensinamentos teóricos, e isso os leva geralmente a conclusões que nos desarmam e que lhes embota o estímulo”.

A situação da escola de Canoinhas não era muito diferente. Não tendo problemas em relação às suas terras, as instalações e a falta de pessoal configuravam-se nos principais empecilhos. Em 1948, segundo o Diretor daquela instituição, um único professor ministrou as 21 cadeiras que compunham o currículo. Não haviam instalações recreativas e as instalações sanitárias praticamente não existiam. O tom usado pelo diretor em seu relatório é desesperador: “Até a presente data nada foi feito que melhorasse as instalações sanitárias. Agora estão ‘inservíveis’. Não temos banheiro, lavatórios, nem privadas.

²¹³ SANTA CATARINA. SECRETARIA DA VIAÇÃO OBRAS PÚBLICAS E AGRICULTURA. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Secretário da Viação Obras Públicas e Agricultura de Santa Catarina, pelo diretor da Escola Prática de Agricultura Caetano costa de Lages sobre as atividades desenvolvidas na escola no ano de 1947. 1948.

²¹⁴ Op. cit.

Espero que ainda este ano sejam melhoradas, ou melhor, consertadas”.²¹⁵ Nas duas escolas não haviam instalações recreativas suficientes. Na de Canoinhas, em 1946, havia apenas “um potreiro que serve de campo de futebol. Possuímos um rádio de bateria que é pouco usado em virtude de nem sempre possuímos baterias com carga. Apenas um galpão é o único local em que os alunos passam as chuvas nas horas de recreio. Fora daí, quando chove, são eles obrigados a permanecerem nas salas de aula”.²¹⁶

Os problemas descritos permitem vislumbrar a precariedade em que se encontravam as duas únicas escolas agrícolas do Estado, indicando que, apesar dos discursos em favor desta modalidade de ensino, o governo não destinava às instituições a atenção necessária para que pudesse se desenvolver plenamente. Além deste fato, a política agrícola do Estado, em relação aos pequenos agricultores, não possibilitava ao graduado pelas escolas práticas o exercício de sua profissão. Após a conclusão do curso e com o contato com o meio urbano, a maioria dos graduados não voltava às suas terras para desempenhar a função de agricultor. A situação econômica dos alunos e o pouco incentivo dado pelo governo aos pequenos produtores eram os principais problemas levantados à época que desviavam os concluintes das atividades rurais. A descrição feita pelo Diretor da escola de Canoinhas, em 1946, é emblemática desta situação:

Seria um estímulo para os alunos a criação de cargos públicos com a denominação que lhes cabe por diploma. Não quero transformar isto aqui em escola de formação de funcionários, mas sendo a agricultura a profissão mais difícil de se começar, por ser necessário o emprego de certo capital, não haverá portanto estímulo para estes estabelecimentos por alunos desprotegidos de fortuna e os que por ela são beneficiados dificilmente abraçam esta profissão e, quando isso fazem, ficam nos grandes centros, sem aproveitar o que aprenderam. Dificilmente um abastado dedica-se à agricultura, principalmente nesta zona, onde o

²¹⁵ SANTA CATARINA. SECRETARIA DA VIAÇÃO OBRAS PÚBLICAS E AGRICULTURA. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Secretário da Viação Obras Públicas e Agricultura de Santa Catarina, pelo diretor da Escola Prática de Agricultura Caetano Costa de Lages das atividades desenvolvidas na escola no ano de 1947.* 1948.

²¹⁶ SANTA CATARINA. SECRETARIA DA VIAÇÃO OBRAS PÚBLICAS E AGRICULTURA. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Secretário da Viação Obras Públicas e Agricultura “Vidal Ramos”, referente ao ano de 1946 das atividades desenvolvidas na escola.* 1947.

grande proprietário trata exclusivamente da erva-mate por lhe dar poucos meses de trabalho por ano. O restante e que bem podia empregar boas somas na agricultura, trata apenas da exploração da madeira. Se os poderes públicos não estimularem estes alunos com um emprego, ou com a doação de um terreno com uma casa bem instalada e com maquinário agrícola, sementes e animais, embora que fique o mesmo sujeito ao pagamento a longo prazo, comprometendo-se ainda o governo a comprar seu produto, dar-lhe transporte e assistência sanitária e judiciária, pouco se faz pelas finalidades deste educandário. O estabelecimento de uma Colônia para alunos destas escolas, perto de um grande centro, é um seu complemento urgente e necessário.²¹⁷

Referindo-se a alunos provenientes do Abrigo de Menores da Capital, que concluíram o curso, afirma o diretor que um deles, desempregado, está esperando ser chamado para o Exército. Para o Diretor

fazer um curso de três anos, para depois, ser soldado, é muito triste. Seria melhor que alunos do Abrigo de Menores fossem colocados em uma Escola de Artífices, pois é mais fácil abrir uma porta para remendar sapatos, fazer roupa, cortar cabelo, etc. do que comprar um sítio. Mandar alunos desta procedência para as Escolas de Agricultura, satisfaz a finalidade ou vontade dos dirigentes do Abrigo, mas não resolve a situação de abandono.²¹⁸

Os problemas aqui levantados revelam a precária situação não só do ensino agrícola como da própria atividade agrícola em si, principalmente aquela desenvolvida por pequenos proprietários. Ao criar as escolas práticas o governo satisfaz sua necessidade de promover mecanismos capazes de interferir ou modificar a situação do campo, imprimindo aí sua ideologia. No entanto, de forma contraditória, não supre as escolas dos meios necessários ao seu desenvolvimento. Destinadas a uma parcela já estigmatizada da sociedade - pobres que desempenham atividades braçais -, as escolas práticas permanecem à margem do sistema educacional.

²¹⁷ Op. cit.

²¹⁸ Op. cit.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados coligidos pela pesquisa foi possível tecer algumas considerações acerca do momento que antecedeu a criação das escolas agrícolas existentes atualmente em Santa Catarina. Como consta na introdução desse trabalho, meu objetivo era apreender alguns determinantes que pudessem ter influenciado na efetivação do ensino agrícola como uma modalidade formal, dentro da estrutura educacional.

A análise dos dados sobre a instrução pública no século XIX permite afirmar que, independente do fato de já existirem escolas agrícolas no país, nesta época, em Santa Catarina isso ainda não era uma realidade. Entretanto, tornou-se evidente que existiram iniciativas relacionadas à agricultura e ao ensino, como a aula de Agricultura Prática do Ateneu, em 1875, que se configurou como marco inicial do ensino agrícola no Estado, bem como a cadeira de Ciências Naturais representativa de uma mudança no ensino visando a incorporação a ele de valores científicos. Tais tentativas atendiam, em certa medida, aos anseios de setores das classes dominantes que, influenciados pelos ideais liberais e pelo avanço da ciência na Europa, procuravam introduzir, no Brasil, esse ideário. Para eles, o desenvolvimento da sociedade deveria basear-se nos métodos científicos e nos processos industriais. Pode-se sugerir, também, que esta nova mentalidade recebeu a influência, em Santa Catarina, de pessoas como Giovanni Rossi, Hermann Blumenau, Fritz Müller, e Hercílio Luz, formados na Europa.

Ainda que não proporcionando o surgimento de escolas agrícolas, estas iniciativas repercutiram na forma como o governo estadual conduzia a questão, inclusive a relativa ao ensino. A reorientação dos currículos das escolas rurais, diferenciando-os das escolas urbanas e a conseqüente introdução da aula de Agricultura, representou a primeira iniciativa no sentido de melhorar a atividade agrícola, visto ser essa a maior fonte de arrecadação de impostos do Estado. Ao

mesmo tempo era um novo passo no sentido de introduzir, no currículo escolar, “elementos práticos”, o manuseio de “objetos concretos” e a “experimentação”, o que denota a incorporação do método científico como parte integrante dos conteúdos previstos para a formação dos novos trabalhadores rurais.

A necessidade de formar mão-de-obra para os vários setores da economia, requeria, para os líderes da época, a escola. A própria formação de professores era alardeada como fundamental para a preparação de trabalhadores mais qualificados. Ao final da década de 1880, a profissionalização no ensino era fato concreto em Santa Catarina. A criação da Escola Normal, em 1880, e do Liceu de Artes e Ofícios, em 1883, reafirmam essa necessidade de mudança no processo educacional. No entanto, mesmo considerando a importância da agricultura na época, o surgimento de escolas profissionalizantes e as várias tentativas do governo em organizar o ensino agrícola, esse continuava à margem do processo. Porém, pode-se afirmar, a partir dos dados, principalmente das várias tentativas empreendidas pelo governo em criar uma escola agrícola, que havia uma certa demanda por esse tipo de ensino. Os motivos pelos quais tal intento não obteve êxito, neste período, não puderam ser totalmente desvelados ao longo dessa pesquisa, permanecendo a questão em aberto.

Persistindo a demanda pelo ensino agrícola e a necessidade de desenvolver a agricultura, sob a ótica burguesa de modernidade, passa a se configurar, no Estado, uma forma de ensino não-escolar, junto às instituições de pesquisa e extensão. As atividades de pesquisa agrícola patrocinadas pelo governo têm início, em Santa Catarina, com os trabalhos realizados por Fritz Müller, em Blumenau, marcando uma nova orientação no trato das questões agrícolas. Em 1895, com a fundação da Estação Agronômica e de Veterinária do Estado, esta atividade, agora institucionalizada, proporciona um novo direcionamento da política para o setor agrícola. Com o relativo sucesso dessa iniciativa, a estratégia do governo para a agricultura passou a ter como base um modelo onde instituições deste gênero estariam incumbidas de desenvolver e difundir o conhecimento científico dentro desta área específica. Também fazia parte desta nova estratégia o ensino agrícola desenvolvido de modo informal. Se não foi possível criar as escolas agrícolas nos

anos anteriores, agora as classes dirigentes poderiam interferir, por uma outra via, na produção do campo. Investidos da condição de pesquisadores e detentores do conhecimento, os agentes do governo, através do contato direto com os agricultores, poderiam repassar-lhes os conhecimentos necessários para implementar o modelo de desenvolvimento agrário proposto pelas classes dominantes. A criação de instituições de pesquisa e extensão, no norte e no sul do Estado, no início do século XX, possibilitou as condições necessárias para que o ensino agrícola escolar pudesse se estabelecer. O Aprendizado Agrícola de Tubarão, primeira escola desse gênero no Estado, criada em 1914, surge exatamente junto a uma destas instituições. Mesmo com vida curta, não tendo formado a primeira turma, o Aprendizado representou uma nova possibilidade de interferência das elites nos processos de modernização do campo, agora visando os jovens que potencialmente estariam mais afetos às modernizações. Se antes havia, na retaguarda, as instituições de pesquisa e extensão, agora incorporava-se a elas a escola, também com seu *status* de detentora do conhecimento. A união desses dois tipos de entidades legitimava a proposta política das classes dominantes para a problemática agrícola.

A partir principalmente da década de 1930 com a consolidação e a expansão do modelo de desenvolvimento via instituições de pesquisa e extensão, surge uma nova possibilidade de organizar o ensino agrícola. Num cenário dominado pela política ditatorial do Estado Novo, as escolas agrícolas, no Brasil, passam a ter como uma de suas metas a introdução, no campo, da lógica do desenvolvimento urbano. A modernização propalada pelas elites dominantes na época, representada pela industrialização das cidades e pela tecnificação do campo, colocou-se como condição indispensável para que o país pudesse se desenvolver. Ao mesmo tempo, representou a sofisticação dos instrumentos de expropriação das classes subalternas.

Neste contexto são criadas, em 1940, as escolas agrícolas de Lages e de Canoinhas, significando a implantação definitiva desta modalidade de ensino em Santa Catarina. O cunho marcadamente prático, a predominância de disciplinas técnicas, bem como a vinculação à Secretaria de Viação Obras Públicas e Agricultura, evidenciam o distanciamento dessas escolas do sistema educacional primário e secundário. Além desses, outros fatores como a idade dos alunos, fora

dos padrões do ensino propedêutico, e o seu nível de instrução, considerado baixo pelos diretores, permite concluir que essas escolas tinham mais a função de treinar os jovens para que pudessem aplicar, em suas atividades, as novas técnicas impostas, do que proporcionar-lhes uma formação mais ampla, embora técnica, que permitisse não só a superação de suas dificuldades econômicas mas também o incremento de sua autonomia como cidadão.

Desta forma o ensino agrícola promovido pelo Estado surge de maneira mais vigorosa nos anos 40, colocando-se como uma das maneiras de transformar a agricultura, sempre caracterizada, nos discursos oficiais, como atrasada e arcaica e responsável pela baixa produtividade do campo. Percebendo o papel que a educação poderia desempenhar na transformação desta realidade, imprimindo ao campo a modernidade por ela requerida, as classes dominantes perceberam que através do ensino agrícola poderiam tornar a população rural mais receptiva às inovações tecnológicas de que tanto necessitava. Pode-se afirmar, portanto, que, a despeito de ser uma necessidade de uma parcela da população, o ensino agrícola surge como uma das formas da elite dominante impor o seu modelo de desenvolvimento ao país.

Para finalizar, gostaria de colocar que a partir da pesquisa realizada e da construção deste texto chego a conclusão de que várias questões ficaram em aberto, não tendo sido possível esclarecê-las ou mesmo indicar evidências quanto aos determinantes do processo aqui descrito. Acredito que a forma como a pesquisa foi por mim concebida, a sua execução e os fatores limitantes expostos na introdução, acabaram por dificultar uma apreensão de natureza mais dialética do surgimento do ensino agrícola em Santa Catarina. A perspectiva oficial predominou ao longo do texto e aspectos que poderiam demonstrar os litígios, as disputas existentes entre os grupos hegemônicos no período bem como questões de âmbito nacional não foram exploradas suficientemente. Tais aspectos são importantes e sua ausência limita a compreensão do processo, configurando-se em obstáculos que não puderam ser transpostos quando foram por mim percebidos.

6. FONTES DOCUMENTAIS

6.1. Resoluções

SANTA CATARINA. Resolução nº 382 de 1º de julho de 1854. Regulamenta o ensino primário e particular na Província. **Coleções de Leis do Estado de Santa Catarina**. 1854 -1858. (APESC).

SANTA CATARINA. Resolução nº 417 de 06 de maio de 1856. Cria na Capital as cadeiras de instrução secundária de Francês, Inglês, latim, Filosofia Racional e Moral, Retórica e poética, História e Geografia, Matemática. **Coleções de Leis do Estado de Santa Catarina**. 1854 -1858. (APESC).

SANTA CATARINA. Resolução nº 456 de 05 de maio de 1858. Cria despesas com vencimentos do Diretor, professor e porteiro do Liceu. **Coleções de Leis do Estado de Santa Catarina**. 1854 -1858. (APESC).

6.2. Atos

SANTA CATARINA. Ato de 16 de julho de 1872. O Vice-Presidente de conformidade com a circular do Ministério da Agricultura, comércio e Obras Públicas, datada de 4 do mês passado, resolve nomear nos diversos municípios os cidadãos abaixo relacionados afim de apresentarem um relatório circunstanciado acerca do desenvolvimento da Agricultura tendo em vista os

questos da mesma circular. 1873. (APESC).

SANTA CATARINA. Ato de 31 de março de 1873. O Vice-Presidente da Província nomeia o Dr. Frederico Mülher subdelegado de polícia da Colônia de Blumenau. 1873. (APESC).

SANTA CATARINA. Ato de 20 de junho de 1873. Exonera a seu pedido do cargo de subdelegado de polícia da Colônia de Blumenau o Dr. Frederico Mülher. 1873. (APESC).

SANTA CATARINA. Ato de 30 de setembro de 1874. Nomeando o Bacharel Bernardo F. Bröring para substituir interinamente no cargo de professor de Matemática do Ateneu o Dr. Frederico Müller. 1874. (APESC).

SANTA CATARINA. Ato de 23 de outubro de 1876. Exonerando o cidadão H. Windenburg do cargo de inspetor de Distrito das escolas da Colônia de Blumenau, e nomeando para o substituir o Dr. Frederico Mülher. 1876. (APESC).

SANTA CATARINA. Ato de 18 de janeiro de 1881. Exonerando a seu pedido o Dr. Frederico Mülher, como Inspetor de Distrito das escolas da Colônia de Blumenau o. 1881. (APESC).

6.3. Atas

SANTA CATARINA. **Ata da terceira reunião do Conselho Diretor da Instrução Publica da Província de Santa Catarina de 15 de janeiro de 1879.** Desterro, 1879. (APESC).

6.4. Falas

SANTA CATARINA. **Fala do Presidente da Província João José Coutinho dirigida à Assembléia Legislativa Provincial no ato de abertura de sua sessão ordinária em 1º de março de 1859.** 1859. (APESC).

SANTA CATARINA. **Fala do Sr. Dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho abriu a 1ª sessão da 21ª legislatura da Assembléia Legislativa Provincial de Santa Catarina em 1 de março de 1876.** 1876. (APESC).

6.5. Decretos

SANTA CATARINA. Decreto nº 712 de 01 de dezembro de 1942. Dispõe sobre as escolas práticas de agricultura. Legislação de 1942. Imprensa Oficial do Estado, Florianópolis, 1943. Art. 8 (APESC).

SANTA CATARINA. Decreto nº 170 de 10 de dezembro de 1942. Expede regulamento para as Escolas Práticas de Agricultura. Imprensa Oficial do Estado, Florianópolis, 1943. Florianópolis, 1943. (APESC).

6.6. Relatórios

SANTA CATARINA. **Relatório do Presidente da Província José Mariano de**

Albuquerque Cavalcanti a assembléia legislativa da Província de Santa Catarina na abertura da 2ª sessão da primeira legislatura provincial. 1836. (APESC).

SANTA CATARINA. Relatório apresentado ao Exmo Vice Presidente da Província Doutor Speridião Eloy de Barros Pimentel ao doutor João José Coutinho por ocasião de passar-lhe a administração da mesma província em 23 de setembro de 1859. 1859. (APESC).

SANTA CATARINA. Relatório do Presidente da Província Dr. Alexandre Rodrigues da Silva Chaves apresentado à Assembléia Legislativa Provincial na 2ª sessão da 12ª legislatura provincial 1 de março de 1865. 1865. (APESC).

SANTA CATARINA. Relatório apresentado Exmo. Sr. Presidente da Província de Santa Catarina Dr. Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda pelo vice-presidente o comendador Francisco José D'Oliveira no ato de passar-lhe a administração da mesma Província em 09 de outubro de 1867. 1868. (APESC).

SANTA CATARINA. Relatório apresentado á Assembléia Legislativa Provincial de Santa Catarina na sua sessão ordinária e ao 1º vice-presidente Comendador Francisco José de Oliveira por ocasião de passar-lhe a administração o Presidente Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda no ano de 1868. 1869. (APESC).

SANTA CATARINA. Relatório apresentado á Assembléia Legislativa Provincial de Santa Catarina pelo Presidente Dr. Carlos Augusto Ferraz de Abreu no ato de abertura da sessão em 02 de abril 1869. 1869. (APESC).

SANTA CATARINA. Relatório apresentado pelo segundo Vice-Presidente, Manoel do Nascimento da Fonseca Galvão, ao Presidente da Província de Santa Catarina, André Cordeiro de Araújo Lima em 03 de janeiro de 1870. 1870. (APESC).

SANTA CATARINA. Relatório que o Presidente da Província de Santa

Catarina Dr. André Cordeiro de Araújo Lima dirigiu á Assembléia Legislativa Provincial no ato de abertura de sua sessão ordinária em 25 de março de 1870. 1870. (APESC).

SANTA CATARINA. Relatório com que o Exmo Sr. Dr. Theodoreto Carlos de Faria Souto abriu a segunda sessão da 24ª legislatura da Assembléia provincial de Santa Catarina em 25 de março de 1883. 1883. (APESC).

SANTA CATARINA. Relatório apresentado á Assembléia Legislativa Provincial de Santa Catarina 2ª sessão de sua 26ª legislatura pelo Presidente Francisco José da Rocha em 11 de outubro de 1887. 1888 (APESC).

SANTA CATARINA. Relatório de 26 de junho de 1889 com que o Sr. Cônego Joaquim Eloy de Medeiros 2º vice Presidente passou a administração da Província ao Gen. Sr. Dr. Abdon Batista, 1º vice Presidente em 26 de junho de 1889. 1889. (APESC).

SANTA CATARINA. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Cel. Vidal José de Oliveira Ramos, Governador do estado pelo Secretário Geral Gustavo Lebon Regis em maio de 1914. Secretaria Geral dos Negócios do Estado de Santa Catarina. 1914. (APESC).

SANTA CATARINA. Relatório apresentado em outubro de 1938 ao Exmo. Sr. Presidente da República, pelo Dr. Nereu Ramos, Interventor Federal no Estado de Santa Catarina. 1939. (APESC).

SANTA CATARINA. Relatório apresentado em outubro de 1942 ao Exmo. Sr. Presidente da República, pelo Dr. Nereu Ramos, Interventor Federal no Estado de Santa Catarina. 1942. (APESC).

SANTA CATARINA. SECRETARIA DA VIAÇÃO OBRAS PÚBLICAS E AGRICULTURA. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Secretário da Viação Obras Públicas e Agricultura “Vidal Ramos”, referente ao ano de 1946 das atividades desenvolvidas na escola. 1947. (APESC).

SANTA CATARINA. SECRETARIA DA VIAÇÃO OBRAS PÚBLICAS E

AGRICULTURA. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Secretário da Viação Obras Públicas e Agricultura de Santa Catarina, pelo diretor da Escola Prática de Agricultura Caetano Costa de Lages sobre as atividades desenvolvidas na escola no ano de 1947.** 1947. (APESC).

6.7 Ofícios

Ofício enviado ao Vice - Presidente da Província Francisco José de Oliveira, em 04 de julho de 1867, por Frederico Müller. **Ofícios de diversos para o Presidente da Província.** 1867. (APESC).

Ofício enviado ao Vice - Presidente da Província Francisco José de Oliveira, em 03 de março de 1868, por Frederico Müller. **Ofícios de diversos para o Presidente da Província.** 1868. (APESC).

Ofício enviado ao Vice - Presidente da Província por Frederico Müller em 14 de julho de 1868. **Ofícios de diversos para o Presidente da Província.** 1868. (APESC).

Ofício ao Presidente da Província de Santa Catarina enviado pelo Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em 04 de junho de 1872. **Ofício do Ministério da Agricultura Comércio e Obras Públicas ao Presidente da Província de Santa Catarina.** 1872. (APESC).

6.8. Sinopse

SANTA CATARINA. **Sinopse apresentada pelo Coronel Vidal José de Oliveira**

Ramos ao Exmo. Sr. Major João de Guimarães Pinho, Presidente do Congresso Representativo do Estado, ao passar de governo no dia 20 de junho de 1914. Sinopse quadriênio de 1910 a 1914. 1870. (APESC)

6.9. Mensagens

SANTA CATARINA. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo em 11 de agosto de 1900 pelo Dr. Felipe Schmidt, governador do Estado. sobre os trabalhos da Escola Agronômica e de Veterinária. Mensagem, Florianópolis, 1901. (APESC).

SANTA CATARINA. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 26 de julho de 1903 pelo Vice - Governador Vidal José de Oliveira Ramos Junior convocando a Sociedade Nacional de Agricultura do Rio de Janeiro para a exposição internacional. Mensagem, Florianópolis, 1904. (APESC).

SANTA CATARINA. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 18 de setembro de 1906 pelo Coronel Antônio Pereira da Silva e Oliveira, Presidente do Congresso Representativo, no exercício das funções de governador do Estado. Mensagem, Florianópolis, 1907. (APESC).

SANTA CATARINA. Mensagem lida pelo Sr. Coronel Gustavo Richard, Governador de Estado na sessão de abertura do Congresso Representativo em 05 de setembro de 1907. Mensagem, Florianópolis, 1908. (APESC).

SANTA CATARINA. Mensagem lida pelo Sr. Coronel Gustavo Richard, Governador de Estado na 2ª sessão da 7ª legislatura do Congresso Representativo em 02 de agosto de 1908. Mensagem, Florianópolis, 1909.

(APESC).

SANTA CATARINA. Mensagem lida pelo Exmo. Sr. Coronel Gustavo Richard, Governador de Estado na 1º sessão ordinária da 8ª legislatura do Congresso Representativo em 17 de setembro de 1910. Mensagem, Florianópolis, 1911. (APESC).

SANTA CATARINA. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 23 de julho de 1911 pelo Governador Vidal José de Oliveira Ramos. Mensagem, Florianópolis, 1912. (APESC).

SANTA CATARINA. Mensagem apresentada ao congresso Representativo do Estado de Santa Catarina em 24 de julho de 1913 pelo Governador Vidal José de Oliveira Ramos. Mensagem, Florianópolis, 1913. (APESC).

SANTA CATARINA. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado pelo Major João Guimarães Pinho Presidente do mesmo congresso, no exercício do cargo de governador em 29 de julho de 1915. Mensagem, Florianópolis, 1915. (APESC).

SANTA CATARINA. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo em 22 de julho de 1920 pelo Engenheiro Civil Hercílio Pedro da Luz, Vice - Governador, no exercício do cargo de Governador do Estado de Santa Catarina. Mensagem, Florianópolis, 1921. (APESC).

SANTA CATARINA. Mensagem apresentada á Assembléia Legislativa de Santa Catarina, em 16 de julho de 1936, pelo Governador Nereu de Oliveira Ramos. Mensagem, Florianópolis, 1937. (APESC).

SANTA CATARINA. Relatório apresentado em outubro de 1938 ao Exmo. Sr. Presidente da República, pelo Dr. Nereu Ramos, Interventor Federal no Estado de Santa Catarina. Imprensa Oficial do Estado, Florianópolis, 1939. (APESC).

6.10. Leis

SANTA CATARINA. Lei nº 136, de abril de 1840. Autoriza o presidente da Província a enviar para a Escola Normal do Rio de Janeiro um professor de primeiras letras. **Coleções de Leis do Estado de Santa Catarina**. 1840. (APESC)

SANTA CATARINA. Lei nº 218 de 07 de maio de 1845. Autoriza despesas com instrução pública e culto público. **Coleções de Leis do Estado de Santa Catarina**. 1841 -1845. (APESC)

SANTA CATARINA. Lei nº516 de 05 de abril de 1862. Reduz as cadeiras do Liceu Provincial. **Coleções de Leis do Estado de Santa Catarina**. 1862. (APESC).

SANTA CATARINA. Lei nº 540 de 05 de abril de 1864. Extingue o Liceu Provincial e autoriza a Província a contratar com o Reverendo Jacques Razzine o estabelecimento do Colégio que existiu nesta capital, dirigido pelos Padres da Companhia de Jesus. **Coleções de Leis do Estado de Santa Catarina**. 1864. (APESC).

SANTA CATARINA. Lei nº 585 de 28 de junho de 1867. Extingue as cadeiras de Francês, Inglês e Matemática, conservando os respectivos professores a vitaliciedade. **Coleções de Leis do Estado de Santa Catarina**. 1867. (APESC).

SANTA CATARINA. Lei nº 586 de 28 de junho de 1867. Orça e fixa despesas da Província e dá outras providências. **Coleções de Leis do Estado de Santa Catarina**. 1867. (APESC).

SANTA CATARINA. Lei nº 600, de 13 de abril de 1868. Autoriza o Presidente da Província a reorganizar o serviço da Instrução Pública. **Coleções de Leis do Estado de Santa Catarina**. 1868. (APESC).

SANTA CATARINA. Lei nº 620, de 04 de junho de 1869. Aprova o regulamento de 29 de abril de 1868, com as modificações constantes dos artigos 2 - 14 desta

Lei. **Coleções de Leis do Estado de Santa Catarina**. 1869. (APESC).

SANTA CATARINA. Lei nº 685, de 24 de maio de 1872. Orça despesas com Instrução Pública e dá outras providências. **Coleções de Leis do Estado de Santa Catarina**. 1872. (APESC).

SANTA CATARINA. Lei nº 699, de 11 de abril de 1874. Cria na Capital um Conselho Municipal de Instrução Pública e em cada município um Inspetor Municipal. **Coleções de Leis do Estado de Santa Catarina**. 1874. (APESC).

SANTA CATARINA. Lei nº 716 de 22 de abril de 1874. Autoriza o Presidente da Província a reformar a Instrução Pública Secundária, restaurando o antigo liceu sob a denominação de Ateneu Provincial. **Coleções de Leis do Estado de Santa Catarina**. 1874. (APESC).

SANTA CATARINA. Lei nº 768, de 28 de abril de 1875. Cria uma aula de agricultura prática anexa ao Ateneu. 1876. **Coleções de Leis da Província de Santa Catarina**. 1875. (APESC).

SANTA CATARINA. Lei nº 768, de 28 de abril de 1875. Cria uma aula de agricultura prática anexa ao Ateneu . **Coleções de Leis do Estado de Santa Catarina**. 1876. (APESC).

SANTA CATARINA. Lei nº 776, de 21 de maio de 1875. Reforma a Instrução Pública primária da província. **Coleções de Leis do Estado de Santa Catarina**. 1876. (APESC).

SANTA CATARINA. Lei nº 807, de 20 de abril de 1876. Cria uma Escola Normal que funcionara junto ao Ateneu Provincial. **Coleções de Leis do Estado de Santa Catarina**. 1876. (APESC).

SANTA CATARINA. Lei nº 837 de 1 de maio de 1877. Extingue a Lei nº 585. **Coleções de Leis da Província de Santa Catarina**. 1878. (APESC).

SANTA CATARINA. Lei nº 898, de 01 de abril de 1880. Autoriza o Presidente da Província a reorganizar a Instrução Pública. **Coleções de Leis do Estado de Santa Catarina**. 1880. (APESC).

SANTA CATARINA. Lei nº 859 de 04 de novembro de 1880. Lei nº 876, de 05 de março 1880. Lei nº 898, de 01 de abril de 1880. **Coleções de Leis do Estado de Santa Catarina**. 1880. (APESC).

SANTA CATARINA. Lei nº 1029, de 19 de maio de 1883. Reorganiza o ensino público na província, ficando o Ateneu Provincial convertido em estabelecimento denominado Instituto Literário e Normal. **Coleções de Leis do Estado de Santa Catarina**. 1883. (APESC).

SANTA CATARINA. Lei nº Lei 1129 , de 19 de dezembro de 1883. Estipula uma frequência mínima para uma cadeira não ser extinta e, vincula as despesas à aprovação da Assembléia. Estimula a criação de instituições de ensino primário, secundário e profissional. **Coleções de Leis do Estado de Santa Catarina**. 1883. (APESC).

SANTA CATARINA. Lei nº 166 de 28 de setembro de 1895. Cria no ponto mais conveniente do Estado, uma Estação Agronômica e de Veterinária. **Coleções de Leis do Estado de Santa Catarina**. 1895. (APESC).

SANTA CATARINA. Lei nº 180 de 08 de outubro de 1895. Organiza o ensino Oficial primário e secundário do Estado. **Coleções de Leis do Estado de Santa Catarina** 1895. (APESC).

SANTA CATARINA. Lei nº 783 de 26 de agosto de 1908. Autoriza o poder executivo a criar uma escola prática de agricultura na Capital. **Coleções de Leis do Estado de Santa Catarina**. 1909. (APESC).

SANTA CATARINA. Lei nº Lei n 852, de 15 de outubro de 1910. Autoriza o poder executivo a organizar o ensino agrícola. **FC: CEE; Colet. Elpídio Barbosa (Livro II)**. pg. 160.

SANTA CATARINA. Lei nº 90 de 21 de setembro de 1936. Aprova acordo para execução no território catarinense dos serviços públicos relativos á produção, melhoramentos e defesa da vitivinicultura e frutos de clima temperado. **Coleções de Leis da Província de Santa Catarina**. 1937. (APESC).

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, Fernando de. A transmissão da cultura: parte 3. da 5. ed. da obra **A cultura brasileira**. São Paulo: Edições Melhoramentos, Instituto Nacional do Livro, 1976.
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina**. Florianópolis: Plano Nacional de Educação. Secretaria de Educação e Cultura. 1968.
- DE ROSA, Maria da Glória. **História do ensino agrícola no Brasil República**. Marília, 1980. (Biblioteca da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo).
- DUARTE, Geni Rosa. **Rumo ao campo: a civilização pela escola**. São Paulo, 1910/20/30. São Paulo, 1995. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- FIORI, Neide Almeida. **Aspectos da evolução do ensino público: ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos imperial e republicano**. 2. ed. rev. Florianópolis: Editora da UFSC, 1991.
- FRANCO, Maria Laura P. Barbosa. Introduzindo a problemática do ensino técnico agrícola e um pouco de sua história. **In: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, 68 (158):41-64, 1987.
- GRAMSCI, Antônio. **Concepção dialética da história**. 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- HAECKEL, Ernest. **Dr. Fritz Müller - Desterro - dois necrológios**. trad. Richard Paul Neto. Publicado originalmente no Jornal Blumenauer Zeitung. nº 22 e 29 de maio de 1897 e nº 37 de 11 de setembro de 1897. Publicado por Frederico Kiliam, Blumenau, dezembro de 1979. Gráfica da Fundação "Casa Dr. Blumenau".

- KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 6 reimpressão. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1995.
- KUENZER, Acácia. **Ensino de 2º: o trabalho como princípio educativo**. São Paulo: Cortez editora, 1988.
- LOPES, Antonio de Castro. **Catecismo de agricultura para uso das Escolas de Instrução Primária do Brasil**. Rio de Janeiro: Typ. Americana, 1869. (APESC).
- MACHADO, Lucília R. de Souza. **Politecnia, escola unitária e trabalho**. 2ª ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.
- MANACORDA, Mario Alighiero. **História da Educação: da antiguidade aos nossos dias**. São Paulo: Cortez, 1989.
- MOACYR, Primitivo. **A instrução e a República: Ensino Agrônomo - 1982 - 1929**. 7º v., Rio de Janeiro: Impr. Nac. 1942.
- MÜLLER, Fritz. A vida de Fritz Müller narrada por ele mesmo. **Blumenau em Cadernos**. Blumenau, n. 25, Maio/1983.
- PIAZZA, Walter Fernando. **Santa Catarina: sua história**. Florianópolis: Ed. Lunardelli e Ed. da UFSC. 1983.
- PINTO, Edgard Roquete. **Glória sem rumor - o sábio Fritz Müller**. Blumenau, Museu Fritz Müller, 1979.
- PILETTI, Nelson. **Ensino de 2º grau: educação geral ou profissionalizante?** E.P.U/EDUSP. 1988.
- REITZ, Raulino. **História da Botânica Catarinense**. Anais Botânicos do herbário Barbosa Rodrigues. nº 1 Ano I, 22 de julho de 1949.
- SANTOS, Lucy Woellner dos. **Estação Agrônomo e de Veterinária do Estado - (1895 - 1920): uma abordagem histórica sobre o início da pesquisa agrícola em Santa Catarina**. Londrina, 1995. Monografia (Especialização em História) - Centro de Letras e Ciências Humanas. Departamento de História, Universidade Estadual de Londrina.

- SAVIANI, Dermeval. Concepção de dissertação de mestrado centrada na idéia de monografia de base. **In: Revista Educação Brasileira**. Brasília, 13 (27):159-168, 27º sem. 1991.
- SCHAFASCHEK, Rosiclér. **Educar para civilizar e instruir para progredir: Análise de artigos divulgados pelos jornais do Desterro na década de 1850**. Florianópolis, 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina.
- SCHARDONG, Rosmeri. **A instrução pública secundária em Desterro - o Atheneu Provincial (1874 - 1883)**. Florianópolis, 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina.
- SCHMIDT, Leonete Luzia. **A constituição da Rede Pública de ensino elementar em Santa Catarina: 1830-1859**. Florianópolis, 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina.
- SILVA, J. Ferreira da. **Fritz Müller: bio-bibliografia de um grande cientista**. Rio de Janeiro: Alba, 1931.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Biblioteca Central. **Normas para apresentação de trabalhos**. 5. ed. Curitiba: Ed. da UFPR, 1995.
- VARGAS, Getúlio. A instrução profissional e a educação moral, cívica e agrícola. **In: A nova política do Brasil: o ano de 1932 ... A revolução e o Norte - 1933**, vol. II, Livraria José Olimpio Editora.